



Estatísticas do Ambiente

2008



Ano de edição 2009



FICHA TÉCNICA

Título

Estatísticas do Ambiente 2008

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

350 exemplares

ISSN 0872-5276

ISBN 978-989-25-0018-8

Depósito Legal nº 68523/93

Periodicidade Anual

Preço: € 8,00 (IVA incluído)

O Quadro 1 da página 28, foi actualizado em
08-02-2011



Impresso em papel reciclado



808 201 808

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2009 *

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

NOTA INTRODUTÓRIA

Na presente publicação, o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta os principais dados estatísticos relativos a 2008, na área do Ambiente.

A informação respeitante à produção de resíduos urbanos e não urbanos é, desde o ano 2009, registada pelos produtores no Sistema Integrado de Registo de Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), plataforma electrónica que resultou da integração dos sistemas de informação existentes nas duas organizações que constituíram a Agência Portuguesa do Ambiente - Instituto dos Resíduos e Instituto do Ambiente.

No que respeita à informação dos resíduos urbanos apenas serão apresentados dados estatísticos sobre as operações de gestão agregada a nível nacional, reservando-se a divulgação de elementos adicionais relativos aos anos 2007 e 2008 para uma próxima edição.

São divulgados, pela primeira vez, dados estatísticos relativos ao movimento transfronteiriço de resíduos que inclui uma análise para o período 2006/2008.

O INE volta a associar-se ao Instituto da Água (INAG) para, em parceria, disponibilizar a informação relativa à água para abastecimento e águas residuais, recolhida através do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR), disponibilizando dados provisórios de 2008 e apresentando dados revistos de 2007.

A informação estatística divulgada nesta publicação corresponde a um resumo dos dados disponíveis. É possível facultar, não só o mesmo tipo de informação com maior desagregação geográfica, mas informação adicional que poderá ser fornecida em condições e suportes a acordar, com protecção da confidencialidade estatística, dentro do regime de prestação de serviços e sob pedido específico dirigido ao INE.

O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que permitiram a elaboração da presente publicação, em especial à Direcção-Geral do Orçamento, Direcção Regional do Orçamento e Tesouro (Açores), Direcção Regional do Orçamento e Contabilidade (Madeira), aos Municípios, às Associações e outras Entidades de Bombeiros, à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), às Organizações Não Governamentais de Ambiente, ao Instituto da Água (INAG), à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e às Empresas inquiridas, esperando que a mesma possa constituir um bom instrumento de trabalho para os utilizadores.

Agradecem-se antecipadamente todas as sugestões e críticas ao conteúdo desta publicação, com o objectivo de melhorar a qualidade da informação apresentada e fomentar o interesse de futuras edições.

Dezembro de 2009

RESUMO

Nesta publicação divulga-se informação relativa às estatísticas do Ambiente, organizada em 2 capítulos, sob a forma de texto e quadros estatísticos. Inclui-se também uma análise, em termos económico-financeiros e físicos, relativa aos principais resultados do ano de 2008.

Do capítulo que apresenta os principais dados de 2008, constam os relativos às despesas com a protecção do ambiente em três sectores institucionais (Administrações Públicas, Empresas e Instituições Sem Fins Lucrativos) e os dados físicos nas áreas do Abastecimento de Água, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e Resíduos.

Como principais resultados em 2008, salientam-se:

EM TERMOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

- Acréscimo das despesas da Administração Central nas actividades de protecção do ambiente;
- Acréscimo dos gastos em “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais” e “Gestão de Resíduos” na Região Autónoma da Madeira;
- A “Gestão de Resíduos” continua a absorver a maior proporção dos encargos dos Municípios em matéria de protecção ambiental;
- O investimento da indústria em tecnologias de redução e controlo de poluição alcançou os 262 milhões de euros;
- Os custos com o pessoal ligado às actividades de protecção ambiental, no tecido empresarial, ascenderam a 44 milhões de euros;
- O volume de negócios realizado pelas entidades produtoras de bens, tecnologias e serviços relacionados com o ambiente atingiu o valor total de 4 796 milhões de euros, mais 13% do que no ano anterior. A “Distribuição de água” contribuiu com cerca de 14% do total, seguida de “Outras actividades centrais de ambiente” e “Valorização de resíduos metálicos”, ambas com 12%;
- A “Prestação de serviços” manteve-se como o principal tipo de actividade ambiental realizado pelas entidades de bens e serviços de ambiente, tendo representado cerca de 80% do respectivo volume total de negócios;
- Das pessoas ao serviço que desempenharam funções específicas em ambiente, cerca de 90% fizeram-no ocupando a maior parte do seu tempo de trabalho. Mantém-se um claro predomínio dos homens (78%);
- O investimento das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e águas residuais totalizaram 905 milhões de euros.

EM TERMOS FÍSICOS

- As captações de água à superfície constituem a principal origem de água (67%) de um total de 777 milhões de m³ de água captados pelos sistemas urbanos de abastecimento público de água no ano de 2008 no território de Portugal Continental;
- No mesmo ano, e também para o Continente, os sistemas urbanos de drenagem e tratamento de águas residuais registaram um total de 517 milhões de m³ cúbicos de águas residuais rejeitadas, em que cerca de 45% teve como destino rios e outras linhas de águas interiores;
- De acordo com o registo administrativo do Movimento Transfronteiriço de Resíduos (Regulamento de Transferências de Resíduos nº 1013/2006/CE de 14 de Junho de 2006) no ano de 2008, Portugal exportou cerca de 225 mil toneladas de resíduos, dos quais mais de metade se destinaram a operações de eliminação, atingindo 154 mil toneladas;
- No ano de 2008 estima-se que os resíduos urbanos recolhidos ascenderam a cerca de 5 milhões de toneladas, dos quais mais de metade tiveram como principal destino a deposição em aterro (3,2 milhões de toneladas) e os resíduos recolhidos selectivamente (vários materiais) atingiram cerca de 431 mil toneladas.

ABSTRACT

This publication provides statistical information on Environment, organised into 2 chapters. The first chapter presents an analysis of the main findings on economical-financial and physical terms for 2008.

The main information for 2008 is presented in several tables and refers to environmental protection expenditure in three institutional sectors (Public Administrations, Enterprises and Non Profit Institutions Serving Households) and physical data on Public Water Supply, Sewerage, Wastewater Treatment and Waste.

Some of the most important results for year 2008 show:

In economical-financial terms

- Increase on Central Administration expenditure on environmental protection activities;
- Increase on “Protection and Remediation of Soil, Groundwater and Surface Water” and “Waste Management” expenditure on Autonomous Region of Madeira;
- “Waste Management” continues to assimilate a larger share of Municipalities duties;
- The industrial businesses investment on technologies for pollution abatement and control reached the amount of 262 millions euros;
- The total costs with staff related to environment protection activities within industrial businesses was 44 millions euros;
- Environmental goods and services production reached 4 796 millions euros and increased 13%. “Water distribution” contributed with 14% followed by “Other environmental core activities” and by “Recovery of metal waste”, both with 12%;
- “Services rendered” was the main type of environment-related activity carried out, representing 80% of total turnover from environmental goods and services sector;
- About 90% of employees occupied most of their working time with environmental tasks. Men continue to predominate with 78%;
- Total amount of public water supply and sewage and wastewater treatment investment, by management operators, reached 905 millions euros.

In Physical terms

- Surface sites for water abstraction accounts for the major part (67%) of the total 777 millions cubic meters of water abstracted by municipal systems for water supply in 2008, in the Portugal Mainland (excluding autonomous regions of Azores and Madeira);
- In the same year and also for the Portuguese Mainland the municipal sewerage systems rejected a total of 517 millions cubic meters of waste water, from which, around 45% was directed to rivers and other courses of inland waters;
- According the monitoring of transboundary movement of waste (Waste Shipments Regulation (EC) N° 1013/2006 of 14 June 2006) in the year 2008, Portugal exported near 225 thousand tonnes of waste, from which 154 thousand tonnes were driven to disposal operations;
- In 2008 according to an estimate, municipal services collected around 5 million tonnes of municipal waste, from which near 3.2 million tonnes were disposed off on landfills and around 431 thousand tonnes were selectively collected by materials (glass, paper, packaging, batteries, etc) for recycling.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Valor confidencial
ø	Valor inferior a metade do módulo da unidade utilizada
Po	Valor provisório
Rv	Valor revisto
⊥	Quebra de série/comparabilidade

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APEMETA	Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais
CAE – Rev. 3	Classificação das Actividades Económicas – Revisão 3
CGE	Conta Geral do Estado
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
EPS	Escalões do Pessoal ao Serviço
EUR	Euros
H	Homem
IES	Informação Empresarial Simplificada
INAG	Instituto da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSAAR	Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais
ISFL	Instituições Sem Fins Lucrativos
kg	Kilograma
m ³	Metro cúbico
M	Mulher
MIRR	Mapa Integrado de Registo de Resíduos
NPS	Número de Pessoas ao Serviço
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ONGA	Organizações Não Governamentais de Ambiente
p.p.	Pontos percentuais
SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente
t	Tonelada
UE	União Europeia
VVN	Volume de negócios

INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA

Em condições a acordar, dentro do regime de prestação de serviços, os dados relativos às variáveis inquiridas pelos questionários em anexo (desde que não se encontrem sujeitos a segredo estatístico) poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao INE.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
SINAIS CONVENCIONAIS/SIGLAS E ABREVIATURAS	6

CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

1.1 DESPESAS COM A PROTECÇÃO DO AMBIENTE	11
1.1.1 Administrações Públicas	11
1.1.2 Entidades Produtoras de Bens e Serviços de Ambiente	21
1.1.3 Empresas com actividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição	24
1.1.4 Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais	29
1.1.5 Instituições Sem Fins Lucrativos	32
1.2 SISTEMAS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	37
1.3 MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE RESÍDUOS.	38
1.4 RESÍDUOS URBANOS.	40

CAPÍTULO 2 - QUADROS DE RESULTADOS

Administrações Públicas

1 - Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente, segundo os sectores institucionais (Po)	43
2 - Despesas por domínios de ambiente segundo a Administração Central e Regional	43
3 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo a Administração Central e Regional	43
4 - Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambiente	44
5 - Despesas por domínios de ambiente segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central	44
6 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central	44
7 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambiente	44
8 - Despesas por domínios de ambiente, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira	45
9 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira	45
10 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente	45
11 - Despesas em protecção do ambiente da Administração Regional dos Açores, por agregados económicos	45
12 - Receitas e despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II	46
13 - Receitas e despesas dos Municípios em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo as NUTS II	46
14 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos	47
15 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos	47
16 - Receitas e despesas dos Municípios por domínios de ambiente	48
17 - Receitas e despesas dos Municípios em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos ..	48
18 - Receitas e despesas dos Municípios em gestão e protecção do ambiente, por NUTS II	48

Entidades produtoras de bens e serviços de ambiente

19 - Dados gerais das entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente segundo as actividades económicas	49
20 - Distribuição do Volume de Negócios das entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente pelos principais mercados segundo as actividades económicas	49
21 - Volume de Negócios segundo os domínios de ambiente - Gestão da poluição	50
22 - Volume de Negócios segundo os domínios de ambiente - Gestão de recursos	50
23 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas e o sexo, segundo a ocupação em funções na área do ambiente	50
24 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas e o sexo, segundo os grupos profissionais	51

Empresas com actividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição

25 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia	52
26 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia	52
27 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	52
28 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	53
29 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	53
30 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	53
31 - Investimentos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	54
32 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	54
33 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	54
34 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	55
35 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	55
36 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	55
37 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	56
38 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	56
39 - Custos e perdas das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	56
40 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	57
41 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	57
42 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas	57
43 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	58
44 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente	58
45 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	58
46 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão	59
47 - Proveitos e ganhos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	59
48 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão	59

Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais

49 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II (Rv)	60
50 - Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Rv)	60
51 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Rv)	60
52 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II (Rv)	60
53 - Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Rv)	61
54 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Rv)	61
55 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II (Po)	61
56 - Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Po)	61
57 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Po)	62

58 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II (Po)	62
59 - Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Po)	62
60 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Po)	62

Instituições sem fins lucrativos

61 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros por agregados económicos, segundo as NUTS II	63
62 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos	63
63 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II	63
64 - Rubricas contabilísticas das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões	64
65 - Custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente por rubricas contabilísticas, segundo as regiões	64
66 - Custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por rubricas contabilísticas	64

Sistemas urbanos de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais

67 - Água captada segundo o tipo de origem (Rv)	65
68 - Água tratada segundo o tipo de instalação (Rv)	66
69 - Água distribuída segundo o sector/actividade (Rv)	67
70 - Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade (Rv)	68
71 - Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado (Rv)	69
72 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor (Rv)	70
73 - Índices de atendimento (Rv), população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais	71
74 - Rácio de distribuição de água e de drenagem de águas residuais per capita dia (Rv)	72
75 - Número de estações de tratamento de águas residuais (Rv)	73
76 - Água captada segundo o tipo de origem (Po)	74
77 - Água tratada segundo o tipo de instalação (Po)	75
78 - Água distribuída segundo o sector/actividade (Po)	76
79 - Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade (Po)	77
80 - Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado (Po)	78
81 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor (Po)	79
82 - Índices de atendimento (Po), população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais	80
83 - Rácio de distribuição de água e de drenagem de águas residuais per capita dia (Po)	81
84 - Número de estações de tratamento de águas residuais (Po)	82

Movimento transfronteiriço de resíduos

85 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo as operações de gestão e perigosidade	83
86 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo a via de transporte e tipologia de resíduos.	83
87 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo os países de origem e destino.	83
88 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo as operações de gestão de resíduos.	83

Resíduos urbanos

Quadro 89 - Resíduos urbanos por operação de gestão	84
---	----

METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

3.1. Metodologias	87
3.2. Conceitos	97
3.3. Nomenclaturas	103



Análise dos Principais Resultados

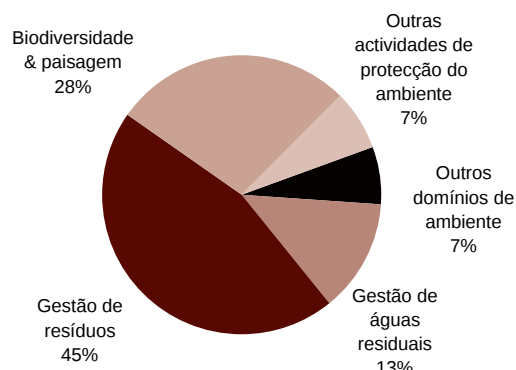
1.1 DESPESAS COM A PROTECÇÃO DO AMBIENTE

1.1.1 ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

A despesa consolidada das Administrações Públicas em actividades de protecção ambiental registou, em 2008, um acréscimo de 6% face ao ano anterior, fixando-se nos 1 030 milhões de euros. No entanto, o impacto dos gastos em ambiente no Produto Interno Bruto não foi significativo, representando apenas 0,6%.

Gráfico 1 - Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente (2008)

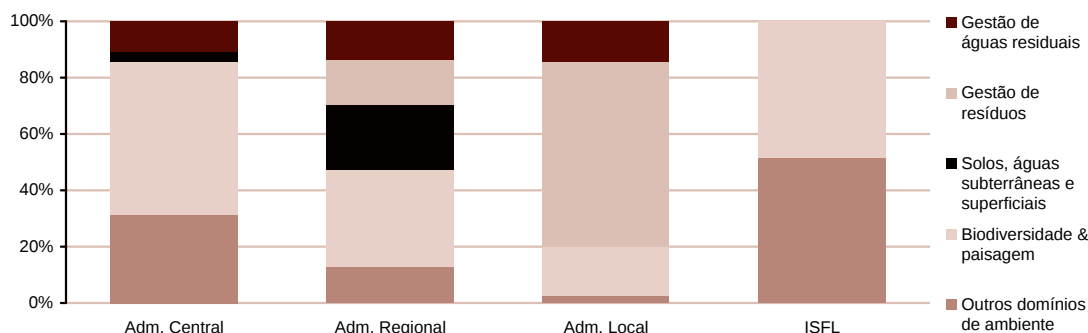
O domínio “Gestão de Resíduos” continua a absorver quase metade da despesa (45%), que atingiu, em 2008, os 467 milhões de euros. A “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e “Gestão de Águas Residuais”, que se seguem em termos de importância relativa, apresentaram comportamentos distintos: o primeiro domínio registou um aumento de 28% face ao ano anterior enquanto o segundo apresentou uma redução de 13%.



A Administração Local absorveu cerca de 2/3 da despesa em ambiente das Administrações Públicas, enquanto a Administração Central aplicou 23% da despesa. De referir que a Administração Regional contribuiu com 8%, enquanto as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) mantiveram uma participação residual.

Em termos de subsectores institucionais e domínios de ambiente, verifica-se que 2/3 dos gastos da Administração Local foram direccionados para o domínio “Gestão de Resíduos” e 17% para “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”. Por outro lado, mais de metade da despesa da Administração Central e 1/3 da Administração Regional foram aplicadas na “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”. É de salientar os gastos efectuados pela Administração Central na “Protecção do Ar e Clima” que representam mais de 50% da despesa realizada em “Outros Domínios de Ambiente”. No que se refere à repartição dos Sub-Sectores pelos vários domínios de ambiente, verifica-se que a quase totalidade dos gastos na “Gestão de Resíduos” foi efectuada pela Administração Local, enquanto na “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, a repartição foi mais homogénea. As Instituições Sem Fins Lucrativos privilegiaram os domínios “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” com, respectivamente, 48% e 52%.

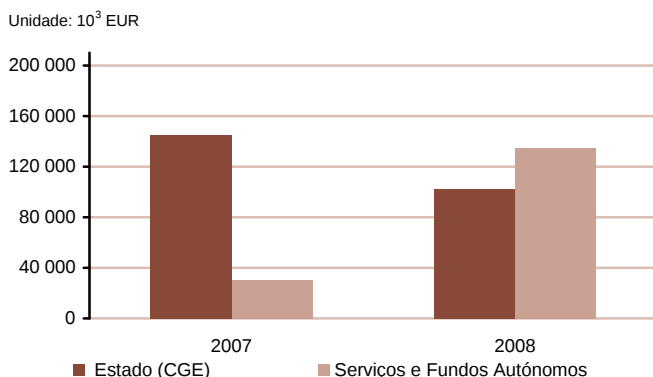
Gráfico 2 - Despesa consolidada das Administrações Públicas por sectores institucionais, segundo os domínios de ambiente (2008)



Administração Central

Em 2008, as despesas da Administração Central em gestão e protecção do ambiente registaram o mais elevado valor dos últimos cinco anos, 236 milhões de euros, o que corresponde a uma subida de 35% face ao ano anterior e de 8% face à despesa média dos últimos cinco anos. Numa análise sectorial constata-se que o acréscimo deve-se exclusivamente ao forte aumento das despesas dos Serviços e Fundos Autónomos que mais que triplicaram, face ao ano anterior, absorvendo em 2008, mais de metade dos gastos totais em actividades de gestão e protecção ambiental da Administração Central. De referir que a comparticipação do Estado, de acordo com a Conta Geral do Estado, reduziu-se em cerca de 1/3 face ao ano anterior.

Gráfico 3 - Despesa consolidada da Administração Central em gestão e protecção do ambiente por sectores institucionais (2007 e 2008)



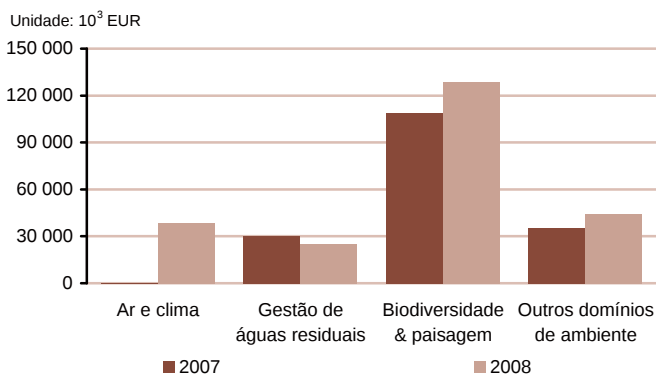
Desta forma e em termos estruturais, assiste-se em 2008 a uma alteração do perfil da despesa, passando os Serviços e Fundos Autónomos a deterem a maior parcela da despesa da Administração Central em matéria de ambiente. Este fenómeno está associado a alterações ocorridas na composição da estrutura orgânica de alguns ministérios, nomeadamente à criação da Autoridade Nacional de Protecção Civil como Serviço e Fundo Autónomo que veio substituir o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, organismo que anteriormente fazia parte da Conta Geral do Estado.

O domínio “Protecção do Ar e Clima”, anteriormente meramente residual, registou um forte acréscimo com a criação no âmbito do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, do instrumento financeiro denominado Fundo Português de Carbono (Decreto-Lei nº 71/2006), cuja actividade se centra no financiamento de medidas que facilitem o cumprimento dos compromissos de limitação de emissões de gases com efeito de estufa assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto para as alterações climáticas. O Fundo representou, em 2008, cerca de 97% do total da despesa do domínio que passou a constituir a segunda maior parcela de despesa em termos de ambiente, com 16% do total.

Mais de metade da proporção da despesa em ambiente efectuada pela Administração Central foi aplicada no domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”. A totalidade das verbas aplicadas foram constituídas por transferências correntes e de capital para os Serviços e Fundos Autónomos, designadamente o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, na implementação de planos de prevenção e mitigação de fogos florestais em áreas protegidas, acções de conservação e valorização de espécies e habitats, entre outros, e a Autoridade Nacional de Protecção Civil, com destaque para as actividades de combate a incêndios florestais asseguradas pelos municípios e pelas associações humanitárias de bombeiros voluntários no território continental.

O domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” foi relegado para a terceira posição, tendo no entanto registado um acréscimo de 8%, justificado pelo aumento nos gastos de funcionamento da Agência Portuguesa do Ambiente.

Gráfico 4 - Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambiente (2007 e 2008)

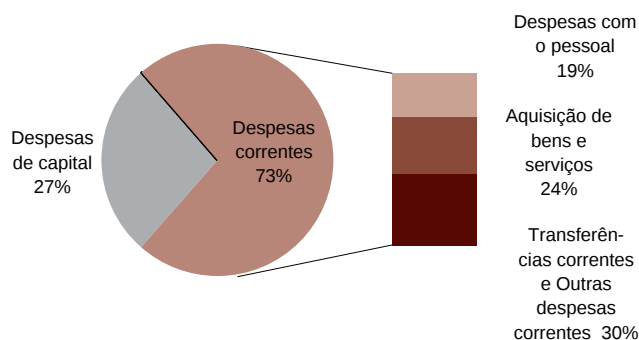


De referir em “Outros Domínios de Ambiente” o acréscimo muito significativo da despesa com a “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais”, que atingiu os 8 milhões de euros, quando em 2007 foi de apenas 0,4 milhões de euros. Esta evolução resulta de novos projectos relacionados com a gestão e monitorização dos recursos hídricos e combate à erosão dos solos e defesa costeira.

As “Despesas Correntes” (salários, despesas administrativas, etc.) continuam a ter um peso preponderante, cerca de 73%, na estrutura da despesa global da Administração Central em ambiente. A análise à sua composição permite destacar a rubrica “Transferências Correntes” com 30% do total da despesa corrente, seguindo-se a “Aquisição de Bens e Serviços” (24%) e as “Despesas com o Pessoal” (19%).

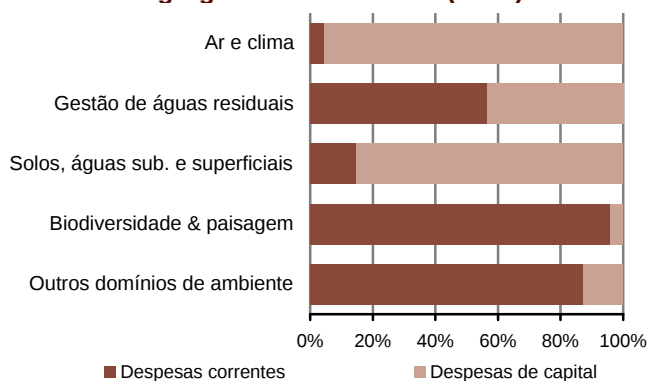
As “Despesas de Capital” totalizaram 27% da despesa total, repartidas, entre outras rubricas, “Outras Despesas de Capital” (15%), onde estão incluídos os activos financeiros do Fundo Português de Carbono e “Investimentos” (11%).

Gráfico 5 - Despesa consolidada da Administração Central por agregados económicos (2008)



A análise da estrutura dos gastos em ambiente da Administração Central, por domínio, permite identificar duas situações distintas: mais de 4/5 da despesa no domínio “Protecção do Ar e Clima” e “Protecção e Recuperação dos Solos e Águas Subterrâneas e Superficiais” são “Despesas de Capital”, resultantes da criação do Fundo Português de Carbono, para o primeiro domínio e de fortes investimentos aplicados no programa “Prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos”, para o segundo, por oposição à “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e “Outros domínios de Ambiente” cuja importância das “Despesas Correntes” ultrapassa os 87%. No domínio “Gestão de Águas Residuais”, apesar da repartição ser mais equilibrada, as “Despesas Correntes” ultrapassam as “de Capital”, situando-se nos 57% do total do domínio.

Gráfico 6 - Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2008)



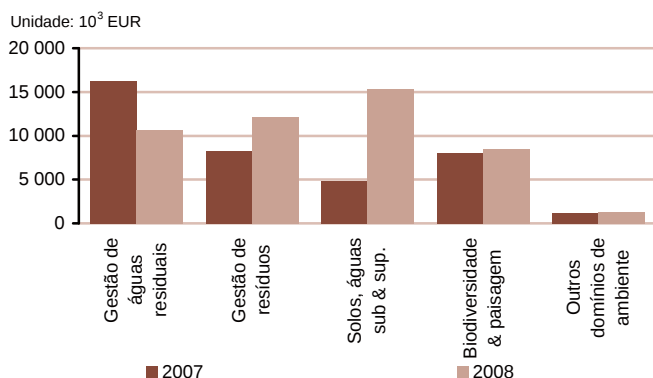
Administração Regional

Em 2008 a despesa em ambiente efectuada pela Administração Regional atingiu os 77 milhões de euros, mais 19% do que no ano anterior. Ambas as Regiões Autónomas apresentam um maior montante de despesa, face a 2007, mas a Região Autónoma da Madeira continua a deter em termos regionais a maior fatia da despesa, mais de 2/3 do total. De referir ainda que o perfil da despesa por domínio de ambiente é diferente, com a Região Autónoma da Madeira a orientar maioritariamente a despesa para os domínios “Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais” e “Gestão de Resíduos” enquanto a Região Autónoma dos Açores privilegia o domínio da “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”.

Região Autónoma da Madeira

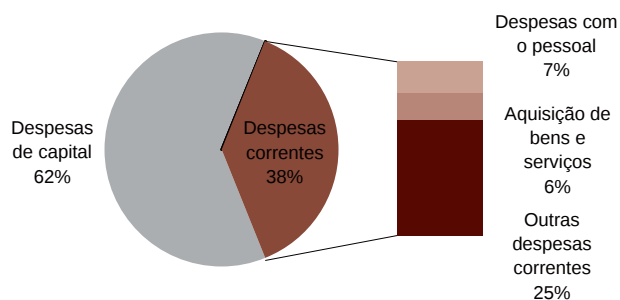
Em 2008, os gastos em ambiente efectuados pela Região Autónoma da Madeira registaram um acréscimo de 24% face a 2007, totalizando 48 milhões de euros. Este montante foi, sobretudo, empregue em dois domínios: o domínio da “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais”, que triplicou, com as verbas a serem aplicadas na consolidação e estabilização de falésias e taludes e na prevenção de poluição de águas de escoamento para cursos e bacias de águas superficiais; o domínio da “Gestão de Resíduos” que registou um aumento de 46% e cujos montantes foram canalizados em infra-estruturas, programa de equilíbrio financeiro e aumento de capital do Sistema de transferência, triagem, tratamento e valorização de resíduos produzidos na Região. De referir que o domínio “Gestão de Águas Residuais” registou uma diminuição de 35%, devido sobretudo à quebra registada nos investimentos em infraestruturas ligadas à drenagem e tratamento de águas residuais.

Gráfico 7 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambiente (2007 e 2008)



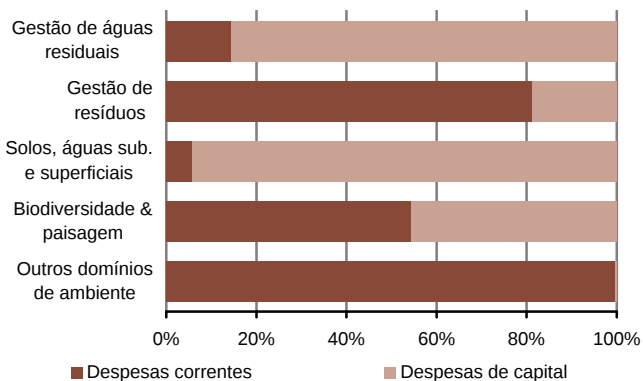
A “Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais” passou a liderar em termos de domínio com 32%, seguido da “Gestão de Resíduos” (25%), da “Gestão de Águas Residuais” (22%) e da “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” (18%), totalizando no conjunto 97% da despesa.

Gráfico 8 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por agregados económicos (2008)



Mais de 3/5 dos gastos da Região em ambiente, continuaram a ser aplicados em “Despesas de Capital”, nomeadamente em “Investimentos” que contribuíram com 55% do total. As “Despesas Correntes” diminuíram o seu peso na estrutura face ao ano anterior, com destaque para os gastos com as “Outras Despesas Correntes” (25%), que incluem os “Subsídios” destinados à concessionária do sistema de gestão de resíduos, e que ultrapassaram largamente as despesas com o “Pessoal” e com “Aquisição de Bens e Serviços”.

Gráfico 9 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2008)



O perfil da despesa consolidada da Administração Regional da Madeira continua a evidenciar duas realidades: os domínios relativos à “Gestão de Resíduos” e “Outros Domínios de Ambiente” cujas despesas são sobretudo correntes em oposição à “Gestão de Águas Residuais” e “Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais”. De referir, ainda, que ao contrário de 2007, a despesa com a “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” foi mais equilibrada, mantendo, no entanto predominância nas “Despesas Correntes” que englobam gastos com a administração geral, gestão, formação, informação e actividades de educação ambiental no âmbito deste domínio.

Região Autónoma dos Açores

A Região Autónoma dos Açores aplicou 29 milhões de euros em actividades relacionadas com o ambiente, mais 12% do que no anterior. Este comportamento não foi uniforme em todos os domínios em que a Região Autónoma efectuou despesas em ambiente. O domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” registou um acréscimo de 34%, justificado pelo aumento da despesa com o projecto “Formação e promoção ambiental” (+137%) que visa promover acções sustentadas de participação, informação, divulgação, sensibilização, educação e formação dos cidadãos em matéria de ambiente. Já no domínio da “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais” verificou-se um decréscimo dos gastos em cerca de 25%. No entanto, o domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” permanece como o mais relevante com mais de 3/5 da despesa em ambiente, seguindo-se as “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” e por último a “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais”.

Os gastos efectuados no domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” continuaram a ser direccionados para a conservação e limpeza dos caminhos florestais, inventariação e monitorização de habitats e de biodiversidade, bem como na execução de empreitadas de construção de infra-estruturas de apoio à visitação de áreas protegidas.

Mais de metade da despesa da Região foi aplicada em “Despesas Correntes”, com realce para a “Aquisição de Bens e Serviços” e “Despesas com o Pessoal” com 30% e 19%, respectivamente.

As “Despesas de Capital” contribuíram com mais de 2/5 da despesa total, com destaque para a rubrica “Investimentos” que totalizou 34%.

Também o perfil da despesa da Região Autónoma dos Açores evidencia duas realidades distintas: os domínios “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” e “Protecção e Recuperação dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais” em que predominam as “Despesas Correntes”; em oposição à “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” em que os gastos foram mais direccionados para as “Despesas de Capital” que representaram 2/3 da despesa total.

Gráfico 10 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente

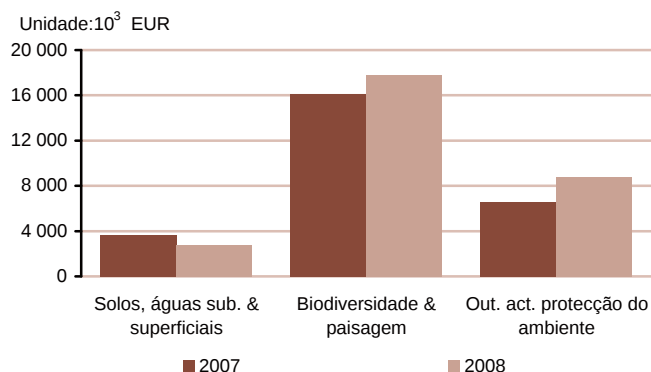


Gráfico 11 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por agregados económicos (2008)

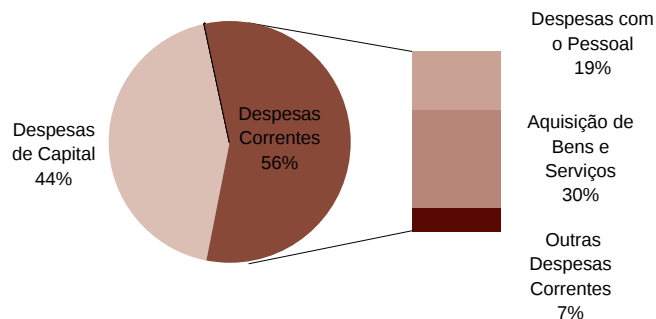
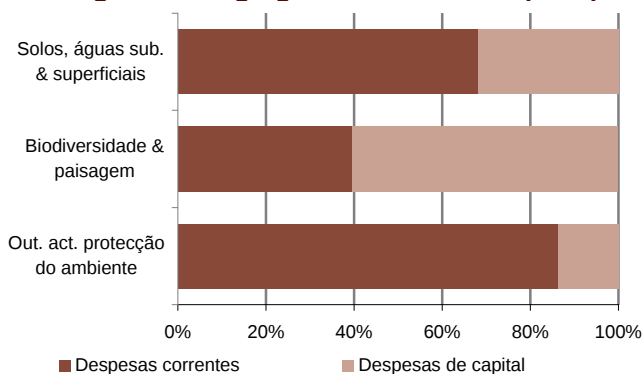


Gráfico 12 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2008)

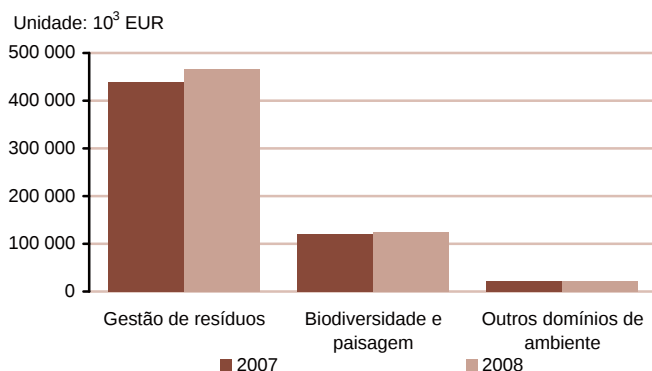


Administração Local

Municípios

À semelhança do ano anterior, o INE mantém a utilização de dados administrativos para a caracterização económico-financeira dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, provenientes do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR). Por esta razão, a informação relativa ao domínio “Gestão de Águas Residuais” foi incluída no capítulo 1.1.4 Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais.

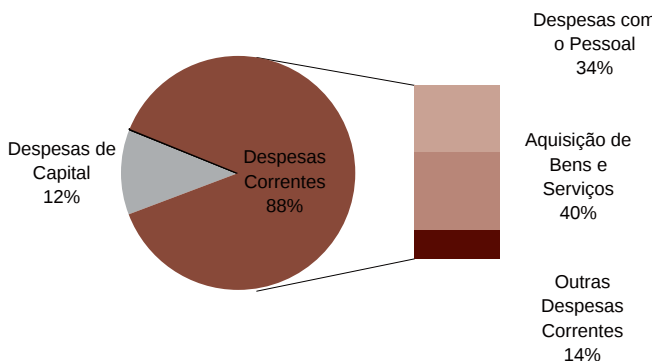
Gráfico 13 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente (2007 e 2008)



No ano de 2008, os gastos dos Municípios, por administração directa, em actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente aumentaram 6%, face ao anterior, tendo atingido 613 milhões de euros.

O domínio “Gestão de Resíduos” constitui a principal despesa em ambiente, absorvendo mais de 3/4 dos gastos dos Municípios, correspondente a 467 milhões de euros, reforçando a sua posição relativa na estrutura das despesas. O domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” ocupa a segunda posição em termos de importância, tendo em 2008 contribuído com 20% do total da despesa.

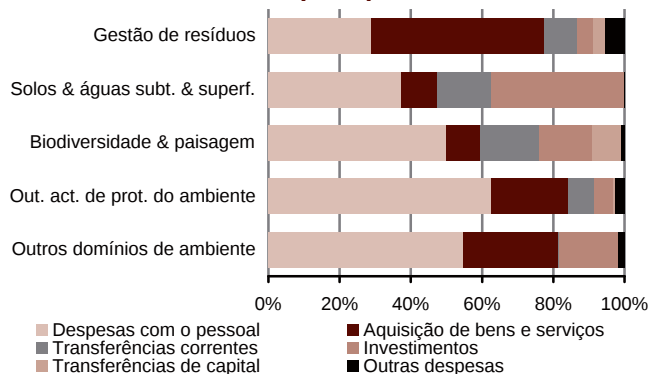
Gráfico 14 - Despesas dos Municípios por agregados económicos (2008)



Mais de 4/5 da despesa dos Municípios foi aplicada em “Despesas Correntes”, verificando-se que 40% desta foi absorvida com a “Aquisição de Bens e Serviços” o que reflecte um aumento nominal de 20% face ao ano anterior. Já as “Despesas com o Pessoal” e as “Outras Despesas Correntes” registaram decréscimos na estrutura das “Despesas Correntes” de 1 p.p. e 4 p.p., respectivamente.

As “Despesas de Capital” contribuíram com 12% da despesa total, das quais cerca de 7% corresponderam a “Investimentos”.

Gráfico 15 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2008)



Analisando os domínios de gestão e protecção do ambiente mais importantes em 2008, segundo os agregados económicos, salienta-se o predomínio das despesas correntes face às de capital. No domínio “Gestão de Resíduos” cerca de metade foram gastos na “Aquisição de Bens e Serviços” e mais de 1/4 nas “Despesas com o Pessoal”, ascendendo a 362 milhões de euros, no seu conjunto, e representando mais de 75% do total da despesa. Estas despesas incluem as verbas relativas ao pessoal do quadro e pessoal contratado dos Municípios e aos pagamentos a organismos públicos ou a entidades privadas pela recolha indiferenciada e/ou selectiva, transporte e tratamento de resíduos urbanos e limpeza e higiene pública. Por outro lado, metade das despesas do domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”

foram aplicadas em “Despesas com o Pessoal”, onde estão incluídos os gastos com os Bombeiros Municipais, absorvendo as “Transferências Correntes e de Capital”, destinadas principalmente às Associações Humanitárias de Bombeiros, 25% do total da despesa. De referir que mais de 4/5 dos gastos com “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” foram direccionados para as “Despesas com o Pessoal” e “Aquisição de Bens e Serviços”, nomeadamente com os departamentos e gabinetes de planeamento e coordenação da área do ambiente, acções de educação e sensibilização ambiental e projectos para a concepção da Agenda 21 Local.

Os Municípios das regiões Norte, Centro e Lisboa detêm a maior proporção dos encargos em acções de protecção ambiental, totalizando 4/5 da despesa total. A distribuição regional da despesa por domínios de ambiente coloca a “Gestão de Resíduos” como o domínio mais relevante. Em termos regionais, este domínio assume a menor importância na estrutura de encargos das Regiões de Lisboa e Alentejo (ambas com 74%) e a maior nos Açores, com cerca de 83% do total da despesa. O domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” reforçou a sua importância na Região dos Açores, devido aos investimentos realizados pelo Município da Praia da Vitória no Parque Ambiental do Paul, e na Região do Alentejo, com despesas realizadas no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina por parte dos municípios abrangidos.

Gráfico 16 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II (2008)

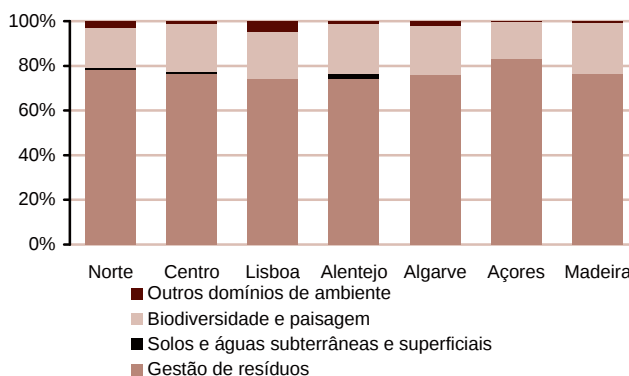
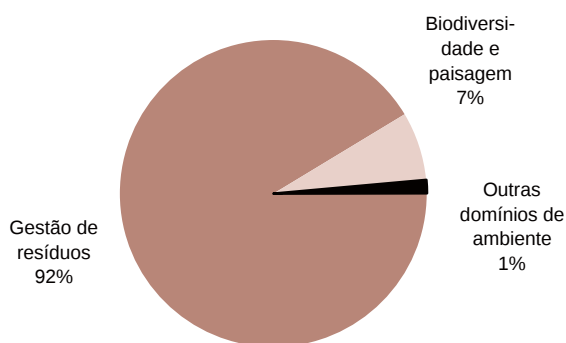


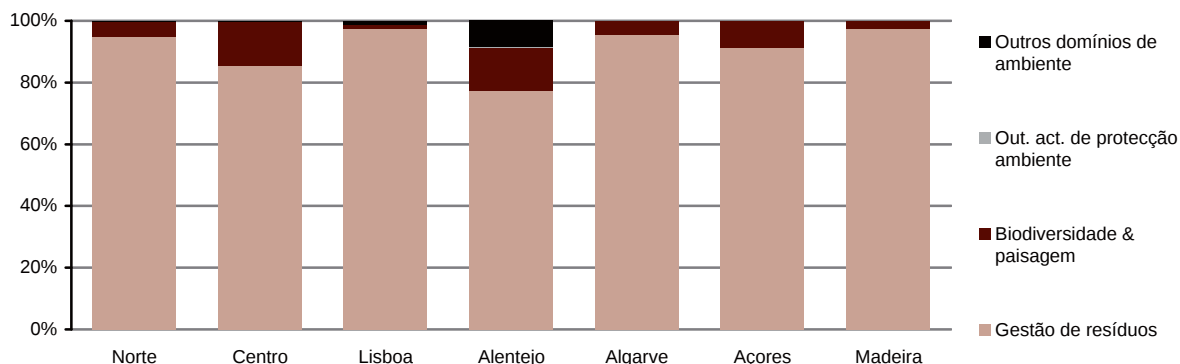
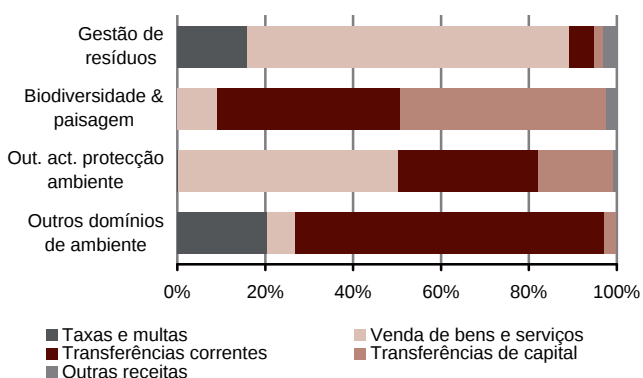
Gráfico 17 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente (2008)



As receitas dos municípios em ambiente registaram um acréscimo de 14%, fixando-se, em 2008, nos 194 milhões de euros, tendo o domínio “Gestão de Resíduos” contribuído com 92% do total, em resultado das verbas oriundas do serviço prestado relativo à recolha, venda, depósito e tratamento de resíduos urbanos.

As receitas geradas pelas actividades de protecção do ambiente estão concentradas (73%) nos Municípios das Regiões do Norte (62 milhões de euros), Centro (44 milhões de euros) e Lisboa (34 milhões de euros), resultantes principalmente do domínio “Gestão de Resíduos”.

Analisando as receitas pelos vários domínios de ambiente, verifica-se que em todas as regiões do País, os recursos provêm, essencialmente, do domínio “Gestão de Resíduos”, mas com ligeiras diferenças. No Norte, Lisboa, Algarve e Madeira, a quase totalidade das receitas foram geradas por este domínio, enquanto no Centro e no Alentejo a participação do domínio “Gestão de Resíduos” foi, respectivamente, de 85% e 77% e a parte remanescente foi proveniente, essencialmente, da “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” que contribuiu com 15%, para a primeira região e 14%, para a segunda.

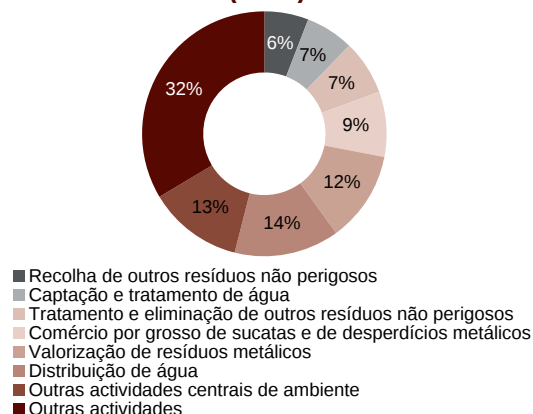
Gráfico 18 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II (2008)**Gráfico 19 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos (2008)**

Por domínios de ambiente e agregados económicos, verificam-se situações distintas. Enquanto no domínio “Gestão de Resíduos” mais de 4/5 das receitas dos municípios são provenientes da “Venda de Bens e Serviços” e “Taxas e Multas”, na “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, as “Transferências de Capital” e as “Transferências Correntes” assumem pesos significativos, 47% para a primeira rubrica, e 42% para a segunda, devido, essencialmente às transferências recebidas da Administração Central, compostas por receitas provenientes do Orçamento do Estado e da União Europeia destinadas à comparticipação nacional e comunitária nos projectos financiados.

1.1.2. ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE

No âmbito das actividades relativas à produção de bens, tecnologias e serviços relacionados com o controlo e gestão da poluição e/ou recursos, as entidades do sector de bens e serviços de ambiente desenvolveram, no ano de 2008, negócios na área ambiental que em valor superaram os 4 796 milhões de euros, mais 13% do que no ano anterior. A “Distribuição de água” contribuiu com cerca de 14% do total, seguida de “Outras actividades centrais de ambiente” e “Valorização de resíduos metálicos”. Tal como no ano 2007, o volume total de negócios em ambiente resultou, em grande parte (32%), da actividade de um conjunto disperso de sectores não centrais de ambiente, classificados em “Outras actividades”.

Gráfico 20 - Volume de negócios em ambiente segundo as principais actividades económicas (2008)



Os negócios relacionados com o grupo “Gestão da Poluição” ascenderam a 2 830 milhões de euros (59% do total), mais 21% do que em 2007, destacando-se novamente, o domínio “Gestão de Resíduos” que contribuiu com 1 789 milhões de euros, ou seja cerca de 63% do total do volume de negócios gerado com a “Gestão da Poluição”.

Gráfico 21 - Volume de negócios em ambiente por domínios do grupo “Gestão da poluição” (2008)

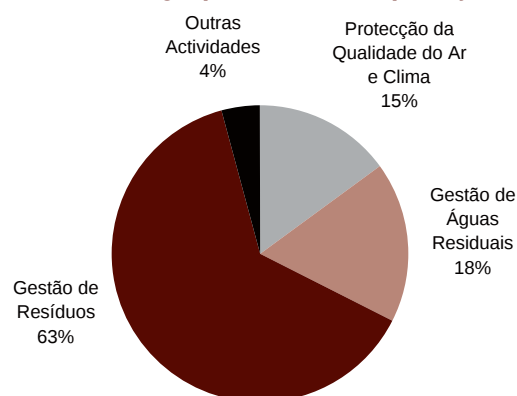
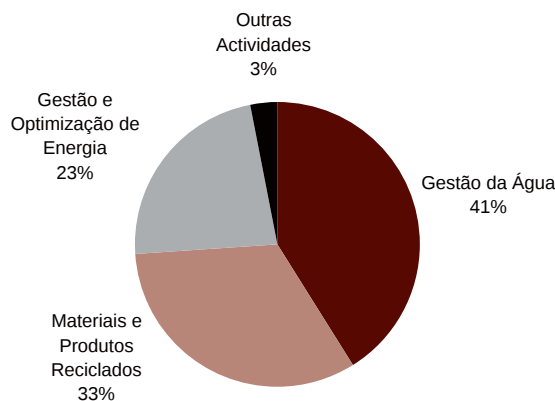
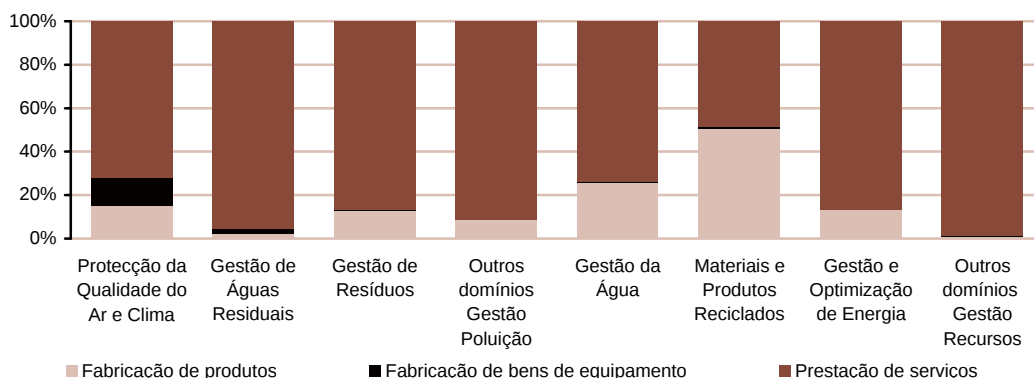


Gráfico 22 - Volume de negócios em ambiente por domínios do grupo “Gestão de recursos” (2008)



No grupo “Gestão dos Recursos”, cujo volume de negócios totalizou 1 966 milhões de euros, com acréscimo de 2% face ao ano anterior, os domínios “Gestão da Água” e “Materiais e Produtos Reciclados”, representaram, no seu conjunto cerca de 74% do total do grupo, ou seja 1 455 milhões de euros, o mesmo valor já registado em 2007.

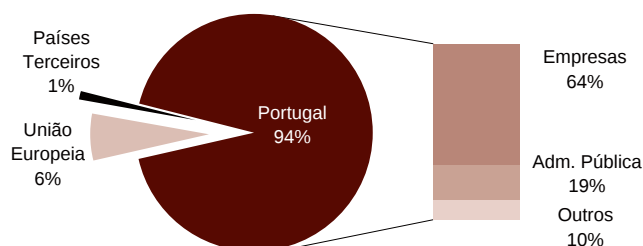
Gráfico 23 - Volume de negócios em ambiente por tipo de actividade desenvolvida segundo os domínios de ambiente (2008)



A “Prestação de Serviços” assume-se como a principal actividade ambiental desenvolvida pelas entidades do sector, totalizando um volume de negócios ambiental de 3 804 milhões de euros, cerca de 80% do volume de negócios em ambiente. De referir que no âmbito da “Gestão de Águas Residuais”, a “Prestação de Serviços” é praticamente a única actividade exercida, com 96% do total do volume de negócios desta actividade.

A “Fabricação de Produtos” representou em 2008, 19% do volume total de negócios, constituindo a principal actividade do domínio “Materiais e Produtos Recicladados”. A “Fabricação de Bens de Equipamento” é relativamente marginal na estrutura do volume de negócios ambiental, tendo apresentado apenas alguma relevância no domínio da “Protecção da Qualidade do Ar e do Clima” absorvendo 13% do volume de negócios neste domínio.

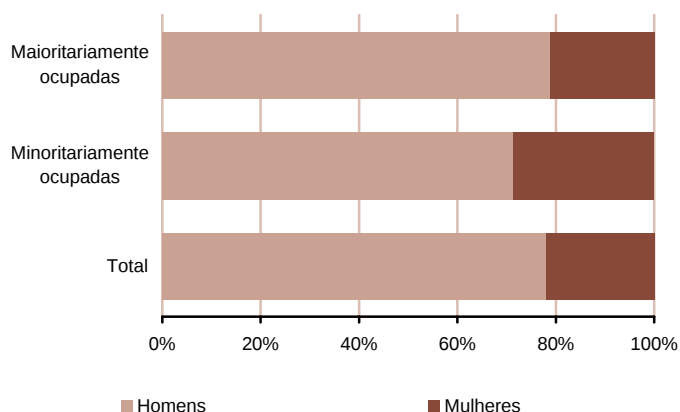
Gráfico 24 - Volume de negócios total segundo os mercados e sectores institucionais (2008)



As Empresas e a Administração Pública constituem os principais clientes da generalidade dos bens e serviços produzidos pelas entidades do sector analisado, tendo representado, respectivamente 64% e 19% do volume de negócios total, em 2008.

As vendas para o mercado externo cresceram 18%, face a 2007, superando os 405 milhões de euros, ou seja cerca de 7% do valor total transaccionado. Os países da União Europeia constituíram o principal destino das exportações destas empresas.

Gráfico 25 - Pessoal ao serviço segundo o sexo e a ocupação em funções na área do ambiente (2008)



Analisando o emprego das entidades de bens e serviços de ambiente em 2008, das 41 202 pessoas ao serviço (menos 2% do que em 2007), 29 548 desempenharam funções específicas na área do ambiente e destas, 26 507 (90%) fizeram-no ocupando a maior parte do seu tempo de trabalho. Verifica-se um claro predomínio dos homens (78%) no exercício deste tipo de funções, que atinge maior importância nas actividades “Distribuição de água” e “Recolha de outros resíduos não perigosos”, respectivamente em 21% e 18%.

Por tipologia das funções por grupo profissional, destacam-se os “Operários, Aprendizes e Praticantes” com 17 020 trabalhadores, ou seja, 58% do total. Esta categoria é dominada claramente pelo sexo masculino – 89% dos operários são homens – facto este também observado no caso dos “Dirigentes” (77%) e “Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa” (89%). Nas categorias de “Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços” e “Quadros e Técnicos, Médios e Superiores”, existe uma distribuição mais equitativa de funções.

Gráfico 26 - Pessoal ao serviço segundo o sexo e os grupos profissionais na área do ambiente (2008)

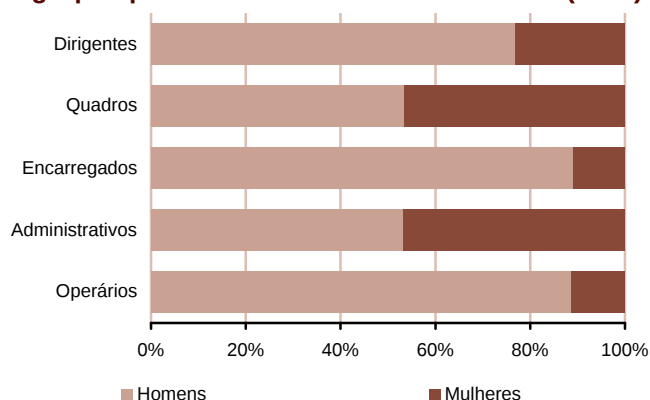
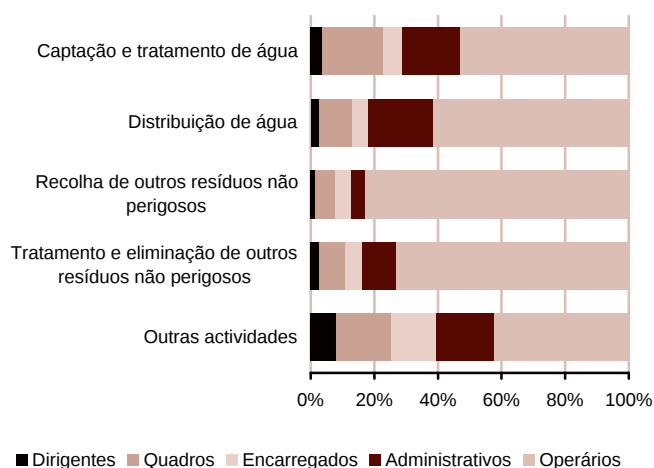


Gráfico 27 - Pessoal ao serviço em funções de ambiente segundo o grupo profissional e o sector de actividade económica (2008)

Os sectores de actividade económica mais representativos em termos de pessoal ao serviço com funções em ambiente são a “Distribuição de água” (21%), e a “Recolha de outros resíduos não perigosos” (17%). Como já se referiu anteriormente, verifica-se um predomínio dos operários na generalidade dos sectores de actividade, especialmente na “Recolha de outros resíduos não perigosos” (83%).

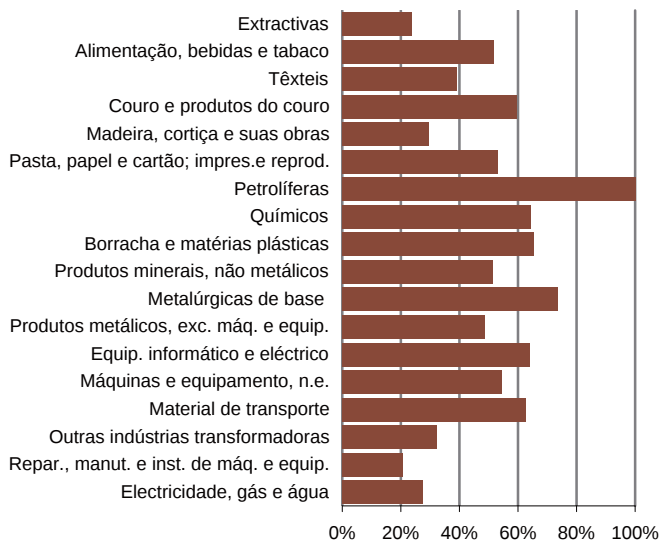


Em contrapartida e para o conjunto das restantes actividades, verifica-se uma distribuição mais uniforme dos recursos humanos pelos diferentes grupos profissionais representando os “Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços” e “Quadros e Técnicos, Médios e Superiores” cerca de 19% e 18%, respectivamente.

1.1.3 EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE MONITORIZAÇÃO, PREVENÇÃO, REDUÇÃO OU ELIMINAÇÃO DA POLUIÇÃO

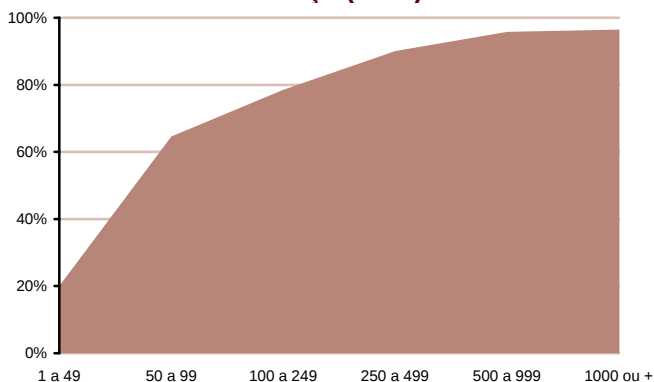
A informação recolhida junto das empresas dos sectores industriais permite identificar aquelas que, em 2008 e de acordo com a CAE – Rev. 3, realizaram actividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição, ou outros factores de degradação do ambiente inerentes aos processos produtivos. A análise é efectuada com base na variável “Investimentos” que em termos globais ascendeu a 262 milhões de euros. A variável “Custos e Perdas” registou um valor de 193 milhões de euros e a variável “Proveitos e Ganhos”, totalizou 136 milhões de euros.

Gráfico 28 - Empresas com actividades na luta contra a poluição por sectores de actividade (2008)



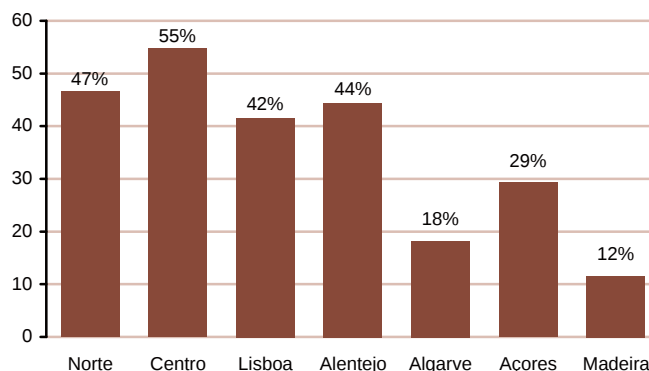
Para as empresas, a actividade de protecção ambiental está dependente de diversos factores, entre os quais, a natureza do processo e técnicas de produção adoptadas nos diversos sectores de actividade em que se inserem. No ano de 2008 constata-se que para a generalidade dos sectores, menos de metade das empresas afirma ter realizado investimentos ou despesas com medidas de protecção ambiental. À excepção das “Indústrias petrolíferas”, em que a única empresa existente promove acções de controlo e redução da poluição, realçam-se os sectores das “Indústrias de metalúrgicas de base” e “Indústrias da borracha e matérias plásticas” que registam um maior número relativo de empresas que adoptam medidas de protecção ambiental, respectivamente 73% e 65% do total de empresas em cada sector. Como “menos amigas” do ambiente ou sem necessidade de realizarem acções de controlo e redução da poluição, estão as empresas dos sectores da “Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos” e das “Indústrias extractivas”, em que apenas 1/5 e 1/4 das empresas existentes, em cada um dos sectores, afirma ter realizado acções de controlo e gestão de poluição.

Gráfico 29 - Empresas com actividades na luta contra a poluição por escalões de pessoal ao serviço (2008)



Para as empresas que efectuaram, em 2008, acções de controlo e redução da poluição, observa-se que, em termos relativos, nas empresas de maior dimensão (tendo por base o número de pessoas ao serviço), mais de metade das unidades revelam terem desenvolvido medidas de protecção ambiental. Destaque para as empresas posicionadas no escalão de 50 a 99 pessoas ao serviço, a partir do qual quase de 2/3 das unidades industriais desenvolvem algum tipo de actividade de protecção do ambiente.

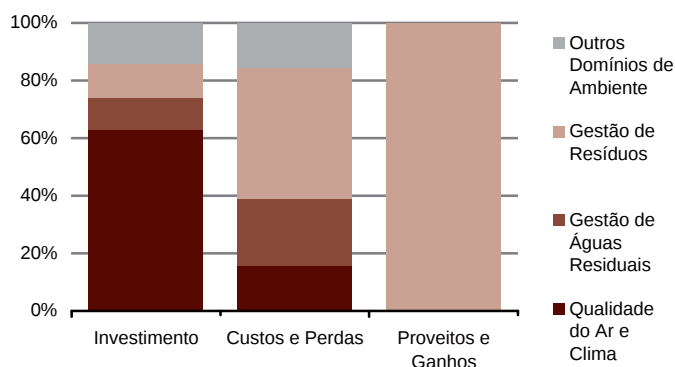
Gráfico 30 - Empresas com actividades na luta contra a poluição por NUTS II (2008)



Em termos regionais, o Centro lidera com mais de metade das empresas (55%) a exercerem actividades de controlo e redução da poluição. Seguem-se as Regiões do Norte e Alentejo, com 47% das empresas, para a primeira, e 44% para a segunda região. De referir que as empresas da Região Autónoma da Madeira se destacam pela menor preocupação com a qualidade do ambiente, com apenas 12% do parque empresarial a evidenciar a realização de medidas de protecção ambiental.

Em 2008, o “Investimento” das empresas, no âmbito da protecção do ambiente, foi aplicado maioritariamente (63%), no domínio da “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” através sobretudo da construção de chaminés e aquisição de equipamento de filtragem e tratamento de emissões gasosas para a atmosfera. Os “Custos e Perdas”, por seu turno, incidiram sobretudo no domínio da “Gestão de Resíduos” decorrentes da actividade industrial, por via da sua eliminação ou minimização. A quase totalidade dos “Proveitos e Ganhos” das empresas em análise foram obtidos através, essencialmente, da “Venda de Resíduos e/ou Materiais Reciclados” que ascendeu a 136 milhões de euros.

Gráfico 31 - Principais variáveis das empresas por domínios de ambiente (2008)



Quando se comparam as variáveis económicas recolhidas junto das empresas, por sector de actividade, verifica-se que mais de 2/5 dos investimentos realizados foram efectuados pelo sector “Electricidade, gás e água”. O sector “Indústria da pasta, papel e cartão” passou a ocupar a 2ª posição em termos de importância relativa com 14%, relegando as “Indústrias petrolíferas”, habitualmente caracterizadas pelos fortes investimentos decorrentes da utilização de equipamentos mais complexos, pesados e dispendiosos, para a 3ª posição, fixando-se nos 13%. Ao nível dos custos, assumem maior preponderância no sector “Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco” e novamente o da “Electricidade, gás e água”. As receitas são geradas essencialmente nas actividades de “Indústrias de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos” e “Indústrias de material de transporte”, actividades potencialmente geradoras de resíduos comercializáveis, somando no conjunto mais de 2/5 desta rubrica.

Gráfico 32 - Principais variáveis das empresas por sectores económicos (2008)

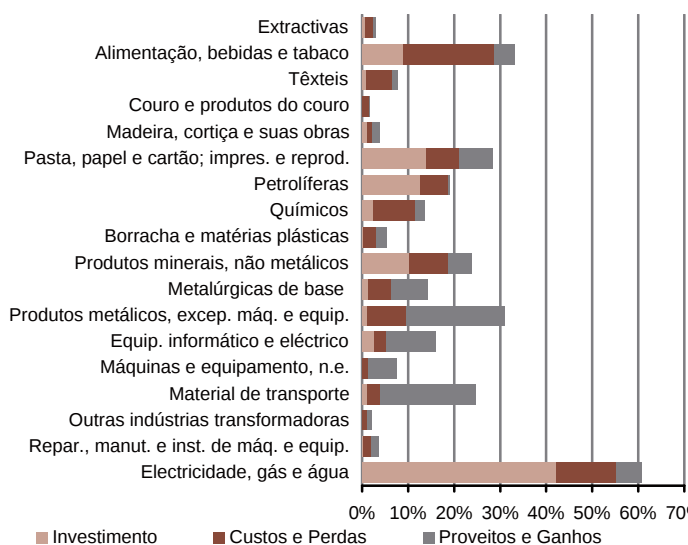
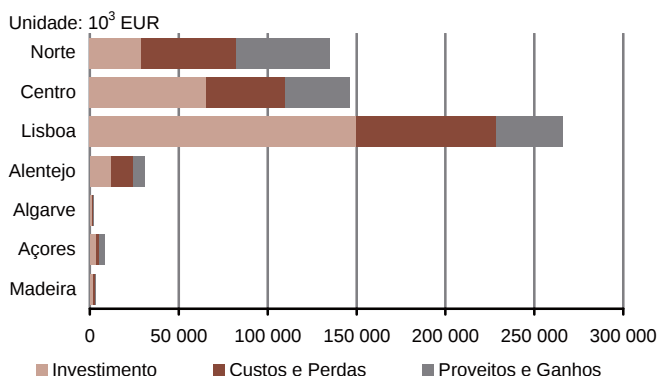
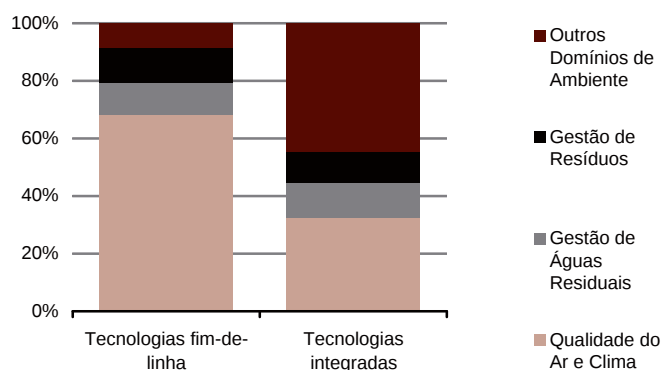


Gráfico 33 - Principais variáveis das empresas, por NUTS II (2008)



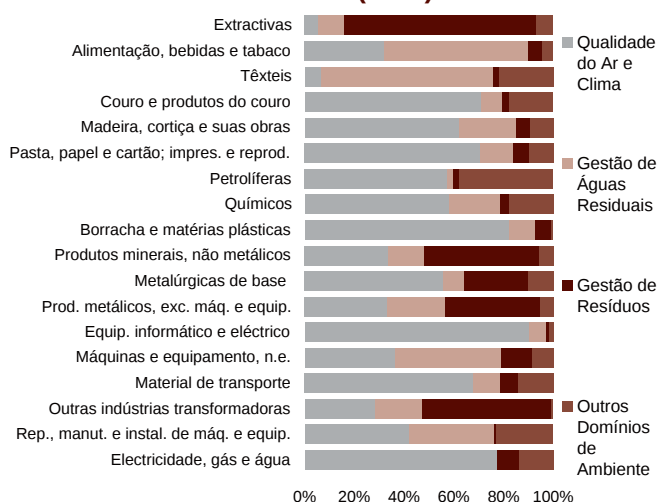
Em termos regionais, as empresas com sede em Lisboa geraram mais de metade do investimento total nacional, ascendendo a 150 milhões de euros. No que respeita à rubrica de “Custos e perdas”, destacam-se as empresas sediadas nas Regiões de Lisboa e Norte que suportaram, respectivamente, 41% e 28% do total desta rubrica no cômputo nacional. Em termos de receitas provenientes da actividade ambiental, destacam-se as empresas da Região Norte que atingiram 53 milhões de euros e da Região de Lisboa com 38 milhões de euros, perfazendo ambas as regiões cerca de 66% do total nacional.

Gráfico 34 - Investimentos das empresas por tipo de tecnologia, segundo os domínios de ambiente (2008)



Em 2008, o investimento da indústria em tecnologias de redução e controlo de poluição alcançou os 262 milhões de euros. Representando 85% do total, o investimento efectuado em tecnologias de fim-de-linha, foi superior em quase todos os sectores de actividade, com excepção das “Indústrias de metalúrgicas de base” e “Indústrias petrolíferas”. A análise por domínios de ambiente permite identificar o domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” como o mais beneficiado, com 68% do investimento em tecnologias fim-de-linha e 32% em tecnologias integradas.

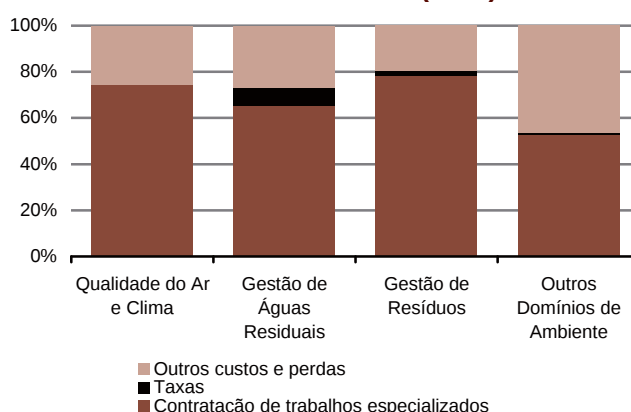
Gráfico 35 - Investimentos das empresas por sectores económicos, segundo os domínios do ambiente (2008)



Relativamente à incidência do investimento efectuado, por domínios de ambiente nos diversos sectores de actividade económica, constata-se que a maior parte dos sectores de actividade investem mais de 50% no domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima”. Sectorialmente destacam-se as “Indústrias de equipamento informático e eléctrico” e “Indústrias de borracha e matérias plásticas” onde o investimento neste domínio absorve mais de 80% do total. No domínio da “Gestão de Águas Residuais”, destacam-se as “Indústrias têxteis” e “Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco” que atingiram em média 2/3 do investimento realizado. No domínio da “Gestão de Resíduos”, as “Indústrias extractivas” e “Outras indústrias transformadoras” investem mais de metade do total realizado. De referir que nos “Outros Domínios de Ambiente” o investimento sectorial não está tão concentrado, destacando-se contudo as “Indústrias petrolíferas”, “Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos” e “Indústrias têxteis”, respectivamente com 38%, 23% e 22% do total realizado.

Analisando a variável “Custos e Perdas” desagregada por algumas rubricas contabilísticas, destaca-se a importância da verba despendida com a “Contratação de Trabalhos Especializados”, que atinge 71% do total nacional e que inclui as contrapartidas pagas às entidades gestoras, nomeadamente à Sociedade Ponto Verde, pela gestão dos resíduos de embalagem, e à Valorcar, pela valorização dos veículos automóveis em fim de vida, e dos seus componentes e materiais. No que se refere às despesas associadas com actividades de protecção ambiental desenvolvidas com meios próprios da empresa (rubrica “Outros custos e perdas”), verifica-se que estes absorveram no mínimo, 20% dos custos e perdas globais (“Gestão de Resíduos”), apresentando o maior peso em “Outros Domínios de Ambiente” com quase 50% do total. Finalmente as “Taxas” correspondentes ao pagamento a serviços municipais de recolha, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos, representaram um valor residual, excepto na gestão de águas residuais.

Gráfico 36 - Custos e perdas das empresas por domínios de ambiente (2008)



A “Gestão de Resíduos”, na generalidade dos sectores de actividade, revela-se como o domínio que maiores custos envolve, seguindo-se o domínio “Gestão de Águas Residuais”, representando respectivamente, 46% e 23% do total de custos e perdas. De referir que o domínio “Gestão de Águas Residuais” assume maior importância nas “Indústrias têxteis” e nas “Indústrias petrolíferas”, enquanto o domínio “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” tem expressão na “Electricidade, gás e água” e nas “Indústrias de produtos minerais não metálicos”.

Gráfico 37 - Custos e perdas das empresas por sectores económicos, segundo os domínios do ambiente (2008)

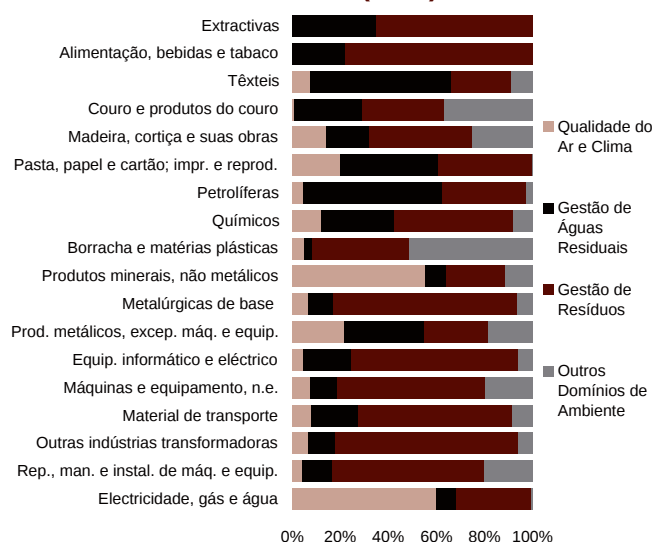
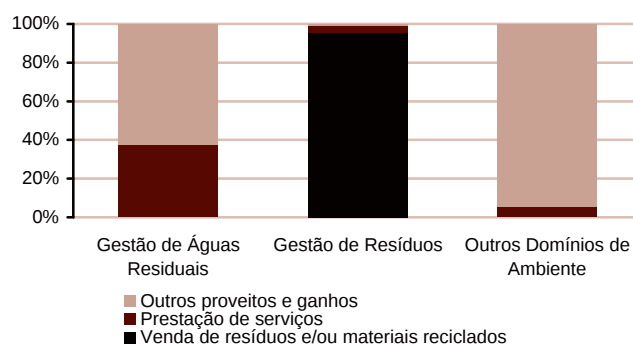
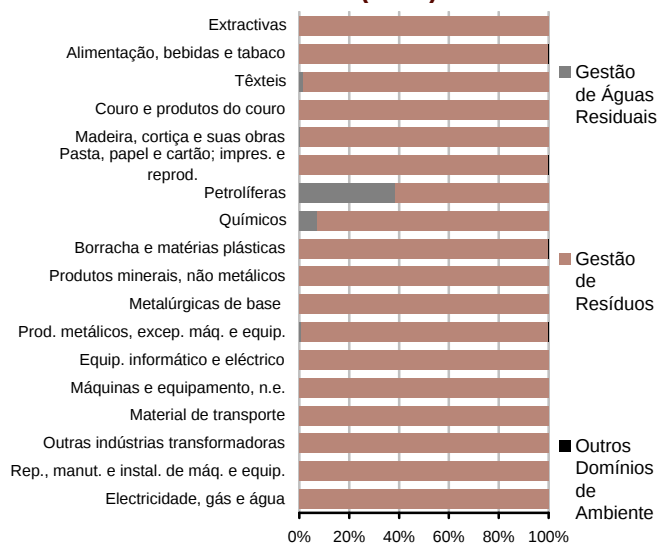


Gráfico 38 - Proveitos e ganhos das empresas por domínios de ambiente (2008)



No domínio “Gestão de Resíduos”, a quase totalidade das receitas das empresas associadas a medidas de protecção ambiental provêm, fundamentalmente, da “Venda de Resíduos e/ou Materiais Reciclados”.

Gráfico 39 - Proveitos e ganhos das empresas por sectores económicos, segundo os domínios do ambiente (2008)



É claramente predominante a capacidade que as empresas de qualquer dos sectores de actividade possuem para gerar receitas no domínio “Gestão de Resíduos”, com excepção das “Indústrias petrolíferas” em que 3/5 dos proveitos foram gerados no domínio da “Gestão de Águas Residuais”.

Para o conjunto dos sectores industriais, os “Custos com pessoal ligados às actividades de protecção ambiental” ascenderam a 44 milhões de euros. A análise do tempo de trabalho do pessoal ocupado com actividades de protecção ambiental revela que apenas 12% dos indivíduos ocupa mais de metade do tempo de trabalho em actividades relacionadas com o ambiente. Em termos de pessoas “equivalentes a tempo completo”, verifica-se que as “Indústrias têxteis” e “Indústrias de pasta, de papel e de cartão” se revelam como os sectores mais intensivos na utilização de recursos humanos para o desenvolvimento de acções de protecção ambiental, representando respectivamente, 25% e 12% do total. Em termos do custo médio por pessoa ao serviço na protecção do ambiente, destacam-se os sectores de “Indústrias petrolíferas” e “Electricidade, gás e água” que registaram respectivamente, valores de 74 071 e 10 883 euros por pessoa, situados muito acima do valor médio de 2 053 euros para o conjunto dos sectores.

Quadro 1 - Pessoas ao serviço nas empresas que desenvolvem actividades de protecção ambiental, por actividades económicas, segundo o regime de afectação e respectivos custos *

2008

Regime de afectação dos recursos humanos e custos associados	Número médio de pessoas que ocupam		Emprego "equivalente a tempo completo" em actividades de ambiente	Custos com o pessoal, afectos às actividades de protecção ambiental
	Mais de metade do tempo de trabalho em actividades de ambiente	Menos de metade do tempo de trabalho em actividades de ambiente		
Actividades económicas (CAE - Rev.3)	N.º			10³ EUR
Total	2 951	20 164	5 331	43 874
05-09 Extractivas	53	531	107	1 263
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	301	2 802	540	4 355
13-14 Têxteis	287	1 992	978	2 370
15 Couro e produtos do couro	133	201	162	165
16 Madeira, cortiça e suas obras	51	731	108	636
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	427	2 151	756	4 901
19 Petrolíferas	54	0	54	4 000
20-21 Químicos	223	2 507	383	5 827
22 Borracha e matérias plásticas	297	640	355	1 831
23 Produtos minerais, não metálicos	209	2 513	446	3 794
24 Metalúrgicas de base	110	231	122	1 341
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	233	1 963	442	2 808
26-27 Equip. informático e eléctrico	90	971	165	1 570
28 Máquinas e equipamento, n.e.	95	572	141	951
29-30 Material de transporte	195	1 080	244	1 696
31-32 Outras indústrias transformadoras	36	716	98	360
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	97	235	136	1 195
35-36 Electricidade, gás e água	62	327	96	4 810

* Quadro actualizado em 08-02-2011

1.1.4 ENTIDADES GESTORAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS

À semelhança da edição anterior, o INE apropria a informação de natureza administrativa recolhida junto das entidades gestoras para a caracterização económico-financeira dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais. O Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR) constitui o suporte de recolha, que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da parceria estabelecida entre o INE e o Instituto da Água (INAG).

A informação está organizada de acordo com a natureza do serviço prestado pelas entidades gestoras – abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais – e localização geográfica das mesmas. Estas entidades possuem diversas naturezas jurídicas, sendo constituídas por associações de municípios, associações de utilizadores, empresas municipais, empresas intermunicipais, entidades empresariais municipais, empresas privadas, empresas públicas ou de capitais públicos, municípios e serviços municipalizados.

Gráfico 40 - Entidades gestoras do serviço de abastecimento de água, por tipo de entidade (2008)

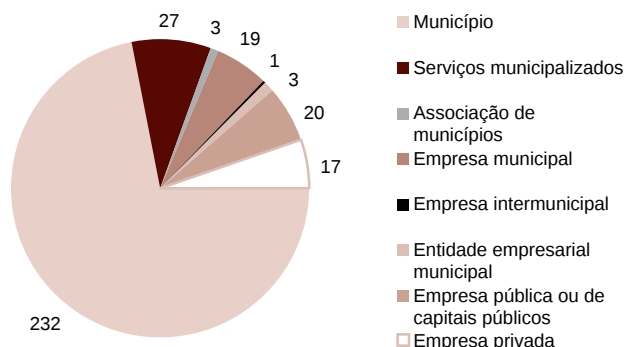
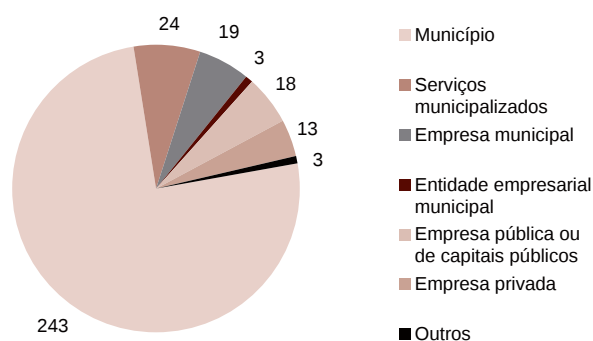


Gráfico 41 - Entidades gestoras do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por tipo de entidade (2008)



Considerando que à data da publicação não se encontravam disponíveis dados de diversas entidades gestoras (ver Capítulo 3.1 Metodologias), qualquer análise deverá ser efectuada em conformidade com esta limitação, não sendo possível proceder a uma análise comparativa com dados relativos a anos precedentes.

Abastecimento de água

Em 2008, os “Investimentos” em infra-estruturas associadas aos serviços de abastecimento de água totalizaram 424 milhões de euros, com destaque para as entidades gestoras da região Centro com mais de 2/5 do total realizado. Cerca de 2/5 dos “Custos” (onde se incluem os “Custos gerais administrativos” e os “Custos de exploração e gestão”) foram despendidos pelas entidades gestoras localizadas em Lisboa, enquanto que as do Norte e Centro contribuíram, cada uma delas, com cerca de 1/5 dos gastos. De referir que mais de 4/5 dos “Proveitos” das entidades gestoras se concentraram nas regiões de Lisboa, Norte e Centro.

Cerca de 2/3 dos “Investimentos” foram efectuados por empresas públicas ou de capitais públicos, seguidos pelos municípios e serviços municipalizados com, respectivamente, 10% e 8%.

Gráfico 42 - Principais variáveis do serviço de abastecimento de água por NUTS II (2008Po)

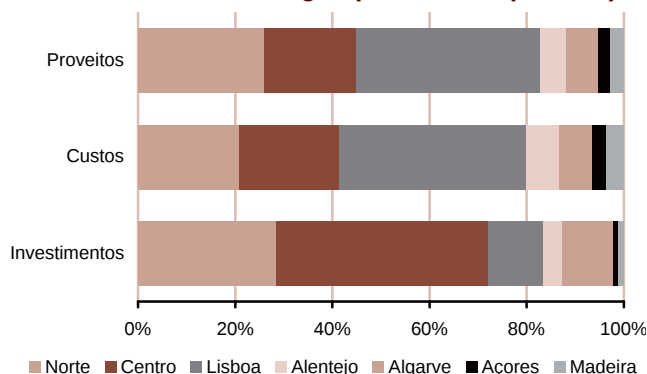
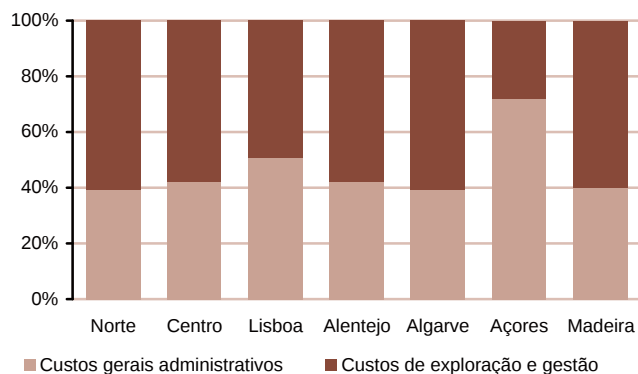
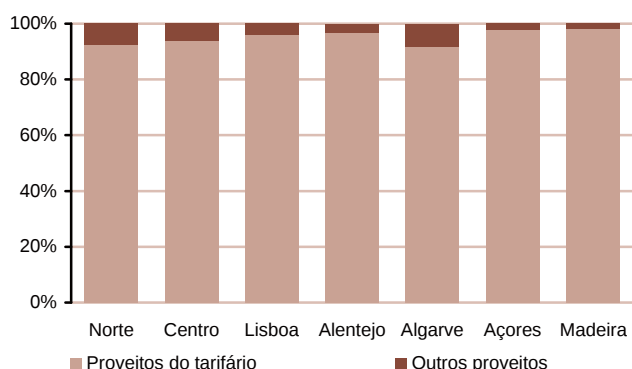


Gráfico 43 - Custos com o serviço de abastecimento de água por NUTS II (2008Po)



Analisando a estrutura da variável “Custos” destaca-se a importância da verba despendida com “Custos de exploração e gestão” para a maioria das regiões, à excepção da Região Autónoma dos Açores em que esta variável detém apenas 30% do total dos custos. Em oposição, os “Custos de exploração e gestão” das entidades gestoras sediadas no Norte e no Algarve, representaram mais de 60% do total das respectivas Regiões.

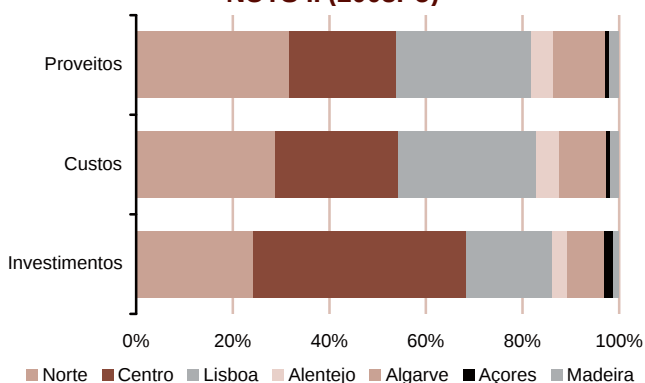
Gráfico 44 - Proveitos do serviço de abastecimento de água por NUTS II (2008Po)



Mais de 90% dos “Proveitos” das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água tiveram origem nos “Proveitos do tarifário”, resultantes da aplicação das componentes variável e fixa da estrutura tarifária. Esta situação verifica-se de forma generalizada em todas regiões, com destaque para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Em termos estruturais, as entidades gestoras de Lisboa registaram mais de 1/3 das receitas, seguidas pelas entidades localizadas na Região Norte com 1/4 do total.

Drenagem e tratamento de águas residuais

Gráfico 45 - Principais variáveis do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II (2008Po)



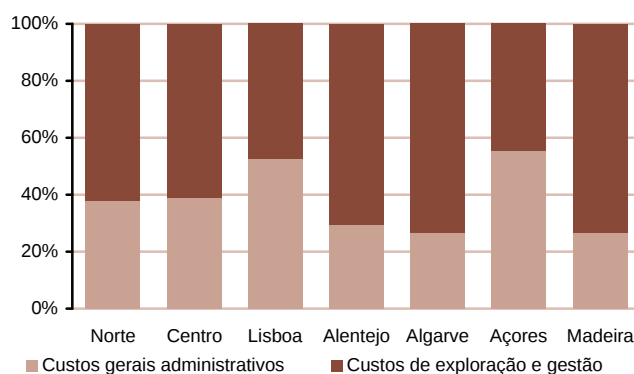
Em 2008, os “Investimentos” das entidades gestoras em infra-estruturas de drenagem e tratamento de águas residuais foram superiores às de abastecimento de água, tendo atingido 451 milhões de euros. Mais de 2/5 das verbas foram investidas pelas entidades sediadas na região do Centro, seguidas pelas do Norte com 1/4 do investimento total. No que se refere aos “Custos” e aos “Proveitos”, mais de 4/5 das verbas foram realizadas pelas entidades gestoras do Norte, Centro e Lisboa.

Mais de 2/3 dos gastos em infra-estruturas de drenagem e tratamento de águas residuais foram realizados pelas empresas públicas ou de capitais públicos e a parte restante foi repartida por municípios (11%), serviços municipalizados (7%) e pelas empresas municipais e empresas privadas, ambas com 6% do investimento total.

Gráfico 46 - Custos com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II (2008Po)

Relativamente à incidência dos “Custos” com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, os “Custos de exploração e gestão” e os “Custos gerais administrativos” totalizaram 352 milhões de euros.

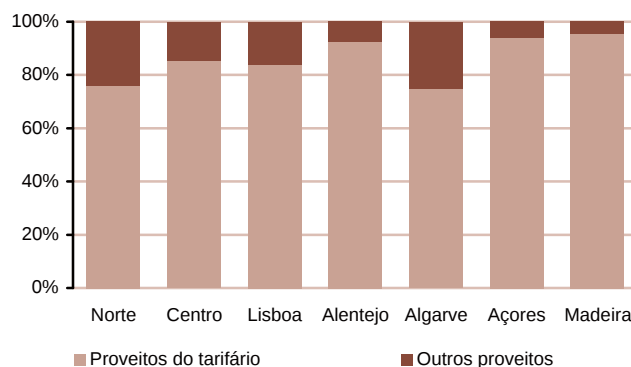
Em termos regionais, os “Custos de exploração e gestão” predominam na maioria das regiões, com excepção de Lisboa e da Região Autónoma dos Açores, em que os “Custos gerais administrativos” representaram, respectivamente, 53% para a primeira região e 55% para a segunda.



Os “Proveitos do tarifário” do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais sobrepõem-se aos “Outros proveitos”, constituídos essencialmente por proveitos resultantes da prestação de serviços associados, nomeadamente à desobstrução da rede de esgotos, execução de ramais de ligação e limpeza de fossas sépticas individuais. Os “Proveitos” fixaram-se nos 245 milhões de euros, dos quais 4/5 dizem respeito aos “Proveitos do tarifário”.

Em todas as regiões do país cerca de 3/4 das verbas provêm dos “Proveitos do tarifário”, com excepção do Norte e Algarve em que 1/4 dos proveitos tiveram origem nos “Outros proveitos”.

Gráfico 47 - Proveitos do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II (2008Po)



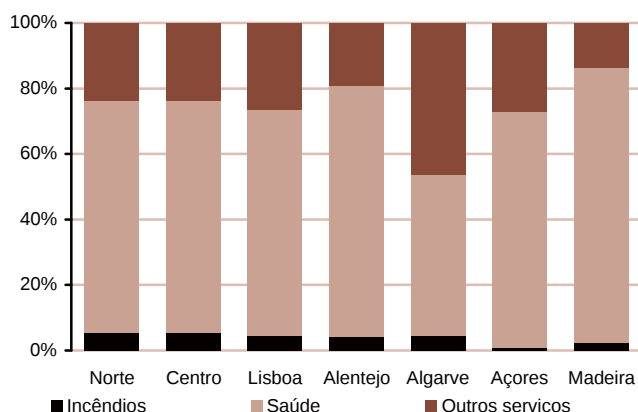
1.1.5 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Associações e Outras Entidades de Bombeiros

O INE mantém a parceria com a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) para a disponibilização de informação relativa às actividades desenvolvidas pelas Associações Humanitárias de Bombeiros do Continente.

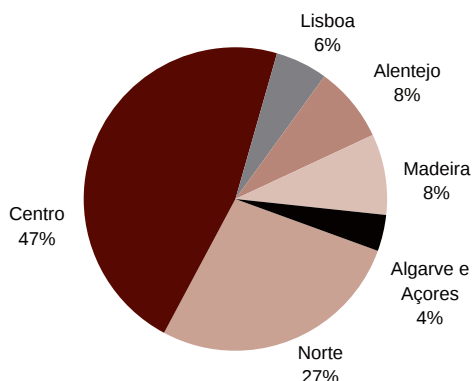
A principal actividade desenvolvida em 2008 pelos Corpos de Bombeiros foi no âmbito do “Serviço de Saúde”, com cerca de 1 milhão de serviços prestados, o que corresponde a uma média de 2 074 serviços por cada Corpo de Bombeiros. Esta situação é transversal a todas as regiões, com as participações em serviços de saúde a rondar os 70% do total dos serviços prestados, com excepção do Algarve, região na qual a execução deste serviço se fixou apenas em 49% do total de serviços prestados.

Gráfico 48 - Participação dos Corpos de Bombeiros por NUTS II, segundo o tipo de serviço (2008)



Os “Outros Serviços” representaram 1/4 dos serviços prestados pelos bombeiros, correspondendo a 336 mil acções e associadas a actividades relacionadas com a assistência a acidentes nos diversos meios de transporte, serviços de prevenção e protecção à população e resolução de conflitos, entre outras. A Madeira e o Alentejo foram as Regiões em que estas actividades tiveram menor importância com, respectivamente 13% e 19% do total das acções realizadas.

Gráfico 49 - Participação dos Corpos de Bombeiros no combate a incêndios, por regiões (2008)



Em 2008, registaram-se no país 54 mil incêndios, menos 10% face ao ano anterior, e dos quais 15% tiveram origem em povoamentos florestais. A participação dos Corpos de Bombeiros da Região do Centro no combate a incêndios florestais foi a mais significativa, com cerca de metade das ocorrências, seguida pelas corporações do Norte com 27%. De salientar que a participação dos bombeiros da região Norte nos incêndios em povoamentos florestais diminuiu mais de 1/3 face ao ano anterior.

Cada Corporação de Bombeiros contou com uma média de 80 elementos em 2008, totalizando 37 435 indivíduos que desenvolveram actividades no âmbito do quadro de comando e quadro activo dos Corpos de Bombeiros. A Região do Alentejo registou em média 56 bombeiros por corporação, em contraste com a de Lisboa que atingiu 89 elementos por Corpo de Bombeiros. As Regiões Norte e Centro englobaram em conjunto, 66% do efectivo do país, por oposição às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira cuja contribuição não ultrapassou os 3%, para a primeira Região e os 2%, para a segunda.

Em 2008, os gastos dos Corpos de Bombeiros cresceram 3% face ao ano anterior, fixando-se nos 333 milhões de euros. A rubrica “Aquisição de Bens e Serviços” registou um aumento de 10% enquanto as “Despesas com o Pessoal” mantiveram-se estáveis. No entanto, em termos estruturais, as “Despesas com o Pessoal” continuam a manter grande importância relativa, contribuindo com cerca de 3/5 do total dos gastos mas a “Aquisição de Bens e Serviços” reforçou a sua posição, face ao ano transacto, fixando-se nos 29%. A despesa média nacional subiu para 711 milhares de euros por Corpo de Bombeiros contra os 689 milhares de euros do ano anterior, com destaque para “Despesas com o Pessoal” que absorveram em média 420 milhares de euros por Corpo de Bombeiros.

A nível regional, os gastos dos Corpos de Bombeiros concentraram-se, sobretudo nas Regiões de Lisboa, Norte e Centro, totalizando 73% da despesa total. As Regiões do Norte e Centro registaram aumentos na “Aquisição de Bens e Serviços” de, respectivamente 12% e 10%, e nas “Despesas com o Pessoal” de 4%, para a primeira região, e 6% para a segunda; por sua vez, Lisboa apresentou acréscimos na “Aquisição de Bens e Serviços” e nos “Investimentos” de respectivamente 7% e 11%, e uma contracção de 4% nas “Despesas com o Pessoal”. De salientar, que nas Regiões dos Açores e da Madeira os “Investimentos” tiveram aumentos na ordem dos 30%, para a primeira Região e de 90% para a segunda, efectuados em instalações e equipamentos para combate a incêndios.

As “Despesas com o Pessoal” e a “Aquisição de Bens e Serviços” representaram mais de 4/5 dos gastos das regiões, com excepção dos Açores em que a distribuição foi mais equilibrada: metade das despesas foi para as “Despesas com o Pessoal”, 1/4 para “Aquisição de Bens e Serviços” e 1/5 para “Investimentos”.

As receitas destas instituições registaram um aumento de 6%, atingindo em 2008, 279 milhões de euros, devido essencialmente ao acréscimo de 13% na “Venda de Bens e Prestação de Serviços”. Cerca de metade da verba foi obtida através de “Transferências Correntes e de Capital”, nomeadamente da Administração Central e da Administração Regional e Local, com 31% para o primeiro Sub-Sector, e 12%, para o segundo. Para além desta rubrica, destaca-se a “Venda de Bens e Serviços” como a segunda fonte de receitas, com 42% do total.

Gráfico 50 - Corpos de Bombeiros do quadro de comando e do quadro activo, por NUTS II (2008)

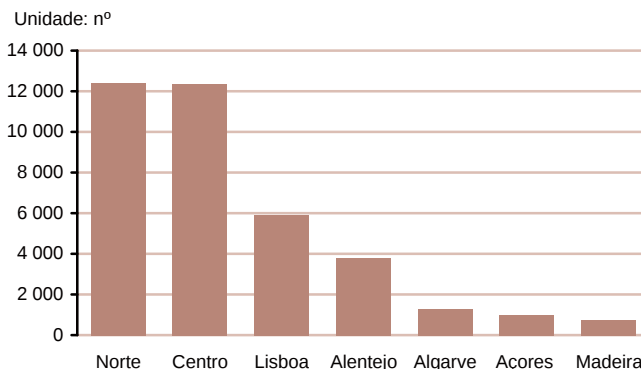


Gráfico 51 - Despesas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II (2008)

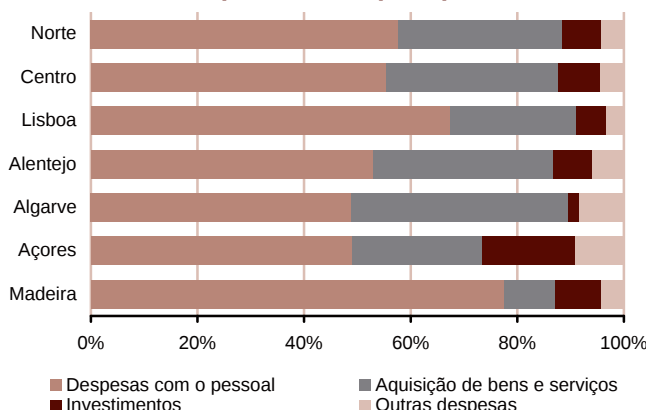
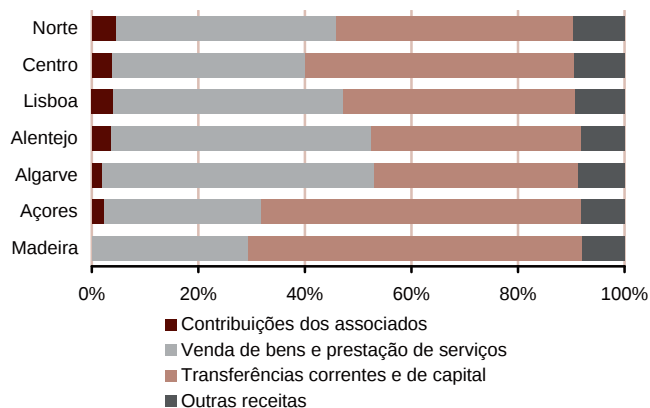


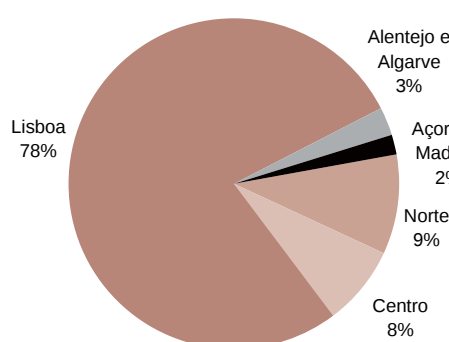
Gráfico 52 - Receitas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II (2008)



As receitas dos Corpos de Bombeiros aumentaram em todas as Regiões do País, com realce para a Região Autónoma dos Açores que cresceu cerca de 11%, devido essencialmente ao acréscimo de 7% nas “Transferências Correntes e de Capital”. Por outro lado, a Região Autónoma da Madeira registou um acréscimo de apenas 2% motivado essencialmente por uma diminuição de 11% na “Venda de Bens e Prestação de Serviços”. Analisando as várias fontes de receitas, verificam-se comportamentos distintos: nas Corporações das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, as “Transferências Correntes e de Capital” contribuíram com mais de 60% das receitas em oposição às do Alentejo e ao Algarve que obtiveram apenas 39%, na primeira Região e 38% na segunda. Para as Regiões do Norte e de Lisboa a repartição entre “Transferências Correntes e de Capital” e “Venda de Bens e Prestação de Serviços” foi mais equilibrada, situando-se na ordem dos 43% para cada rubrica. Por sua vez, a “Venda de Bens e Prestação de Serviços” foi responsável por mais de 50% dos proveitos nas Corporações localizadas no Algarve, em contraste com os 29% das situadas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)

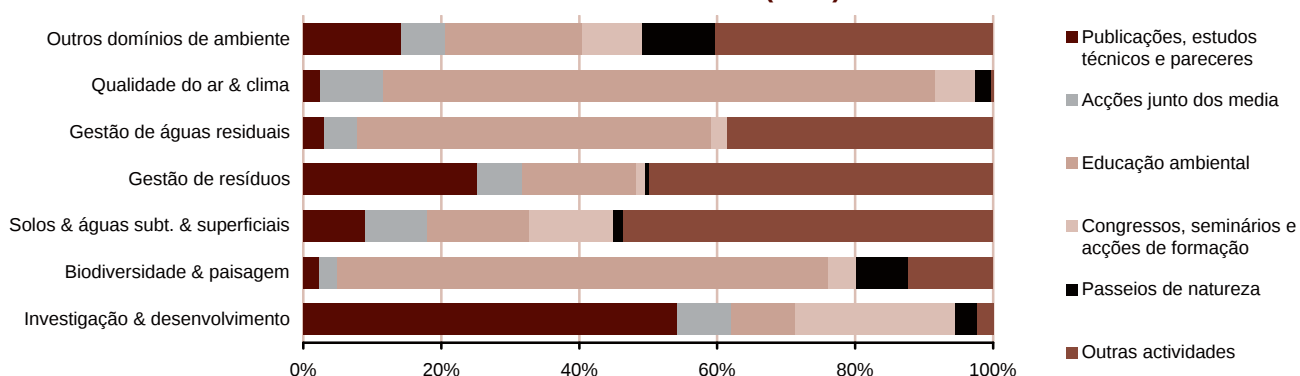
Gráfico 53 - Associados das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2008)



Em 2008, o número de inscritos nas ONGA do País registou um decréscimo de 1% face ao ano anterior. As associações sediadas na Região de Lisboa continuam a representar cerca de 4/5 do total de membros das ONGA do País. À semelhança dos anos anteriores, os “Particulares” constituem os principais associados.

Em Portugal estavam inscritos 186 mil indivíduos, em 2008, o que perfaz uma média de 1 628 pessoas por instituição. O número de empresas associadas das ONGA, ainda que com uma importância pouco significativa, aumentou 10% em comparação com 2007, e traduziu-se numa média de 11 empresas por ONGA. A nível regional, as ONGA sediadas em Lisboa assumem maior relevância, com uma média de 28 empresas associadas, mais 7 do que no ano anterior.

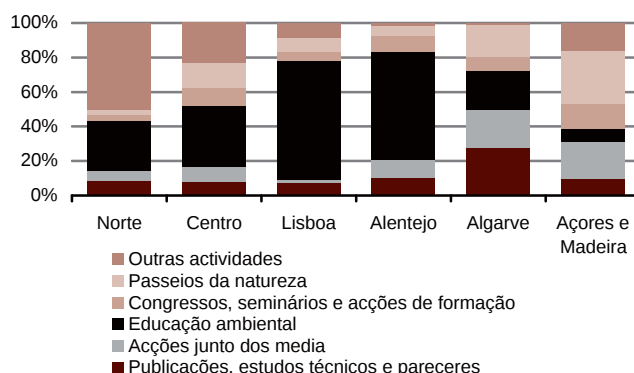
Gráfico 54 - Actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, por domínios de ambiente (2008)



A principal actividade desenvolvida pelas ONGA foi a “Educação Ambiental” junto das populações, que registou, 7 020 acções em 2008, correspondentes a metade das actividades realizadas. As “Publicações, Estudos e Pareceres Técnicos” e os “Passeios de Natureza” apresentaram um peso de, respectivamente, 8% e 7% do total das actividades. Mais de 4/5 das actividades do domínio “Protecção do Ar e Clima”, mais de 2/3 das de “Protecção da Biodiversidade e Paisagem” e mais de metade das de “Gestão de Águas Residuais” foram desenvolvidas em “Educação Ambiental”. No domínio de “Investigação e Desenvolvimento” mais de metade das actividades foram dirigidas para “Publicações, Estudos e Pareceres Técnicos” e cerca de 1/4 para “Congressos, Seminários e Acções de Formação”.

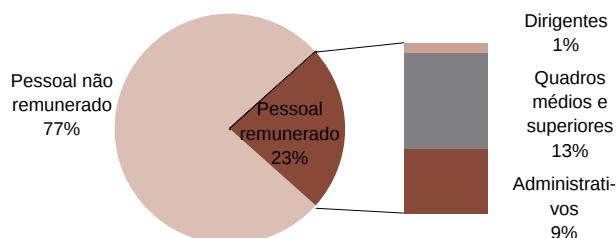
Mais de 3/5 das ocorrências desenvolvidas pelas Regiões de Lisboa e Alentejo foram direccionadas para “Educação Ambiental”, ao contrário das restantes regiões em que a repartição pelas acções foi mais equilibrada. As associações do Algarve privilegiaram as “Publicações, Estudos e Pareceres Técnicos”, “Acções Junto dos Media” e a “Educação Ambiental”, que representaram, 28% para a primeira actividade e 23% para cada uma das restantes, do total das acções da região; já nas Regiões Autónomas, salientam-se os “Passeios de Natureza” e “Acções Junto dos Media” que congregaram mais de metade das actividades desenvolvidas localmente.

Gráfico 55 - Actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2008)



O regime de voluntariado continuou, à semelhança dos anos anteriores, a caracterizar o funcionamento destas organizações, tendo registado um acréscimo de 3% comparativamente a 2007, e abrangido 77% do total de indivíduos. Do pessoal remunerado, 23% do total, predominam os quadros e técnicos médios e superiores e administrativos, com, respectivamente 13% e 9%, enquanto os dirigentes não ultrapassam 1%.

Gráfico 56 - Pessoal ao serviço das Organizações Não Governamentais de Ambiente (2008)



Mais de metade dos indivíduos eram do sexo masculino, com predomínio no pessoal não remunerado (58%), enquanto no pessoal remunerado, a participação feminina foi maioritária com 64% do total.

Analisando em termos de nível de escolaridade, 66% dos indivíduos concluíram o ensino superior, repartidos equitativamente entre homens e mulheres e 25% o ensino secundário, com destaque para a participação do sexo masculino com 57% do total. O pessoal não remunerado predomina em todos os níveis de escolaridade.

Da análise da estrutura regional do pessoal das ONGA, assinalam-se as regiões do Norte e do Centro com uma forte componente de voluntariado (89%, para a primeira região e 80%, para a segunda), por oposição à Região do Alentejo onde o voluntariado não ultrapassa os 32%. A Região de Lisboa, que lidera em número de pessoas a prestar serviço nas ONGA (36%), remunera 1/4 destas, o que a coloca a par da média nacional. De referir que, no Alentejo, mais de 3/5 do pessoal remunerado é formado por quadros e técnicos médios e superiores e, destes, mais de 4/5 são mulheres.

Gráfico 57 - Pessoal das Organizações Não Governamentais de Ambiente por regime de prestação de serviço, segundo o nível de escolaridade (2008)

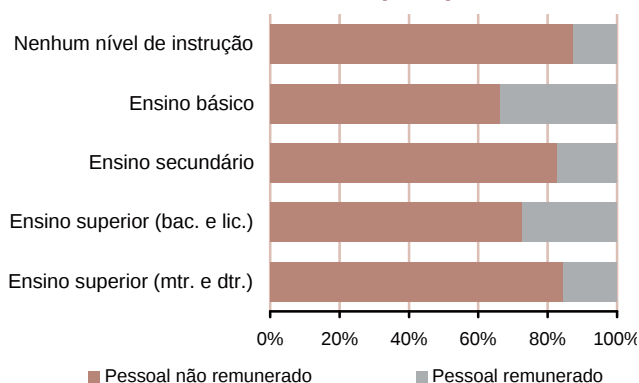
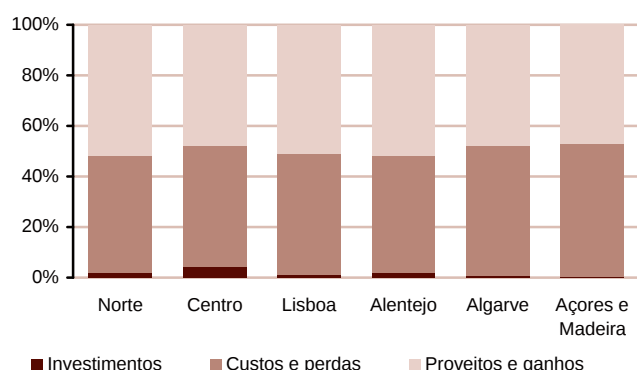


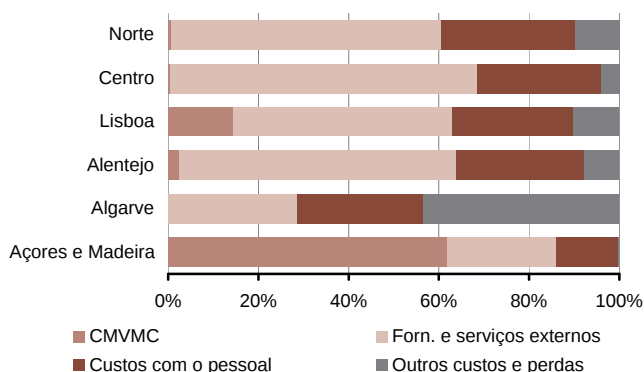
Gráfico 58 - Principais variáveis das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2008)



Em 2008, os “Investimentos” das ONGA atingiram 680 milhares de euros, com destaque para a Região do Centro que absorveu cerca de 2/5 do total.

Os “Custos e Perdas” destas organizações ascenderam a 18 milhões de euros, dos quais mais de metade foram gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos” e mais de 1/4 nos “Custos com o Pessoal”, correspondendo a 10 milhões de euros, para a primeira rubrica, e 5 milhões de euros, para a segunda.

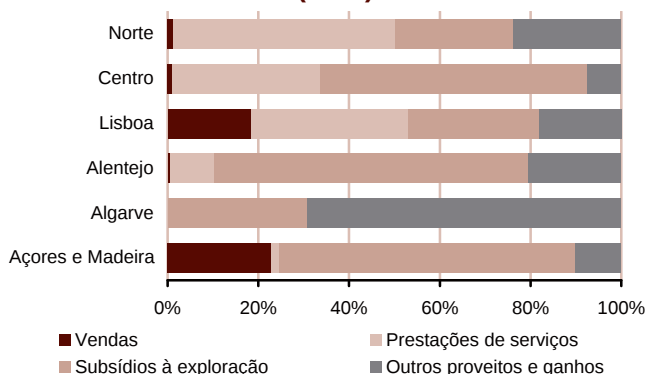
Gráfico 59 - Custos e perdas das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2008)



Mais de 2/3 das verbas das Regiões do Centro, Alentejo e Norte foram aplicadas nos “Fornecimentos e Serviços Externos”, enquanto nas restantes regiões a repartição foi mais equilibrada. No Algarve, a rubrica com maior expressão foi “Outros Custos e Perdas” com 44% e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira os “Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” (CMVMC) atingiram 62% do total destas regiões. Nos gastos com o pessoal remunerado, destacam-se as Regiões do Algarve e de Lisboa que registaram, respectivamente, 15 030 euros e 14 989 euros per capita, acima do valor médio nacional de 12 223 euros para o conjunto das ONGA, por oposição às Regiões Autónomas que se situaram nos 8 728 euros por pessoa.

Os “Proveitos e Ganhos” destas organizações totalizaram 19 milhões de euros, dos quais mais de 2/5 foram obtidos através de “Subsídios de Exploração”, nos quais se destacam os provenientes do “Estado e Outros Entes Públicos” com 33% do total. Para além desta rubrica, realça-se a “Prestações de Serviços” como a segunda rubrica em termos de importância, com cerca de 29% do total dos recursos.

Gráfico 60 - Proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2008)



A nível regional, os “Subsídios de Exploração” constituíram a rubrica mais significativa para as Regiões do Alentejo, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e Centro com percentagens acima dos 59%, por oposição à Região do Norte e de Lisboa onde o seu peso não ultrapassou os 26%, para a primeira Região e 29%, para a última. De salientar que metade dos proveitos da Região do Algarve e 1/3 dos de Lisboa provêm das “Prestações de Serviços”, enquanto no Algarve mais de 2/3 do financiamento teve origem nos “Outros Proveitos e Ganhos”.

1.2 SISTEMAS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

A informação relativa a 2008 tem carácter provisório, uma vez que à data desta publicação, eram inúmeras as entidades gestoras que não tinham respondido ao INSAAR ou fizeram-no de forma incompleta (ver capítulo 3.1 Metodologias). Chama-se pois a atenção para o facto de no Continente, os dados agregados ao nível de NUTS III não serem exaustivos e de não se encontrar ainda disponível a informação para as Regiões Autónomas.

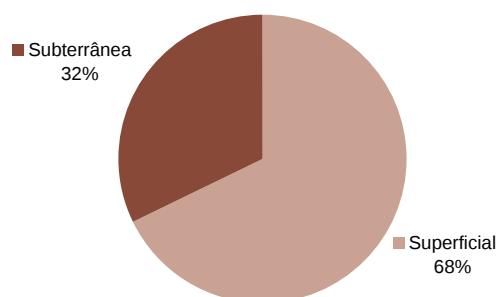
Assim, o quadro de informação a seguir apresentado incide sobre os dados relativos ao Continente e disponibilizados no capítulo de quadros de informação da presente publicação.

O volume de água captada em 2008 pelas entidades gestoras dos sistemas públicos de abastecimento no Continente que responderam ao INSAAR, foi de 777 milhões de m³. Deste total, cerca de 68% resultou de captações em massas de águas superficiais.

De referir que cerca de 94% do volume captado, correspondente a 728 milhões de m³, foi submetido a tratamento em Estações de Tratamento de Água (ETA) e Postos de Cloragem (PC) que trataram, respectivamente, um volume de 549 e 178 milhões de m³.

Figura 61 - Água captada segundo a origem (2008)

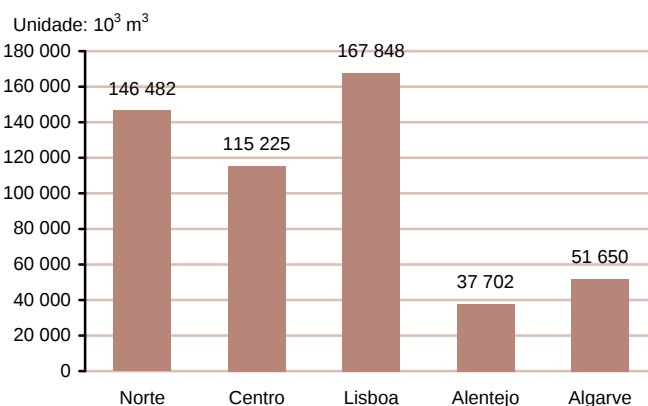
A água consumida no Continente, distribuída pelos sistemas públicos urbanos, ascendeu a 518 milhões de m³, correspondente a um consumo médio diário de 140 litros de água por habitante.



Em termos regionais, dada a concentração populacional, surge em primeiro lugar a região de Lisboa com o nível de consumo absoluto mais elevado, que atingiu 167 milhões de m³ representando cerca de 1/3 do total da água distribuída.

No âmbito da actividade de gestão de águas residuais, o volume de águas residuais tratadas ascendeu a 471 milhões de m³, correspondente a 91% do total de 517 milhões de m³ de águas residuais rejeitadas.

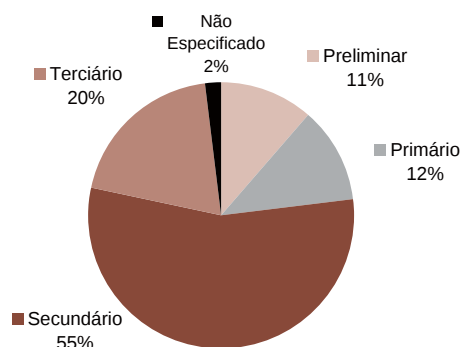
Figura 62 - Consumo de água por regiões (2008)



No que diz respeito às águas residuais tratadas por nível de tratamento, constata-se que cerca de 75% são submetidas ao nível de tratamento secundário e terciário, assumindo maior expressão o nível secundário que representa 55% do total de 487 milhões de m³ de águas residuais contabilizadas.

No que se refere à rejeição de águas residuais não tratadas, verifica-se que a maior parte ocorre na região de Lisboa e ascende a 10 milhões de m³, cerca de 45% do total de 22 milhões de m³ registados no Continente.

Figura 63 - Águas residuais tratadas por nível de tratamento (2008)



1.3 MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE RESÍDUOS

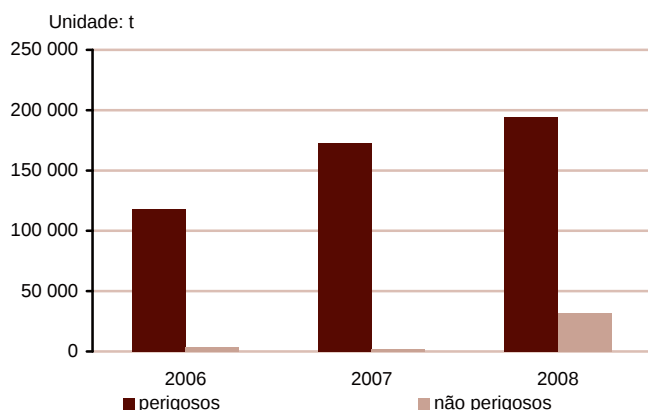
O INE publica, pela primeira vez, um quadro de informação relativo ao Movimento Transfronteiriço de Resíduos (MTR). A APA é actualmente a autoridade competente a nível nacional, para a aplicação da legislação relativa à transferência de resíduos.

Trata-se de informação de carácter administrativo, registada no âmbito da aplicação do Decreto-Lei N.º 45/2008, que estabelece os procedimentos e os regimes de controlo relativos à transferência de resíduos, de acordo com a origem, o destino e itinerário dessas transferências, o tipo de resíduos transferidos e o tipo de tratamento a aplicar aos resíduos no seu destino. A legislação de suporte aplica-se às transferências de resíduos:

1. Entre Estados-Membros, no interior da UE ou com trânsito por países terceiros;
2. Importados de países terceiros para a UE;
3. Exportados da UE para países terceiros;
4. Em trânsito na UE, com proveniência de países terceiros ou a eles destinados.

A informação disponibilizada resulta dos processos recepcionados pela APA (em 2006 e parcialmente em 2007, pelo anterior Instituto dos Resíduos) provenientes dos exportadores/importadores de resíduos. As transferências de resíduos da lista verde (transferência de resíduos para valorização não sujeitos a notificação) não estão contabilizadas para os anos 2006 e 2007, uma vez que, de acordo com o Regulamento (CEE) n.º 259/93 do Conselho, de 1 de Fevereiro, não era obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia para as transferências desses resíduos.

Figura 64 - Resíduos exportados por nível de perigo



Só com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 45/2008, transpondo a jurisprudência do Regulamento (CE) N.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, começou a ser obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia nas transferências de resíduos da lista verde. O termo “exportação” deve ser utilizado apenas para facilidade de interpretação, tratando-se na realidade de transferências de resíduos para países comunitários e exportação para países terceiros.

Realça-se o facto da maior parte dos resíduos exportados se referir a resíduos perigosos, facto a que não é alheio o relativamente incipiente número de unidades nacionais para tratamento interno de parte de tais resíduos, devendo os mesmos ser encaminhados para destino adequado, implicando por vezes a exportação ou a transferência para outros países membros da UE.

No ano de 2008, os resíduos exportados ascenderam a um total de 225 mil toneladas, o que corresponde a um acréscimo de 28% face à quantidade registada em 2007 (175 mil toneladas).

Os Estados-Membros da UE constituem o principal destino dos resíduos transferidos (92% do total), cabendo a Espanha a maior fatia de resíduos oriundos de Portugal, que ascenderam a 203 mil toneladas de resíduos, num total de 206 mil toneladas exportadas para o espaço da UE. Nos anos de 2006 e 2007 não se verificou a transferência de resíduos de Portugal para qualquer país fora da Europa Comunitária.

Figura 65 - Resíduos exportados por principais destinos (2008)

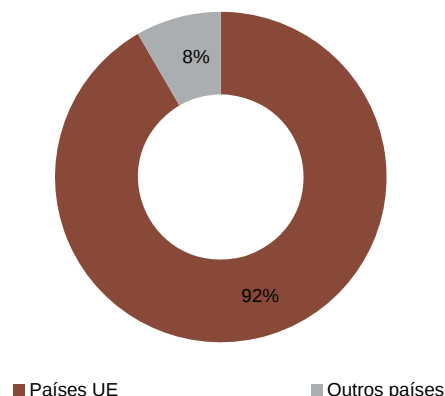
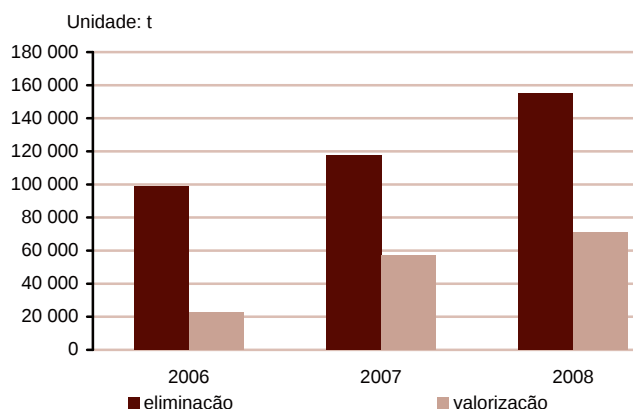


Figura 66 - Resíduos exportados por tipo de operação de gestão

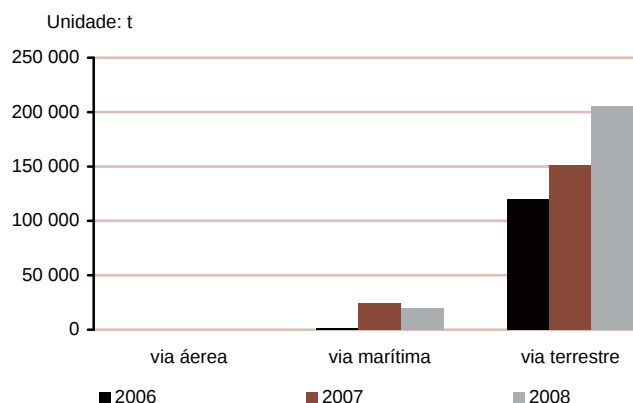
Em termos de operações de destino, realça-se que a maior parte dos resíduos se destinam a operações de eliminação. Não obstante, verifica-se um aumento relativo da quantidade de resíduos remetidos para operações de valorização, representando em 2006 cerca de 18%, e em 2008 perto de 31% do total de resíduos.



No que se refere às vias de transporte utilizadas para a transferência de resíduos, destaca-se a via terrestre, que no ano de 2008 constituiu a via para a deslocação de cerca de 91% do total de resíduos transferidos. A este facto não é alheio o facto de Espanha ser o principal destinatário dos resíduos oriundos de Portugal e a proximidade física e a ligação territorial que existe entre os dois países.

O transporte de resíduos por via aérea apenas se registou em 2007 e 2008, com valores inferiores a metade da unidade de referência, 250 e 310 quilogramas, respectivamente.

Figura 67 - Resíduos transferidos por via de transporte utilizado



1.4 RESÍDUOS URBANOS

A informação respeitante à produção de resíduos urbanos e não urbanos é, desde o ano de 2009, registada pelos produtores no Sistema Integrado de Registo de Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA), plataforma electrónica, que resultou da integração dos sistemas de informação existentes nas duas organizações que constituíram a Agência Portuguesa do Ambiente - Instituto dos Resíduos e Instituto do Ambiente.

O SIRAPA é um projecto ambicioso, faseado no tempo, que visa disponibilizar, por via electrónica, um mecanismo uniforme de registo, substituindo os anteriores sistemas de registo, com vista a uma maior facilidade de integração com os utilizadores, maior facilidade no tratamento dos dados e na optimização dos procedimentos de carregamento e validação da informação, bem como a disponibilização ao público da informação sobre o sector.

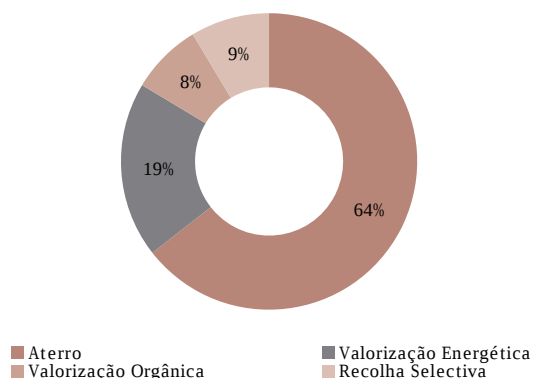
Pelo facto do SIRAPA ter entrado em funcionamento no decorrer de 2009 e de se ter verificado o preenchimento, em simultâneo, dos mapas de registo de resíduos dos anos de 2007 e 2008, e uma vez que a análise da verificação e tratamento dos registos sobre a produção de resíduos ainda decorre à data de fecho desta publicação, não será possível disponibilizar informação sobre esta matéria na presente edição.

Apesar desta situação, não disponibilização nesta edição da informação sobre a produção de resíduos por sectores económicos, considera-se que o esforço realizado no desenvolvimento do SIRAPA e os diferentes mecanismos e procedimentos implementados para análise dos dados, não só na avaliação da sua representatividade mas também integridade e fiabilidade, irá, nos próximos anos, contribuir decididamente para uma informação rigorosa sobre produção de resíduos com um nível superior de confiança, qualidade e de oportunidade.

No que respeita à informação dos resíduos urbanos apenas será apresentada informação sobre as operações de gestão agregada a nível nacional, reservando-se a divulgação de elementos adicionais relativos aos anos de 2007 e 2008 para a próxima edição.

À semelhança do ano anterior e em consequência da impossibilidade de obter em tempo útil dados da ferramenta administrativa SIRAPA, o INE disponibiliza apenas dados totais para Portugal sobre resíduos urbanos desagregados por tipo de operação de gestão.

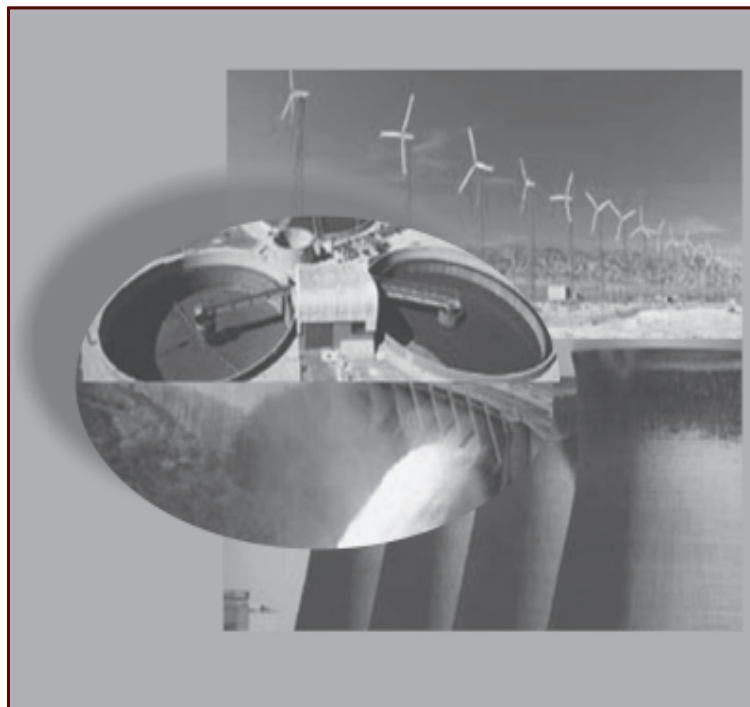
Figura 68 - Resíduos urbanos por operação de gestão (2008)



Os dados agora divulgados reportam-se a 2008 e resultam de estimativas feitas pela APA no contexto da elaboração do relatório de acompanhamento do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU).

No ano de 2008, estima-se que em Portugal tenham sido recolhidos um total 5 milhões de toneladas de resíduos urbanos o que corresponde a uma capitação de cerca de 1,3 quilogramas por dia.

A deposição em aterro continua a ser o principal destino dos resíduos urbanos. Em Portugal, no ano de 2008, por cada quilograma de resíduos recuperados através de recolha selectiva e valorização orgânica foram depositados em aterro 3,9 quilogramas de resíduos urbanos.



Quadros de Resultados

Quadro 1 - Despesa consolidada das Administrações Públicas por domínios de ambiente, segundo os sectores institucionais (Po)

2008

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Total	Administrações Públicas			ISFL
		Central	Regional	Local	
Total	1 029 963	236 452	77 028	694 103	22 380
Qualidade do ar & clima	38 458	38 260	12	186	0
Gestão de águas residuais	135 135	25 190	10 590	99 355	0
Gestão de resíduos	467 433	563	12 090	454 780	0
Solos, águas subterrâneas & superficiais	28 352	8 005	18 055	2 292	0
Ruído & vibrações	938	0	0	938	0
Biodiversidade & paisagem	285 625	128 720	26 276	119 831	10 798
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	1 599	1 247	4	348	0
Outras actividades de protecção do ambiente	72 423	34 467	10 001	16 373	11 582

Quadro 2 - Despesas por domínios de ambiente segundo a Administração Central e Regional

2008

Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Administração Central		Administração Regional		
	Conta Geral do Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Madeira		Açores
			Governo Regional	Serviços e Fundos	Governo Regional
Total	187 165	134 572	45 255	2 731	29 305
Qualidade do ar & clima	38 205	55	12	0	0
Gestão de águas residuais	25 154	1 178	10 590	0	0
Gestão de resíduos	508	55	12 090	0	0
Solos & águas subterrâneas e superficiais	6 813	1 841	15 340	0	2 714
Ruído & vibrações	0	0	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	82 191	128 720	6 008	2 731	17 801
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	1 247	4	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	34 294	1 476	1 211	0	8 790

Quadro 3 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo a Administração Central e Regional

2008

Unidade: 10³ EUR

Agregados Económicos	Administração Central		Administração Regional		
	Conta Geral do Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Madeira		Açores
			Governo Regional	Serviços e Fundos Autónomos	Governo Regional
Total	187 165	134 572	45 255	2 731	29 305
Despesas Correntes	125 654	127 502	16 211	2 101	16 495
Despesas com o Pessoal	22 289	21 563	1 757	1 464	5 441
Aquisição de Bens e Serviços	20 563	36 500	2 380	468	8 942
Transferências Correntes	82 802	68 079	2 242	170	2 108
Outras Despesas Correntes	1	1 360	9 832	0	4
Despesas de Capital	61 511	7 070	29 044	630	12 811
Investimentos	19 183	146	26 186	43	10 060
Transferências de Capital	5 858	6 924	2 858	586	2 750
Outras Despesas de Capital	36 470	0	0	0	0

Quadro 4 - Despesa consolidada da Administração Central por domínios de ambienteUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2006	2007	2008
Total	225 162	174 897	236 452
Qualidade do ar & clima	0	149	38 260
Gestão de águas residuais	41 663	30 361	25 190
Gestão de resíduos	2 901	1 779	563
Solos & águas subterrâneas e superficiais	335	388	8 005
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	142 691	109 140	128 720
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	2 040	1 247	1 247
Outras actividades de protecção do ambiente	35 531	31 833	34 467

Quadro 5 - Despesas por domínios de ambiente segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração CentralUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Conta Geral do Estado			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2006	2007	2008 (a)	2006	2007	2008 (a)
Total	240 269	182 835	187 165	40 915	30 023	134 572
Qualidade do ar & clima	0	77	38 205	0	73	55
Gestão de águas residuais	41 984	28 739	25 154	4 242	3 007	1 178
Gestão de resíduos	2 755	1 709	508	146	70	55
Solos & águas subterrâneas e superficiais	283	77	6 813	52	311	1 841
Ruído & vibrações	0	0	0	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	160 387	121 704	82 191	31 329	22 613	128 720
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0	2 040	1 247	1 247
Outras actividades de protecção do ambiente	34 860	30 529	34 294	3 106	2 703	1 476

(a) Foi constituída a Autoridade Nacional de Protecção Civil como Serviço e Fundo Autónomo que veio substituir o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, organismo que anteriormente fazia parte da Conta Geral do Estado.

Quadro 6 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Estado (CGE) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração CentralUnidade: 10³ EUR

Agregados económicos	Conta Geral do Estado			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2006	2007	2008 (a)	2006	2007	2008 (a)
Total	240 269	182 835	187 165	40 915	30 023	134 572
Despesas Correntes	187 692	142 483	125 654	30 449	25 345	127 502
Despesas com o Pessoal	25 688	23 267	22 289	12 939	13 322	21 563
Aquisição de Bens e Serviços	50 819	33 012	20 563	12 518	9 847	36 500
Transferências Correntes	111 185	84 199	82 802	4 924	2 057	68 079
Outras Despesas Correntes	e	2 005	1	68	118	1 360
Despesas de Capital	52 577	40 352	61 511	10 467	4 679	7 070
Investimentos	27 498	20 285	19 183	6 945	4 650	146
Transferências de Capital	25 079	20 067	5 858	3 521	29	6 924
Outras Despesas de Capital	0	0	36 470	0	0	0

(a) Foi constituída a Autoridade Nacional de Protecção Civil como Serviço e Fundo Autónomo que veio substituir o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, organismo que anteriormente fazia parte da Conta Geral do Estado.

Quadro 7 - Despesa consolidada da Administração Regional da Madeira por domínios de ambienteUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2006	2007	2008
Total	37 991	38 616	47 723
Qualidade do ar & clima	139	41	12
Gestão de águas residuais	13 084	16 248	10 590
Gestão de resíduos	10 887	8 276	12 090
Solos & águas subterrâneas e superficiais	5 230	4 826	15 340
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	6 010	8 045	8 476
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	2	4	4
Outras actividades de protecção do ambiente	2 639	1 176	1 211

Quadro 8 - Despesas por domínios de ambiente, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Governo Regional			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Total	34 614	36 360	45 255	4 015	2 438	2 731
Qualidade do ar & clima	139	41	12	0	0	0
Gestão de águas residuais	13 084	16 248	10 590	0	0	0
Gestão de resíduos	10 887	8 276	12 090	0	0	0
Solos & águas subterrâneas e superficiais	5 230	4 826	15 340	0	0	0
Ruído & vibrações	0	0	0	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	2 610	5 789	6 008	4 015	2 438	2 731
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	2	4	4	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	2 662	1 176	1 211	0	0	0

Quadro 9 - Despesas em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo os sectores Governo Regional e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional da Madeira

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Governo Regional			Serviços e Fundos Autónomos		
	Anos			Anos		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Total	34 614	36 360	45 255	4 015	2 438	2 731
Despesas Correntes	12 434	13 862	16 211	1 725	2 052	2 101
Despesas com o Pessoal	1 779	1 787	1 757	1 324	1 401	1 464
Aquisição de Bens e Serviços	2 285	1 665	2 380	260	410	468
Transferências Correntes	8 182	10 410	2 242	141	241	170
Outras Despesas Correntes	189	0	9 832	e	e	0
Despesas de Capital	22 180	22 498	29 044	2 290	386	630
Investimentos	17 570	21 710	26 186	594	139	43
Transferências de Capital	3 985	788	2 858	1 696	247	586
Outras Despesas de Capital	625	0	0	0	0	0

Quadro 10 - Despesa consolidada da Administração Regional dos Açores por domínios de ambiente

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos		
	2006	2007	2008
Total	22 508	26 244	29 305
Qualidade do ar & clima	0	0	0
Gestão de águas residuais	0	0	0
Gestão de resíduos	0	0	0
Solos & águas subterrâneas e superficiais	4 135	3 610	2 714
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	11 362	16 080	17 801
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	7 011	6 555	8 790

Quadro 11 - Despesas em protecção do ambiente da Administração Regional dos Açores, por agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	Anos		
	2006	2007	2008
Total das Despesas	22 508	26 244	29 305
Despesas correntes	15 114	15 074	16 495
Despesas com o pessoal	4 905	4 781	5 441
Aquisição de bens e serviços	8 287	8 866	8 942
Transferências correntes	1 922	1 427	2 108
Outras despesas correntes	0	0	4
Despesas de capital	7 394	11 170	12 811
Investimentos	2 295	6 700	10 060
Transferências de capital	2 492	3 029	2 750
Outras despesas de capital	2 607	1 440	0

Quadro 12 - Receitas e despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as NUTS II

2008

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total das Receitas	193 553	62 193	44 227	33 978	18 057	11 725	12 555	10 818
Qualidade do ar & clima	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±	±	±	±	±	±
Gestão de resíduos	177 056	59 012	37 689	33 136	13 975	11 208	11 479	10 557
Solos & águas subterrâneas & superficiais	1 595	0	69	0	1 526	0	0	0
Ruído & vibrações	630	218	8	389	5	6	4	0
Biodiversidade & paisagem	14 050	2 904	6 440	347	2 515	511	1 072	261
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	222	60	20	106	37	0	0	0
Total das Despesas	613 159	156 051	121 771	206 677	45 755	40 750	13 615	28 540
Qualidade do ar & clima	186	10	20	156	0	0	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±	±	±	±	±	±
Gestão de resíduos	466 692	122 162	93 184	153 290	33 936	30 994	11 337	21 789
Solos & águas subterrâneas & superficiais	3 816	1 362	1 179	145	1 112	16	1	0
Ruído & vibrações	956	445	61	388	2	43	17	0
Biodiversidade & paisagem	124 783	27 739	25 852	43 356	10 138	8 927	2 209	6 561
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	348	7	110	215	3	2	11	0
Outras actividades de protecção do ambiente	16 378	4 326	1 365	9 126	563	767	40	190

(*) A fonte passou a ser a base de dados administrativa "INSAAR \ Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais" administrada pelo Instituto da Água, I.P. e dirigido às entidades gestoras dos sistemas urbanos de abastecimento de água e de águas residuais. (ver Capítulo 1.1.4)

Quadro 13 - Receitas e despesas dos Municípios em protecção do ambiente por agregados económicos, segundo as NUTS II

2008

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total das Receitas	193 553	62 193	44 227	33 978	18 057	11 725	12 555	10 818
Receitas correntes	181 061	60 714	41 346	33 975	15 108	11 624	7 475	10 818
Taxas	28 578	4 603	7 462	10 654	3 289	1 154	475	941
Multas	165	8	34	34	73	4	2	10
Transferências correntes	17 559	2 035	7 447	80	3 829	284	3 883	0
Vendas de bens e serviços	130 922	52 604	26 114	21 239	7 810	10 181	3 114	9 860
Outras receitas correntes	3 837	1 465	289	1 969	107	1	0	6
Receitas de capital	12 492	1 479	2 880	3	2 949	101	5 081	0
Transferências de capital	10 590	1 405	2 793	0	2 949	84	3 360	0
Outras receitas de capital	1 903	74	88	3	0	18	1 721	0
Total das Despesas	613 159	156 051	121 771	206 677	45 755	40 750	13 615	28 540
Despesas correntes	540 739	133 060	106 238	190 324	38 425	36 871	8 786	27 035
Despesas com o pessoal	208 853	42 816	27 697	87 382	18 446	14 174	3 463	14 875
Aquisição de bens e serviços	243 980	68 770	65 235	58 980	17 255	19 965	2 945	10 831
Transferências correntes	66 268	14 974	9 535	35 907	2 423	2 212	869	349
Subsídios	14 628	4 972	555	7 048	52	59	1 222	720
Outras despesas correntes	7 009	1 529	3 216	1 006	249	461	288	260
Despesas de capital	72 421	22 991	15 533	16 353	7 331	3 879	4 829	1 505
Investimentos	40 954	8 532	8 815	10 691	5 799	3 571	2 051	1 495
Transferências de capital	25 876	14 230	4 203	4 378	1 343	184	1 537	0
Outras despesas de capital	5 591	229	2 515	1 283	189	124	1 241	10

Quadro 14 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos

2008

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Agregados económicos						
	Total geral	Total das receitas correntes	Taxas	Multas	Transferências correntes	Venda de bens e serviços	Outras receitas correntes
Total	193 553	181 061	28 578	165	17 559	130 922	3 837
Qualidade do ar & clima	0	0	0	0	0	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±	±	±	±	±
Gestão de resíduos	177 056	171 420	28 116	155	10 077	129 402	3 670
Solos & águas subterrâneas & superficiais	1 595	1 529	0	0	1 523	6	0
Ruído & vibrações	630	630	452	6	38	133	1
Biodiversidade & paisagem	14 050	7 297	11	4	5 849	1 269	164
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	222	184	0	0	71	112	2

Domínios de Ambiente	Agregados económicos		
	Total das receitas de capital	Transferências de capital	Outras receitas de capital
Total	12 492	10 590	1 903
Qualidade do ar & clima	0	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±
Gestão de resíduos	5 636	3 905	1 731
Solos & águas subterrâneas & superficiais	66	66	0
Ruído & vibrações	0	0	0
Biodiversidade & paisagem	6 753	6 581	172
Protecção contra radiações	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	38	38	0

(*) A fonte passou a ser a base de dados administrativa "INSAAR \ Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais" administrada pelo Instituto da Água, I.P. e dirigido às entidades gestoras dos sistemas urbanos de abastecimento de água e de águas residuais (ver Capítulo 1.1.4).

Quadro 15 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo os agregados económicos

2008

Unidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Agregados económicos						
	Total geral	Total das despesas correntes	Despesas com o pessoal	Aquisição de bens e serviços	Transferências correntes	Subsídios	Outras despesas correntes
Total	613 159	540 739	208 853	243 980	66 268	14 628	7 009
Qualidade do ar & clima	186	40	22	18	0	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±	±	±	±	±
Gestão de resíduos	466 692	425 795	134 103	227 743	43 621	14 553	5 775
Solos & águas subterrâneas & superficiais	3 816	2 385	1 422	386	575	0	2
Ruído & vibrações	956	871	719	135	0	16	2
Biodiversidade & paisagem	124 783	95 935	62 273	11 917	20 864	59	822
Protecção contra radiações	0	0	0	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	348	326	75	245	6	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	16 378	15 388	10 240	3 537	1 203	0	408

Domínios de Ambiente	Agregados económicos			
	Total das despesas de capital	Investimentos	Transferências de capital	Outras despesas de capital
Total	72 421	40 954	25 876	5 591
Qualidade do ar & clima	146	146	0	0
Gestão de águas residuais (*)	±	±	±	±
Gestão de resíduos	40 897	19 957	15 878	5 063
Solos & águas subterrâneas & superficiais	1 431	1 428	0	3
Ruído & vibrações	86	76	0	10
Biodiversidade & paisagem	28 848	18 430	9 939	479
Protecção contra radiações	0	0	0	0
Investigação & desenvolvimento	22	22	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	990	896	59	35

(*) A fonte passou a ser a base de dados administrativa "INSAAR \ Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais" administrada pelo Instituto da Água, I.P. e dirigido às entidades gestoras dos sistemas urbanos de abastecimento de água e de águas residuais (ver Capítulo 1.1.4).

Quadro 16 - Receitas e despesas dos Municípios por domínios de ambienteUnidade: 10³ EUR

Domínios de Ambiente	Anos	
	2007	2008
Total das Receitas	169 275	193 553
Qualidade do ar & clima	0	0
Gestão de águas residuais	⊥	⊥
Gestão de resíduos	154 521	177 056
Solos & águas subterrâneas & superficiais	1 966	1 595
Ruído & vibrações	446	630
Biodiversidade & paisagem	11 160	14 050
Protecção contra radiações	0	0
Investigação & desenvolvimento	0	0
Outras actividades de protecção do ambiente	1 184	222
Total das Despesas	580 596	613 159
Qualidade do ar & clima	49	186
Gestão de águas residuais	⊥	⊥
Gestão de resíduos	438 949	466 692
Solos & águas subterrâneas & superficiais	4 923	3 816
Ruído & vibrações	1 323	956
Biodiversidade & paisagem	119 929	124 783
Protecção contra radiações	0	0
Investigação & desenvolvimento	527	348
Outras actividades de protecção do ambiente	14 896	16 378

Quadro 17 - Receitas e despesas dos Municípios em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicosUnidade: 10³ EUR

Agregados económicos	Anos	
	2007	2008
Total das Receitas	169 275	193 553
Receitas correntes	149 288	181 061
Taxas	29 835	28 578
Multas	102	165
Transferências correntes	13 774	17 559
Vendas de bens e serviços	103 204	130 922
Outras receitas correntes	2 373	3 837
Receitas de capital	19 987	12 492
Transferências de capital	16 875	10 590
Outras receitas de capital	3 113	1 903
Total das Despesas	580 596	613 159
Despesas correntes	508 740	540 739
Despesas com o pessoal	200 857	208 853
Aquisição de bens e serviços	202 573	243 980
Transferências correntes	78 508	66 268
Subsídios	6 534	14 628
Outras despesas correntes	20 268	7 009
Despesas de capital	71 856	72 421
Investimentos	39 332	40 954
Transferências de capital	26 116	25 876
Outras despesas de capital	6 407	5 591

Quadro 18 - Receitas e despesas dos Municípios em gestão e protecção do ambiente, por NUTS IIUnidade: 10³ EUR

NUTS II	Anos	
	2007	2008
Total das Receitas	169 275	193 553
Norte	50 145	62 193
Centro	45 411	44 227
Lisboa	21 950	33 978
Alentejo	15 265	18 057
Algarve	9 886	11 725
Açores	10 094	12 555
Madeira	16 523	10 818
Total das Despesas	580 596	613 159
Norte	150 348	156 051
Centro	114 757	121 771
Lisboa	187 529	206 677
Alentejo	44 391	45 755
Algarve	36 531	40 750
Açores	13 495	13 615
Madeira	33 545	28 540

ENTIDADES PRODUTORAS DE BENS E SERVIÇOS DE AMBIENTE**Quadro 19 - Dados gerais das entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente segundo as actividades económicas**

2008

Actividades Económicas (CAE-Rev.3)	Empresas (n°)		VVN (10 ³ EUR)				NPS (n°)		
	Total *	VVN ambiental >=50%	Total *	Ambiental			Total *	Maioritariamente em funções ambientais	
				Total	Poluição	Recursos		H	M
Total	1 889	1 806	5 470 093	4 796 037	2 830 334	1 965 703	41 202	20 878	5 629
Actividades Centrais de Ambiente									
22112 - Reconstrução de pneus	35	26	66 381	42 846	4 378	38 468	981	559	91
36001 - Captação e tratamento de água	61	59	317 999	317 086	99 298	217 789	3 631	1 856	426
36002 - Distribuição de água	54	53	689 344	671 354	167 756	503 598	9 022	4 436	1 193
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	18	16	21 784	21 140	20 658	483	156	90	39
37002 - Tratamento de águas residuais	27	27	130 477	129 896	123 244	6 653	1 304	755	274
38111 - Recolha de resíduos inertes	20	20	14 179	14 099	14 052	47	409	309	93
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	114	109	278 650	275 542	233 296	42 247	5 219	4 039	708
38120 - Recolha de resíduos perigosos	7	7	23 999	21 456	21 361	94	284	64	46
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	4	4	485	383	358	25	12	7	4
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	42	41	350 848	342 039	253 447	88 592	3 797	2 864	649
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	12	12	65 208	64 815	61 160	3 655	585	342	135
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	14	14	20 315	19 921	4 194	15 727	95	59	15
38312 - Desmantelamento de equipamentos eléctricos e electrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38321 - Valorização de resíduos metálicos	77	76	569 153	564 523	500 065	64 458	973	621	135
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	149	141	171 995	166 288	58 841	107 447	1 632	781	355
39000 - Descontaminação e actividades similares	15	14	7 015	6 852	6 774	78	111	62	29
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	613	602	422 425	417 021	383 073	33 948	1 591	1 129	195
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	137	136	60 348	60 219	46 208	14 011	621	356	200
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	95	94	29 748	29 221	25 812	3 409	249	152	41
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	51	45	14 001	12 967	12 892	75	389	187	72
Outras actividades	330	297	2 203 112	1 605 737	787 218	818 520	10 023	2 143	891

* com resposta e com actividade ambiental.

Quadro 20 - Distribuição do Volume de Negócios das entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente pelos principais mercados segundo as actividades económicas

2008

Actividades Económicas (CAE-Rev.3)	Economia Nacional						Resto do Mundo			
	Empresas		Adm. Pública		Outros		União Europeia		Países terceiros	
	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%	10 ³ EUR	%
Total	3 486 509	63,7	1 019 148	18,6	559 168	10,2	348 719	6,4	56 550	1,0
Actividades Centrais de Ambiente										
22112 - Reconstrução de pneus	57 416	86,5	217	0,3	469	0,7	7 100	10,7	1 178	1,8
36001 - Captação e tratamento de água	64 883	20,4	170 459	53,6	82 656	26,0	0	0,0	0	0,0
36002 - Distribuição de água	258 746	37,5	155 000	22,5	275 598	40,0	0	0,0	0	0,0
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	3 955	18,2	16 966	77,9	151	0,7	712	3,3	0	0,0
37002 - Tratamento de águas residuais	55 991	42,9	66 782	51,2	7 324	5,6	0	0,0	380	0,3
38111 - Recolha de resíduos inertes	6 261	44,2	6 476	45,7	1 360	9,6	82	0,6	0	0,0
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	133 351	47,9	123 681	44,4	14 303	5,1	6 767	2,4	548	0,2
38120 - Recolha de resíduos perigosos	22 563	94,0	1 427	5,9	0	0,0	9	0,0	0	0,0
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	443	91,4	42	8,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	190 156	54,2	156 360	44,6	4 178	1,2	155	0,0	0	0,0
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	52 123	79,9	10 083	15,5	1 924	3,0	1 078	1,7	0	0,0
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	16 551	81,5	41	0,2	125	0,6	3 597	17,7	0	0,0
38312 - Desmantelamento de equipamentos eléctricos e electrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38321 - Valorização de resíduos metálicos	470 267	82,6	9 279	1,6	3 522	0,6	77 121	13,6	8 964	1,6
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	143 176	83,2	3 746	2,2	2 217	1,3	15 185	8,8	7 671	4,5
39000 - Descontaminação e actividades similares	4 907	70,0	741	10,6	1 367	19,5	0	0,0	0	0,0
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	305 345	72,3	787	0,2	46 513	11,0	69 335	16,4	444	0,1
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	47 630	78,9	175	0,3	359	0,6	11 599	19,2	585	1,0
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	24 868	83,6	79	0,3	613	2,1	4 006	13,5	183	0,6
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	9 959	71,1	3 673	26,2	357	2,6	11	0,1	0	0,0
Outras actividades	1 608 829	73,0	292 945	13,3	113 281	5,1	151 554	6,9	36 503	1,7

* com resposta e com actividade ambiental.

Quadro 21 - Volume de Negócios segundo os domínios de ambiente - Gestão da poluição

2008

Domínios de Ambiente	Nº de empresas (*)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão da Poluição	1844	100,0	2 830 334	312 716	74 171	2 443 447
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	86	14,9	421 284	64 012	54 753	302 520
Gestão de Águas Residuais	230	17,6	499 326	11 055	10 678	477 594
Gestão de Resíduos	1177	63,2	1 789 198	227 574	8 181	1 553 443
Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	65	0,7	18 613	248	369	17 996
Redução de Ruído e Vibrações	55	0,5	15 228	3 235	0	11 993
Protecção da Biodiversidade e Paisagem	38	0,3	8 068	2	0	8 066
Investigação e Desenvolvimento	45	0,4	12 024	2 781	191	9 053
Protecção Contra as Radiações	9	0,0	683	0	0	683
Outras Actividades de Gestão da Poluição	139	2,3	65 908	3 809	0	62 098

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que actuam.

Quadro 22 - Volume de Negócios segundo os domínios de ambiente - Gestão de recursos

2008

Domínios de Ambiente	Nº de empresas (*)	VVN ambiental				
		%	Total	Fabricação de produtos	Fabricação de bens de equipamento	Prestação de serviços
Gestão de Recursos	700	100,0	1 965 703	591 379	14 187	1 360 138
Gestão da Água	190	41,1	808 015	206 315	5 156	596 544
Materiais e Produtos Reciclados	333	32,9	646 792	325 543	7 316	313 932
Gestão e Optimização de Energia	72	22,9	450 963	59 051	1 313	390 598
Gestão dos Recursos Florestais	17	0,4	7 190	76	0	7 114
Outras Actividades de Gestão de Recursos	88	2,7	52 744	393	402	51 949

(*) as empresas são contadas tantas vezes quantos os domínios em que actuam.

Quadro 23 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas e o sexo, segundo a ocupação em funções na área do ambiente

2008

Unidade: nº

Actividades Económicas (CAE-Rev.3)	Total *	com funções na área do ambiente				
		Total	Maioritariamente ocupadas		Minoritariamente ou ocasionalmente ocupadas	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	41 202	29 548	20 878	5 629	2 171	870
Actividades Centrais de Ambiente						
22112 - Reconstrução de pneus	981	703	559	91	37	16
36001 - Captação e tratamento de água	3 631	2 670	1 856	426	201	187
36002 - Distribuição de água	9 022	6 146	4 436	1 193	343	174
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	156	138	90	39	5	4
37002 - Tratamento de águas residuais	1 304	1 197	755	274	104	64
38111 - Recolha de resíduos inertes	409	405	309	93	1	2
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	5 219	4 878	4 039	708	100	31
38120 - Recolha de resíduos perigosos	284	110	64	46	0	0
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	12	12	7	4	0	1
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	3 797	3 606	2 864	649	46	47
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	585	479	342	135	1	1
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	95	82	59	15	4	4
38312 - Desmantelamento de equipamentos eléctricos e electrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	...	...	...	...	...	...
38321 - Valorização de resíduos metálicos	973	846	621	135	78	12
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 632	1 304	781	355	137	31
39000 - Descontaminação e actividades similares	111	107	62	29	7	9
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 591	1 436	1 129	195	84	28
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	621	569	356	200	7	6
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	249	203	152	41	7	3
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	389	290	187	72	22	9
Outras actividades	10 023	4 262	2 143	891	987	241

* com resposta e com actividade ambiental.

Quadro 24 - Pessoas ao serviço nas entidades produtoras de Bens e Serviços de Ambiente por actividades económicas e o sexo, segundo os grupos profissionais

2008

Unidade: nº

2008

Unidade: M

Actividades Económicas (CAE-Rev.3)	Total *	com funções na área do ambiente										
		Total	Dirigentes		Quadros		Encarregados		Administrativos		Operários	
			H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	41 202	29 548	1 078	322	2 068	1 803	2 331	284	2 476	2 167	15 097	1 923
Actividades Centrais de Ambiente												
22112 - Reconstrução de pneus	981	703	31	8	24	18	42	1	134	37	365	43
36001 - Captação e tratamento de água	3 631	2 670	78	23	265	240	140	23	271	219	1 303	108
36002 - Distribuição de água	9 022	6 146	109	59	305	328	262	37	637	638	3 466	305
37001 - Recolha e drenagem de águas residuais	156	138	8	5	14	18	18	0	18	19	37	1
37002 - Tratamento de águas residuais	1 304	1 197	38	8	147	190	89	35	47	66	538	39
38111 - Recolha de resíduos inertes	409	405	7	5	11	9	23	1	79	17	190	63
38112 - Recolha de outros resíduos não perigosos	5 219	4 878	60	16	161	130	242	16	68	145	3 608	432
38120 - Recolha de resíduos perigosos	284	110	7	3	6	8	13	0	17	27	21	8
38211 - Tratamento e eliminação de resíduos inertes	12	12	1	1	0	3	2	0	3	1	1	0
38212 - Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	3 797	3 606	65	24	146	157	167	17	223	173	2 309	325
38220 - Tratamento e eliminação de resíduos perigosos	585	479	10	3	23	33	17	1	60	67	233	32
38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida	95	82	7	0	3	4	13	0	6	12	34	3
38312 - Desmantelamento de equipamentos eléctricos e electrónicos, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
38321 - Valorização de resíduos metálicos	973	846	47	17	24	26	76	6	90	63	462	35
38322 - Valorização de resíduos não metálicos	1 632	1 304	97	23	69	39	122	18	101	101	530	205
39000 - Descontaminação e actividades similares	111	107	10	2	7	4	3	4	6	9	43	19
46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos	1 591	1 436	116	29	20	12	435	43	179	106	463	33
46772 - Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos	621	569	57	18	9	8	78	21	43	55	176	104
46773 - Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n.e.	249	203	21	6	2	6	63	9	27	14	46	9
81292 - Limpeza e esvaziamento de sarjetas	389	290	18	5	4	12	49	4	6	23	132	37
Outras actividades	10 023	4 262	282	66	826	556	467	46	459	371	1 096	93

* com resposta e com actividade ambiental.

EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE MONITORIZAÇÃO, PREVENÇÃO, REDUÇÃO OU ELIMINAÇÃO DA POLUIÇÃO

Quadro 25 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia

2008 Unidade: 10³ EUR

Actividades económicas (CAE - Rev. 3)	Tipo de tecnologia	Investimento em tecnologias de protecção do ambiente		
		Total	Fim-de-linha	Integradas
Total		262 398	221 847	40 550
05-09 Extractivas		1 955	1 907	48
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		23 536	22 330	1 207
13-14 Têxteis		2 451	2 368	82
15 Couro e produtos do couro		181	169	13
16 Madeira, cortiça e suas obras		2 743	2 600	143
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		36 592	28 399	8 193
19 Petrolíferas		33 149	15 299	17 850
20-21 Químicos		6 303	3 578	2 725
22 Borracha e matérias plásticas		827	759	69
23 Produtos minerais, não metálicos		26 914	23 648	3 267
24 Metalúrgicas de base		3 533	1 629	1 904
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.		3 008	2 561	447
26-27 Equip. informático e eléctrico		6 681	6 513	168
28 Máquinas e equipamento, n.e.		297	295	1
29-30 Material de transporte		2 919	2 644	275
31-32 Outras indústrias transformadoras		397	203	194
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.		361	247	114
35-36 Electricidade, gás e água		110 550	106 699	3 851

Quadro 26 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo o tipo de tecnologia

2008 Unidade: %

Actividades económicas (CAE - Rev. 3)	Tipo de tecnologia	Investimento em tecnologias de protecção do ambiente		
		Total	Fim-de-linha	Integradas
Total		0,3	0,3	1,4
05-09 Extractivas		1,8	1,8	0,0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		0,7	0,6	2,9
13-14 Têxteis		0,1	0,1	0,0
15 Couro e produtos do couro		0,0	0,0	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras		0,1	0,1	0,4
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		1,6	1,4	0,0
19 Petrolíferas		0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos		2,7	2,0	24,3
22 Borracha e matérias plásticas		2,9	2,7	0,0
23 Produtos minerais, não metálicos		1,0	1,0	0,7
24 Metalúrgicas de base		1,0	0,7	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.		0,4	0,3	0,0
26-27 Equip. informático e eléctrico		0,7	0,8	0,3
28 Máquinas e equipamento, n.e.		0,0	0,0	0,0
29-30 Material de transporte		0,0	0,0	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras		0,2	3,8	0,1
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.		0,5	0,4	0,0
35-36 Electricidade, gás e água		0,2	0,2	12,0

Quadro 27 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2008 Unidade: 10³ EUR

Actividades económicas (CAE - Rev. 3)	Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Total		262 398	164 762	29 267	31 101	37 267
05-09 Extractivas		1 955	102	204	1 514	134
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco		23 536	7 543	13 569	1 397	1 027
13-14 Têxteis		2 451	163	1 691	59	538
15 Couro e produtos do couro		181	129	15	6	32
16 Madeira, cortiça e suas obras		2 743	1 701	632	151	259
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução		36 592	25 873	4 830	2 381	3 509
19 Petrolíferas		33 149	19 020	755	866	12 509
20-21 Químicos		6 303	3 659	1 292	231	1 122
22 Borracha e matérias plásticas		827	680	87	53	7
23 Produtos minerais, não metálicos		26 914	9 000	3 876	12 513	1 526
24 Metalúrgicas de base		3 533	1 975	300	893	365
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.		3 008	1 001	698	1 146	162
26-27 Equip. informático e eléctrico		6 681	6 025	468	73	115
28 Máquinas e equipamento, n.e.		297	108	127	36	25
29-30 Material de transporte		2 919	1 973	321	208	418
31-32 Outras indústrias transformadoras		397	112	74	207	3
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.		361	152	122	4	83
35-36 Electricidade, gás e água		110 550	85 546	205	9 364	15 434

Quadro 28 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2008

Unidade: %

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)					
Total	0,3	0,2	0,4	0,7	0,5
05-09 Extractivas	1,8	18,9	0,6	7,2	2,3
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	0,7	6,1	1,6	0,2	1,0
13-14 Têxteis	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
15 Couro e produtos do couro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,1	0,1	0,2	0,8	0,0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1,6	0,0	0,6	14,5	8,2
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	2,7	6,6	3,8	0,6	17,2
22 Borracha e matérias plásticas	2,9	0,0	0,9	0,0	0,0
23 Produtos minerais, não metálicos	1,0	0,7	0,8	1,5	6,2
24 Metalúrgicas de base	1,0	0,7	4,1	57,6	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	0,4	0,2	2,2	7,5	0,0
26-27 Equip. informático e eléctrico	0,7	0,7	0,0	0,0	0,0
28 Máquinas e equipamento, n.e.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29-30 Material de transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,2	2,9	0,0	0,1	0,0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	0,5	8,8	0,3	3,3	0,0
35-36 Electricidade, gás e água	0,2	0,2	0,0	0,0	0,5

Quadro 29 - Investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)							
Total	262 398	28 782	10 676	39 008	28 969	34 196	120 766
05-09 Extractivas	1 955	191	172	90	...	...	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	23 536	877	1 279	12 847	4 007	2 862	1 664
13-14 Têxteis	2 451	1 543	265	354	...	10	...
15 Couro e produtos do couro	181	0	100	57	16	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 743	1 416	366	73	494	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	36 592	358	491	18 957	4 086	12 700	0
19 Petrolíferas	33 149	0	0	0	0	0	33 149
20-21 Químicos	6 303	282	407	1 347	3 852	415	0
22 Borracha e matérias plásticas	827	27	5	260	...	0	...
23 Produtos minerais, não metálicos	26 914	1 010	502	1 191	12 782	...	...
24 Metalúrgicas de base	3 533	612	88	828	...	...	0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	3 008	343	1 614	778	202	...	...
26-27 Equip. informático e eléctrico	6 681	349	4 949	83	431	758	112
28 Máquinas e equipamento, n.e.	297	0	91	184	10	...	...
29-30 Material de transporte	2 919	0	272	743	225	77	1 602
31-32 Outras indústrias transformadoras	397	200	31	167	...	...	0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	361	113	0	0	83	...	...
35-36 Electricidade, gás e água	110 550	21 461	44	1 049	0	4 019	83 976

Quadro 30 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: %

Escalões de dimensão das empresas	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)							
Total	0,3	19,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
05-09 Extractivas	1,8	40,7	0,0	0,0	...	...	0,0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	0,7	83,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13-14 Têxteis	0,1	105,0	0,0	0,0	...	0,0	...
15 Couro e produtos do couro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,1	154,0	0,0	0,0	0,0	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e repro	1,6	106,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	2,7	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22 Borracha e matérias plásticas	2,9	116,3	0,0	0,0	...	0,0	...
23 Produtos minerais, não metálicos	1,0	52,5	0,0	0,0	0,0	...	...
24 Metalúrgicas de base	1,0	31,2	0,0	0,0	...	...	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip	0,4	134,3	0,0	0,0	0,0	...	...
26-27 Equip. informático e eléctrico	0,7	99,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28 Máquinas e equipamento, n.e.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	...	...
29-30 Material de transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,2	175,8	0,0	0,0	...	...	0,0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e e	0,5	99,2	0,0	0,0	0,0	...	...
35-36 Electricidade, gás e água	0,2	22,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 31 - Investimentos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas		Pessoas ao serviço das empresas					
NUTS II	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal	262 398	28 782	10 676	39 008	28 969	34 196	120 766
Norte	28 572	3 578	6 437	9 037	5 180	2 241	2 100
Centro	65 726	22 727	2 280	17 942	9 205	...	...
Lisboa	149 576	751	564	4 881	11 816	13 711	117 853
Alentejo	12 013	1 185	357	...	2 646	1 635	...
Algarve	1 286	298	0	...	...	0	0
Açores	3 404	127	1 003	...	...	2 151	0
Madeira	1 820	116	36	0	...	...	0

Quadro 32 - Coeficientes de variação dos investimentos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: %

Escalões de dimensão das empresas		Pessoas ao serviço das empresas					
NUTS II	Total	1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal	0,3	19,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	8,6	69,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro	7,7	22,3	0,0	0,0	0,0	...	...
Lisboa	0,3	66,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alentejo	3,2	32,8	0,0	...	0,0	0,0	...
Algarve	14,7	63,4	0,0	...	...	0,0	0,0
Açores	2,2	60,0	0,0	...	...	0,0	0,0
Madeira	1,8	27,7	0,0	0,0	...	...	0,0

Quadro 33 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2008

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Contratação de trabalhos e serviços de ambiente	Taxas	Outros custos e perdas
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)				
Total	193 091	136 466	5 655	50 970
05-09 Extractivas	3 148	1 719	16	1 414
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	37 994	29 928	2 387	5 679
13-14 Têxteis	11 037	8 033	549	2 455
15 Couro e produtos do couro	2 985	2 731	88	167
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 999	1 303	31	664
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	13 698	7 729	172	5 798
19 Petrolíferas	11 832	7 833	0	4 000
20-21 Químicos	17 944	10 406	671	6 867
22 Borracha e matérias plásticas	5 263	3 314	96	1 852
23 Produtos minerais, não metálicos	16 540	9 840	374	6 326
24 Metalúrgicas de base	9 807	8 352	34	1 420
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	16 401	13 214	91	3 097
26-27 Equip. informático e eléctrico	5 328	3 333	355	1 639
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2 579	1 305	74	1 200
29-30 Material de transporte	5 757	3 807	171	1 779
31-32 Outras indústrias transformadoras	1 795	1 379	53	363
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	3 687	2 466	9	1 212
35-36 Electricidade, gás e água	25 299	19 773	485	5 041

Quadro 34 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2008

Unidade: %

Rubricas contabilísticas	Total	Contratação de trabalhos e serviços de ambiente	Taxas	Outros custos e perdas
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)				
Total	0,1	0,1	2,0	2,4
05-09 Extractivas	1,0	0,8	8,5	1,8
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	0,5	0,4	3,8	1,9
13-14 Têxteis	0,4	0,4	0,8	59,6
15 Couro e produtos do couro	0,3	0,3	0,6	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,6	0,5	10,2	0,0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1,1	0,9	11,7	6,1
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	0,6	0,4	8,8	2,2
22 Borracha e matérias plásticas	0,7	0,5	9,5	0,0
23 Produtos minerais, não metálicos	0,8	0,6	94,5	22,2
24 Metalúrgicas de base	3,2	5,1	16,1	1,5
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	0,0	0,0	2,8	0,9
26-27 Equip. informático e eléctrico	6,0	4,8	33,9	20,3
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2,5	1,9	2,6	6,0
29-30 Material de transporte	10,0	8,3	0,0	29,8
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,3	0,2	1,2	2,2
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	1,1	0,9	3,6	9,8
35-36 Electricidade, gás e água	0,3	0,3	95,0	5,4

Quadro 35 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2008

Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)					
Total	193 091	30 326	44 916	87 778	30 071
05-09 Extractivas	3 148	197	671	1 245	1 037
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	37 994	781	7 812	27 700	1 701
13-14 Têxteis	11 037	836	6 748	2 844	609
15 Couro e produtos do couro	2 985	30	1 323	1 587	45
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 999	333	440	1 030	195
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	13 698	2 459	5 028	4 799	1 413
19 Petrolíferas	11 832	313	4 148	2 507	4 865
20-21 Químicos	17 944	2 172	5 299	8 779	1 694
22 Borracha e matérias plásticas	5 263	470	310	3 839	644
23 Produtos minerais, não metálicos	16 540	8 056	1 317	3 540	3 627
24 Metalúrgicas de base	9 807	666	1 067	7 765	308
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	16 401	4 244	6 463	5 094	601
26-27 Equip. informático e eléctrico	5 328	251	1 008	3 589	480
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2 579	226	345	1 897	111
29-30 Material de transporte	5 757	426	1 105	3 546	680
31-32 Outras indústrias transformadoras	1 795	121	208	1 379	86
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	3 687	135	422	2 134	996
35-36 Electricidade, gás e água	25 299	8 611	1 202	4 505	10 981

Quadro 36 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2008

Unidade: %

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)					
Total	0,1	0,1	0,1	0,5	2,4
05-09 Extractivas	1,0	5,0	0,8	0,8	1,6
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	0,5	0,5	2,4	0,4	4,0
13-14 Têxteis	0,4	3,9	0,4	0,5	4,6
15 Couro e produtos do couro	0,3	0,0	0,7	0,3	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,6	0,4	2,5	0,7	1,9
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1,1	0,0	6,3	0,7	9,3
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	0,6	22,0	1,5	0,4	68,4
22 Borracha e matérias plásticas	0,7	0,0	0,0	0,6	0,0
23 Produtos minerais, não metálicos	0,8	4,6	12,2	0,4	8,6
24 Metalúrgicas de base	3,2	1,2	5,8	4,4	9,7
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	0,0	0,0	0,0	0,3	0,5
26-27 Equip. informático e eléctrico	6,0	0,0	64,9	4,9	0,0
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2,5	28,3	183,6	2,1	0,0
29-30 Material de transporte	10,0	0,0	113,7	8,0	22,3
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,3	1,0	0,9	0,2	0,5
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	1,1	20,9	101,3	0,9	20,5
35-36 Electricidade, gás e água	0,3	0,2	45,8	5,0	3,0

Quadro 37 - Custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)							
Total	193 091	34 728	19 967	38 173	37 797	32 690	29 736
05-09 Extractivas	3 148	524	628	199	...	...	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	37 994	3 184	6 204	11 158	6 727	5 166	5 554
13-14 Têxteis	11 037	1 447	1 565	4 249	...	1 824	...
15 Couro e produtos do couro	2 985	823	820	1 166	145	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	1 999	368	348	224	582	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	13 698	1 557	1 230	3 202	798	6 912	0
19 Petrolíferas	11 832	0	0	0	0	0	11 832
20-21 Químicos	17 944	3 310	2 193	4 975	7 266	199	0
22 Borracha e matérias plásticas	5 263	890	684	1 685	...	0	...
23 Produtos minerais, não metálicos	16 540	1 156	596	2 337	4 683	...	...
24 Metalúrgicas de base	9 807	396	322	947	...	...	0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	16 401	9 797	2 647	1 824	1 400	...	...
26-27 Equip. informático e eléctrico	5 328	114	591	1 677	1 105	833	1 007
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2 579	113	832	748	178	...	...
29-30 Material de transporte	5 757	52	460	1 366	1 467	656	1 755
31-32 Outras indústrias transformadoras	1 795	645	429	509	...	...	0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	3 687	289	72	266	2 179	...	...
35-36 Electricidade, gás e água	25 299	10 061	346	1 641	239	6 475	6 538

Quadro 38 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: %

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)							
Total	0,1	26,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
05-09 Extractivas	1,0	34,6	0,0	0,0	...	...	0,0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	0,5	42,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13-14 Têxteis	0,4	55,5	0,0	0,0	...	0,0	...
15 Couro e produtos do couro	0,3	61,8	0,0	0,0	0,0	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,6	59,6	0,0	0,0	0,0	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	1,1	21,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	0,6	23,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22 Borracha e matérias plásticas	0,7	37,3	0,0	0,0	...	0,0	...
23 Produtos minerais, não metálicos	0,8	43,4	0,0	0,0	0,0	...	...
24 Metalúrgicas de base	3,2	24,4	0,0	0,0	...	...	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	0,0	91,4	0,0	0,0	0,0	...	...
26-27 Equip. informático e eléctrico	6,0	33,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2,5	59,5	0,0	0,0	0,0	...	...
29-30 Material de transporte	10,0	46,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,3	80,1	0,0	0,0	...	...	0,0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	1,1	57,5	0,0	0,0	0,0	...	...
35-36 Electricidade, gás e água	0,3	15,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 39 - Custos e perdas das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
NUTS II							
Portugal	193 091	34 728	19 967	38 173	37 797	32 690	29 736
Norte	53 799	15 118	7 431	13 544	6 000	5 431	6 275
Centro	43 885	12 827	6 540	12 215	7 539	...	...
Lisboa	78 581	3 172	2 783	9 765	21 727	19 031	22 102
Alentejo	12 369	2 791	1 946	...	2 292	3 320	...
Algarve	900	307	92	...	...	0	0
Açores	2 231	260	776	...	...	1 059	0
Madeira	1 327	251	398	37	...	...	0

Quadro 40 - Coeficientes de variação dos custos e perdas das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2008 Unidade: %

NUTS II	Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
			1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
	Portugal	0,1	26,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte		16,8	59,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro		4,9	16,7	0,0	0,0	0,0	...	...
Lisboa		0,8	20,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alentejo		5,4	23,9	0,0	...	0,0	0,0	...
Algarve		7,2	21,2	0,0	...	...	0,0	0,0
Açores		3,2	27,2	0,0	...	...	0,0	0,0
Madeira		0,4	2,3	0,0	0,0	...	...	0,0

Quadro 41 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2008 Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Total	Vendas de resíduos e/ou materiais reciclados	Prestação de serviços	Outros proveitos e ganhos
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)				
Total	136 062	129 213	5 459	1 391
05-09 Extractivas	865	865	0	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	6 091	4 865	1 147	79
13-14 Têxteis	1 526	1 470	23	33
15 Couro e produtos do couro	86	74	0	12
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 400	2 386	14	0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	9 981	9 921	0	60
19 Petrolíferas	475	196	33	246
20-21 Químicos	2 683	2 226	0	457
22 Borracha e matérias plásticas	3 124	2 806	166	152
23 Produtos minerais, não metálicos	6 971	4 190	2 736	45
24 Metalúrgicas de base	10 602	10 602	0	0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	29 027	28 777	191	59
26-27 Equip. informático e eléctrico	14 633	14 537	1	96
28 Máquinas e equipamento, n.e.	8 382	8 301	1	80
29-30 Material de transporte	28 059	28 056	0	3
31-32 Outras indústrias transformadoras	1 457	1 456	0	1
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	2 084	869	1 146	69
35-36 Electricidade, gás e água	7 615	7 615	0	0

Quadro 42 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas

2008 Unidade: %

Rubricas contabilísticas	Total	Vendas de resíduos e/ou materiais reciclados	Prestação de serviços	Outros proveitos e ganhos
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)				
Total	0,2	0,2	0,1	3,1
05-09 Extractivas	1,1	1,1	0,0	0,0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	1,4	1,5	1,1	2,6
13-14 Têxteis	14,0	13,8	0,0	0,0
15 Couro e produtos do couro	4,8	4,5	0,0	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,1	0,1	0,0	0,0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	0,2	0,2	0,0	0,7
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	0,1	0,1	0,0	58,9
22 Borracha e matérias plásticas	1,2	1,1	0,0	0,0
23 Produtos minerais, não metálicos	5,5	4,3	0,0	0,0
24 Metalúrgicas de base	0,0	0,0	0,0	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	0,1	0,1	0,0	0,0
26-27 Equip. informático e eléctrico	9,9	9,8	0,0	53,4
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2,4	2,4	0,0	0,0
29-30 Material de transporte	53,6	53,6	0,0	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,4	0,4	0,0	0,0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	0,1	0,7	0,1	0,0
35-36 Electricidade, gás e água	12,1	12,1	0,0	0,0

Quadro 43 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2008

Unidade: 10³ EUR

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)					
Total	136 062	0	623	135 375	64
05-09 Extractivas	865	0	0	865	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	6 091	0	15	6 062	14
13-14 Têxteis	1 526	0	23	1 503	0
15 Couro e produtos do couro	86	0	0	86	0
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 400	0	13	2 386	1
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	9 981	0	0	9 957	24
19 Petrolíferas	475	0	183	292	0
20-21 Químicos	2 683	0	194	2 489	0
22 Borracha e matérias plásticas	3 124	0	0	3 122	2
23 Produtos minerais, não metálicos	6 971	0	12	6 960	0
24 Metalúrgicas de base	10 602	0	0	10 602	0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	29 027	0	182	28 822	22
26-27 Equip. informático e eléctrico	14 633	0	1	14 632	0
28 Máquinas e equipamento, n.e.	8 382	0	0	8 382	0
29-30 Material de transporte	28 059	0	0	28 059	0
31-32 Outras indústrias transformadoras	1 457	0	0	1 457	0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	2 084	0	0	2 084	0
35-36 Electricidade, gás e água	7 615	0	0	7 615	0

Quadro 44 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente

2008

Unidade: %

Domínios de ambiente	Total	Qualidade do Ar e Clima	Gestão de Águas residuais	Gestão de Resíduos	Outros domínios de ambiente
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)					
Total	0,2	0,0	6,9	0,2	0,0
05-09 Extractivas	1,1	0,0	0,0	1,1	0,0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	1,4	0,0	1,1	1,4	0,0
13-14 Têxteis	14,0	0,0	0,0	13,9	0,0
15 Couro e produtos do couro	4,8	0,0	0,0	4,8	0,0
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
22 Borracha e matérias plásticas	1,2	0,0	0,0	1,2	0,0
23 Produtos minerais, não metálicos	5,5	0,0	0,0	5,5	0,0
24 Metalúrgicas de base	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
26-27 Equip. informático e eléctrico	9,9	0,0	0,0	9,9	0,0
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2,4	0,0	0,0	2,4	0,0
29-30 Material de transporte	53,6	0,0	0,0	53,6	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,4	0,0	0,0	0,4	0,0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
35-36 Electricidade, gás e água	12,1	0,0	0,0	12,1	0,0

Quadro 45 - Proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
Actividades económicas (CAE - Rev. 3)		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Total	136 062	16 896	19 726	29 700	37 296	12 101	20 343
05-09 Extractivas	865	209	285	56	...	...	0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	6 091	352	959	2 554	668	1 504	53
13-14 Têxteis	1 526	7	215	617	...	321	...
15 Couro e produtos do couro	86	5	14	35	26	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	2 400	1 651	100	149	229	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	9 981	1 991	2 839	3 664	1 075	412	0
19 Petrolíferas	475	0	0	0	0	0	475
20-21 Químicos	2 683	1 616	217	557	284	8	0
22 Borracha e matérias plásticas	3 124	138	946	1 478	...	0	...
23 Produtos minerais, não metálicos	6 971	61	163	313	4 615	...	...
24 Metalúrgicas de base	10 602	172	1 505	2 721	...	...	0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	29 027	8 189	8 107	6 089	4 766	...	...
26-27 Equip. informático e eléctrico	14 633	110	754	5 187	2 680	1 819	4 082
28 Máquinas e equipamento, n.e.	8 382	476	2 387	1 900	910	...	...
29-30 Material de transporte	28 059	81	925	3 748	14 134	500	8 671
31-32 Outras indústrias transformadoras	1 457	422	287	560	...	...	0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	2 084	1 378	0	26	529	...	...
35-36 Electricidade, gás e água	7 615	38	21	44	44	1 401	6 067

Quadro 46 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: %

Escalões de dimensão das empresas Actividades económicas (CAE - Rev. 3)	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Total	0,2	43,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
05-09 Extractivas	1,1	39,4	0,0	0,0	...	...	0,0
10-12 Alimentação, bebidas e tabaco	1,4	49,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13-14 Têxteis	14,0	132,1	0,0	0,0	...	0,0	...
15 Couro e produtos do couro	4,8	118,9	0,0	0,0	0,0	...	...
16 Madeira, cortiça e suas obras	0,1	127,6	0,0	0,0	0,0	...	...
17-18 Pasta, papel e cartão; impressão e reprodução	0,2	86,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19 Petrolíferas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-21 Químicos	0,1	139,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22 Borracha e matérias plásticas	1,2	109,0	0,0	0,0	...	0,0	...
23 Produtos minerais, não metálicos	5,5	77,5	0,0	0,0	0,0	...	...
24 Metalúrgicas de base	0,0	0,0	0,0	0,0	...	...	0,0
25 Produtos metálicos, excep. máq. e equip.	0,1	74,4	0,0	0,0	0,0	...	...
26-27 Equip. informático e eléctrico	9,9	35,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28 Máquinas e equipamento, n.e.	2,4	25,0	0,0	0,0	0,0	...	...
29-30 Material de transporte	53,6	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31-32 Outras indústrias transformadoras	0,4	79,0	0,0	0,0	...	...	0,0
33 Repar., manut. e instalação de máq. e equip.	0,1	128,3	0,0	0,0	0,0	...	...
35-36 Electricidade, gás e água	12,1	60,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 47 - Proveitos e ganhos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: 10³ EUR

Escalões de dimensão das empresas NUTS II	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal	136 062	16 896	19 726	29 700	37 296	12 101	20 343
Norte	52 563	7 422	8 527	11 536	21 340	2 878	860
Centro	36 322	3 649	6 760	10 157	8 291	...	...
Lisboa	37 651	3 850	1 629	5 543	6 737	4 852	15 041
Alentejo	6 294	1 712	386	...	908	364	...
Algarve	249	204	42	...	...	0	0
Açores	2 960	55	2 381	...	...	504	0
Madeira	22	3	2	0	...	...	0

Quadro 48 - Coeficientes de variação dos proveitos e ganhos das empresas por NUTS II, segundo os escalões de dimensão

2008

Unidade: %

Escalões de dimensão das empresas NUTS II	Total	Pessoas ao serviço das empresas					
		1 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1 000 ou mais
Portugal	0,2	43,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Norte	11,7	83,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro	4,7	46,9	0,0	0,0	0,0	...	...
Lisboa	6,9	67,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alentejo	35,7	131,4	0,0	...	0,0	0,0	...
Algarve	33,0	40,1	0,0	...	...	0,0	0,0
Açores	0,1	5,5	0,0	...	...	0,0	0,0
Madeira	0,0	0,0	0,0	0,0	...	...	0,0

ENTIDADES GESTORAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ÁGUAS RESIDUAIS

Quadro 49 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II (Rv)

2007 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	379 499	624 320	713 274
Norte	167 428	126 786	182 242
Centro	60 032	121 371	139 975
Lisboa	51 851	230 557	262 848
Alentejo	22 018	42 685	40 661
Algarve	66 280	41 170	45 086
Açores	4 245	31 110	20 108
Madeira	7 646	30 641	22 354

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 50 - Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2007 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	624 320	305 412	318 908
Norte	126 786	55 475	71 311
Centro	121 371	44 097	77 273
Lisboa	230 557	128 541	102 016
Alentejo	42 685	19 648	23 037
Algarve	41 170	15 600	25 570
Açores	31 110	25 997	5 112
Madeira	30 641	16 053	14 588

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 51 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2007 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	713 274	673 205	40 068
Norte	182 242	170 081	12 162
Centro	139 975	130 157	9 817
Lisboa	262 848	251 832	11 015
Alentejo	40 661	38 395	2 266
Algarve	45 086	42 906	2 180
Açores	20 108	19 560	548
Madeira	22 354	20 274	2 080

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 52 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II (Rv)

2007 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	454 659	344 506	306 963
Norte	191 089	94 476	76 598
Centro	113 006	90 821	53 741
Lisboa	92 683	93 895	142 423
Alentejo	8 936	22 597	9 316
Algarve	36 606	29 731	18 468
Açores	2 319	3 098	1 885
Madeira	10 019	9 888	4 532

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 53 - Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2007 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	344 506	166 545	177 960
Norte	94 476	39 317	55 159
Centro	90 821	38 981	51 840
Lisboa	93 895	57 047	36 848
Alentejo	22 597	12 052	10 544
Algarve	29 731	10 081	19 650
Açores	3 098	2 168	930
Madeira	9 888	6 898	2 989

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 54 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Rv)

2007 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	306 963	236 599	70 363
Norte	76 598	58 683	17 915
Centro	53 741	44 760	8 981
Lisboa	142 423	102 381	40 043
Alentejo	9 316	8 099	1 217
Algarve	18 468	16 760	1 708
Açores	1 885	1 659	225
Madeira	4 532	4 257	275

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 55 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água, por NUTS II (Po)

2008 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	423 872	598 961	720 179
Norte	120 831	125 424	187 911
Centro	184 568	122 426	135 141
Lisboa	47 807	230 575	273 508
Alentejo	16 415	40 395	38 094
Algarve	44 471	41 440	46 819
Açores	5 076	16 679	18 656
Madeira	4 704	22 022	20 051

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 56 - Custos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2008 Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	598 961	272 029	326 932
Norte	125 424	49 055	76 369
Centro	122 426	51 654	70 772
Lisboa	230 575	117 155	113 420
Alentejo	40 395	17 011	23 384
Algarve	41 440	16 287	25 153
Açores	16 679	12 030	4 649
Madeira	22 022	8 838	13 184

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 57 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de abastecimento de água por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2008

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	720 179	680 481	39 699
Norte	187 911	173 409	14 501
Centro	135 141	126 768	8 373
Lisboa	273 508	262 492	11 015
Alentejo	38 094	36 918	1 177
Algarve	46 819	42 978	3 840
Açores	18 656	18 260	396
Madeira	20 051	19 655	396

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 58 - Investimentos, custos e proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais, por NUTS II (Po)

2008

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Investimentos	Custos	Proveitos
Portugal	450 738	352 152	244 519
Norte	108 867	101 951	77 347
Centro	199 517	89 638	54 173
Lisboa	79 660	99 936	68 395
Alentejo	13 700	16 989	11 053
Algarve	35 201	34 146	26 551
Açores	8 417	3 060	2 026
Madeira	5 376	6 433	4 974

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 59 - Custos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2008

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Custos gerais	Custos de exploração e gestão
Portugal	352 152	143 900	208 252
Norte	101 951	38 779	63 172
Centro	89 638	35 054	54 584
Lisboa	99 936	52 549	47 387
Alentejo	16 989	5 047	11 942
Algarve	34 146	9 048	25 098
Açores	3 060	1 693	1 367
Madeira	6 433	1 731	4 702

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

Quadro 60 - Proveitos das entidades gestoras com o serviço de drenagem e tratamento de águas residuais por NUTS II, segundo o tipo (Po)

2008

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Rubricas contabilísticas		
	Total	Proveitos do tarifário	Outros proveitos
Portugal	244 519	199 253	45 266
Norte	77 347	58 716	18 630
Centro	54 173	46 305	7 868
Lisboa	68 395	57 491	10 904
Alentejo	11 053	10 210	843
Algarve	26 551	19 886	6 665
Açores	2 026	1 905	122
Madeira	4 974	4 740	233

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais / Instituto da Água, I.P.

INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Quadro 61 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros por agregados económicos, segundo as NUTS II

2008

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	NUTS II							
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Total das Receitas	278 607	71 596	72 377	60 891	40 774	17 717	9 998	5 254
Receitas correntes	265 936	68 458	68 475	58 784	39 200	17 425	8 396	5 198
Contribuições directas dos associados	10 634	3 319	2 766	2 490	1 477	345	233	3
Venda de bens e serviços	115 483	29 482	26 282	26 284	19 902	9 054	2 940	1 538
Transferências correntes	120 486	30 530	34 367	25 677	15 266	6 760	4 606	3 279
Outras receitas correntes	19 333	5 127	5 060	4 333	2 555	1 265	616	377
Receitas de capital	12 671	3 138	3 902	2 107	1 574	292	1 602	56
Transferências de capital	6 431	1 382	2 090	769	763	0	1 410	17
Outras receitas de capital	6 240	1 756	1 812	1 338	811	292	192	39
Total das Despesas	332 549	80 389	74 317	87 415	42 447	22 344	10 496	15 142
Despesas correntes	305 412	73 366	67 807	81 485	38 604	21 783	8 585	13 781
Despesas com o pessoal	196 774	46 422	41 132	58 950	22 491	10 901	5 136	11 743
Aquisição de bens e serviços	96 914	24 648	24 110	20 684	14 316	9 131	2 576	1 449
Transferências correntes	3 202	130	654	1	614	1 399	300	105
Outras despesas correntes	8 521	2 166	1 912	1 851	1 183	352	574	484
Despesas de capital	27 138	7 023	6 510	5 929	3 843	561	1 911	1 361
Investimentos	23 273	5 892	5 741	4 900	3 159	432	1 827	1 321
Transferências de capital	674	338	115	63	159	0	0	0
Outras despesas de capital	3 191	793	654	967	525	129	85	40

Quadro 62 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos

Unidade: 10³ EUR

Agregados económicos	Anos		
	2006	2007	2008
Total das Receitas	260 884	262 926	278 607
Receitas correntes	241 683	248 229	265 936
Contribuições directas dos associados	11 797	12 206	10 634
Venda de bens e serviços	95 949	102 636	115 483
Transferências correntes	115 336	115 942	120 486
Outras receitas correntes	18 601	17 445	19 333
Receitas de capital	19 201	14 697	12 671
Transferências de capital	13 937	9 285	6 431
Outras receitas de capital	5 264	5 412	6 240
Total das Despesas	320 676	321 716	332 549
Despesas correntes	280 534	292 833	305 412
Despesas com o pessoal	180 945	193 220	196 774
Aquisição de bens e serviços	88 097	88 215	96 914
Transferências correntes	2 455	2 713	3 202
Outras despesas correntes	9 037	8 685	8 521
Despesas de capital	40 142	28 883	27 138
Investimentos	35 575	25 721	23 273
Transferências de capital	799	785	674
Outras despesas de capital	3 768	2 377	3 191

Quadro 63 - Receitas e despesas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II

Unidade: 10³ EUR

NUTS II	Anos		
	2006	2007	2008
Total das Receitas	260 884	262 926	278 607
Norte	70 378	67 448	71 596
Centro	69 058	68 319	72 377
Lisboa	56 755	57 808	60 891
Alentejo	36 433	38 760	40 774
Algarve	15 641	16 421	17 717
Açores	8 383	9 031	9 998
Madeira	4 236	5 139	5 254
Total das Despesas	320 676	321 716	332 549
Norte	79 319	77 103	80 389
Centro	75 089	70 020	74 317
Lisboa	87 992	88 045	87 415
Alentejo	35 735	40 555	42 447
Algarve	21 485	22 511	22 344
Açores	6 885	8 738	10 496
Madeira	14 171	14 745	15 142

Quadro 64 - Rubricas contabilísticas das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Investimentos		Custos e perdas		Proveitos e ganhos	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Portugal	1 018	683	22 002	18 152	23 131	19 083
Norte	68	85	3 904	2 175	3 980	2 429
Centro	146	260	2 310	2 940	2 473	2 920
Lisboa	801	184	11 908	8 312	12 536	8 785
Alentejo	0	142	2 928	3 237	3 173	3 600
Algarve	3	7	336	486	357	449
Açores e Madeira	0	6	616	1 003	612	901

Quadro 65 - Custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente por rubricas contabilísticas, segundo as regiões

2008

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Regiões						
	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira
Custos e perdas	18 152	2 175	2 940	8 312	3 237	486	1 002
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	1 917	17	13	1 190	77	0	619
Fornecimentos e serviços externos	9 717	1 298	2 005	4 043	1 990	139	241
Impostos	34	4	11	16	1	1	0
Custos com o pessoal	4 877	645	803	2 233	920	135	140
Outros custos e perdas	886	149	58	553	114	10	2
Outros custos e perdas financeiras	160	20	29	80	27	3	0
Custos e perdas extraordinários	561	41	19	196	107	197	0
Proveitos e ganhos	19 083	2 429	2 920	8 785	3 600	449	901
Vendas	1 914	32	32	1 622	21	0	206
Prestações de serviços	5 547	1 188	949	3 043	350	1	16
Proveitos suplementares	668	9	77	402	83	11	86
Subsídios à exploração	8 103	631	1 723	2 532	2 493	137	587
Trabalhos para a própria empresa	0	0	0	0	0	0	0
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 262	500	35	531	153	43	1
Proveitos e ganhos financeiros	92	22	10	43	13	0	4
Proveitos e ganhos extraordinários	1 498	47	95	612	486	257	1

Quadro 66 - Custos e perdas e proveitos e ganhos das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por rubricas contabilísticas

Unidade: 10³ EUR

Rubricas contabilísticas	Anos	
	2007	2008
Custos e perdas	22 002	18 152
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	1 297	1 917
Fornecimentos e serviços externos	12 591	9 717
Impostos	43	34
Custos com o pessoal	5 386	4 877
Outros custos e perdas	1 219	886
Outros custos e perdas financeiras	336	160
Custos e perdas extraordinários	1 132	561
Proveitos e ganhos	23 131	19 083
Vendas	2 253	1 914
Prestações de serviços	5 099	5 547
Proveitos suplementares	791	668
Subsídios à exploração	12 060	8 103
Trabalhos para a própria empresa	39	0
Outros proveitos e ganhos operacionais	717	1 262
Proveitos e ganhos financeiros	62	92
Proveitos e ganhos extraordinários	2 109	1 498

SISTEMAS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Quadro 67 - Água captada segundo o tipo de origem (Rv)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água captada segundo a origem		
	Total	Superficial	Subterrânea
Portugal	x	x	x
1 Continente	849 061	542 400	306 661
11 Norte	199 410	164 707	34 704
111 Minho-Lima (a)	18 481	6 079	12 402
112 Cávado	48 915	48 345	569
113 Ave	12 776	11 271	1 505
114 Grande Porto	70 970	70 545	425
115 Tâmega	18 669	12 892	5 777
116 Entre Douro e Vouga	1 927	458	1 469
117 Douro	12 968	7 919	5 049
118 Alto Trás-os-Montes	14 704	7 197	7 507
16 Centro	347 803	231 340	116 463
161 Baixo Vouga	24 516	8 820	15 697
162 Baixo Mondego	33 704	19 146	14 558
163 Pinhal Litoral	20 877	2 841	18 037
164 Pinhal Interior Norte	10 641	6 619	4 022
165 Dão-Lafões	16 271	9 688	6 583
166 Pinhal Interior Sul	3 063	1 487	1 575
167 Serra da Estrela	4 396	1 264	3 132
168 Beira Interior Norte	3 512	1 160	2 351
169 Beira Interior Sul	7 661	7 469	192
16A Cova da Beira	6 139	3 443	2 696
16B Oeste	33 612	2 360	31 252
16C Médio Tejo	183 412	167 042	16 370
17 Lisboa	89 454	378	89 077
171 Grande Lisboa	11 829	378	11 451
172 Península de Setúbal	77 626	0	77 626
18 Alentejo	127 158	75 852	51 306
181 Alentejo Litoral	13 618	3 945	9 673
182 Alto Alentejo	11 155	5 577	5 578
183 Alentejo Central	13 944	5 665	8 279
184 Baixo Alentejo	13 312	8 284	5 029
185 Lezíria do Tejo	75 129	52 381	22 748
15 Algarve	85 235	70 124	15 111
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Paredes de Coura.

Quadro 68 - Água tratada segundo o tipo de instalação (Rv)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água tratada segundo o tipo de equipamento		
	Total	ETA	PC
Portugal	x	x	x
1 Continente	823 116	557 024	266 092
11 Norte	239 994	149 671	90 324
111 Minho-Lima (a)	11 633	3 296	8 337
112 Cávado	46 724	46 237	487
113 Ave	13 356	10 275	3 081
114 Grande Porto	130 120	58 687	71 433
115 Tâmega	15 428	13 275	2 153
116 Entre Douro e Vouga	2 255	1 594	662
117 Douro	10 787	7 118	3 668
118 Alto Trás-os-Montes	9 691	9 188	503
16 Centro	332 479	255 570	76 908
161 Baixo Vouga	20 404	10 082	10 322
162 Baixo Mondego	29 765	23 191	6 574
163 Pinhal Litoral	19 606	2 669	16 936
164 Pinhal Interior Norte	9 297	6 934	2 363
165 Dão-Lafões	15 186	13 786	1 400
166 Pinhal Interior Sul	2 285	1 557	728
167 Serra da Estrela	3 161	1 289	1 872
168 Beira Interior Norte	2 725	1 458	1 268
169 Beira Interior Sul	7 527	7 345	182
16A Cova da Beira	6 362	5 388	974
16B Oeste	33 764	8 205	25 559
16C Médio Tejo	182 398	173 667	8 731
17 Lisboa	61 570	5 124	56 446
171 Grande Lisboa	12 939	768	12 171
172 Península de Setúbal	48 631	4 356	44 275
18 Alentejo	108 986	76 112	32 874
181 Alentejo Litoral	7 123	1 269	5 854
182 Alto Alentejo	9 851	5 919	3 932
183 Alentejo Central	10 711	6 487	4 224
184 Baixo Alentejo	11 382	7 824	3 558
185 Lezíria do Tejo	69 919	54 613	15 307
15 Algarve	80 087	70 547	9 540
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Paredes de Coura.

Quadro 69 - Água distribuída segundo o sector/actividade (Rv)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água distribuída segundo o sector/actividade					
	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Agrícola e Pecuária	Outros
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	564 881	501 826	5 013	5 168	30	52 843
11 Norte	131 556	119 836	169	403	11	11 138
111 Minho-Lima (a)	10 882	10 844	0	28	0	9
112 Cávado	18 259	17 760	43	172	0	285
113 Ave	12 208	11 752	0	0	0	456
114 Grande Porto (b)	49 326	40 100	0	0	0	9 225
115 Tâmega	15 157	15 156	0	0	0	0
116 Entre Douro e Vouga	7 378	6 003	104	135	0	1 137
117 Douro	9 113	9 088	0	23	0	3
118 Alto Trás-os-Montes	9 234	9 133	22	46	11	23
16 Centro	129 247	122 700	514	2 620	19	3 394
161 Baixo Vouga	21 070	20 846	175	29	0	21
162 Baixo Mondego (c)	25 794	25 197	0	0	0	597
163 Pinhal Litoral	17 268	17 136	35	51	7	39
164 Pinhal Interior Norte	5 509	5 439	23	47	0	0
165 Dão-Lafões	8 198	8 196	2	0	0	0
166 Pinhal Interior Sul	2 016	2 016	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 566	1 566	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte	5 478	5 262	153	50	4	9
169 Beira Interior Sul	6 935	5 523	64	995	0	353
16A Cova da Beira	3 797	3 538	15	222	8	15
16B Oeste	17 346	15 485	32	613	0	1 216
16C Médio Tejo	14 270	12 496	15	614	0	1 144
17 Lisboa	207 413	170 465	3 087	149	0	33 712
171 Grande Lisboa	157 366	120 567	3 087	0	0	33 712
172 Península de Setúbal	50 047	49 898	0	149	0	0
18 Alentejo	45 779	43 796	97	683	0	1 203
181 Alentejo Litoral	5 217	5 217	0	0	0	0
182 Alto Alentejo	7 511	6 747	55	73	0	636
183 Alentejo Central	10 272	10 272	0	0	0	0
184 Baixo Alentejo	7 295	6 467	3	261	0	564
185 Lezíria do Tejo	15 484	15 093	39	349	0	2
15 Algarve	50 885	45 028	1 146	1 314	0	3 397
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Paredes de Coura.

(b) Não inclui dados dos municípios de Matosinhos e Valongo.

(c) Não inclui dados dos municípios de Cantanhede.

(d) Não inclui dados dos municípios de Vouzela.

Quadro 70 - Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade (Rv)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade					
	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Pecuária	Outros
Portugal	410 253	391 100	7 830	4 469	37	6 815
1 Continente	395 985	378 366	7 297	3 610	12	6 699
11 Norte	111 815	109 576	289	233	0	1 717
111 Minho-Lima (a)	5 892	5 892	0	0	0	0
112 Cávado	16 383	16 184	199	0	0	0
113 Ave	10 714	10 714	0	0	0	0
114 Grande Porto (b)	52 360	50 748	0	0	0	1 612
115 Tâmega	8 657	8 502	13	85	0	56
116 Entre Douro e Vouga	4 584	4 361	78	108	0	37
117 Douro	6 306	6 285	0	20	0	2
118 Alto Trás-os-Montes	6 920	6 892	0	20	0	9
16 Centro	106 417	97 994	3 753	2 748	12	1 910
161 Baixo Vouga	18 921	15 658	1 666	0	0	1 597
162 Baixo Mondego	17 854	17 854	0	0	0	0
163 Pinhal Litoral	7 822	7 817	0	5	0	0
164 Pinhal Interior Norte	4 135	4 135	0	0	0	0
165 Dão-Lafões	15 726	12 637	1 589	1 500	0	0
166 Pinhal Interior Sul	922	922	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 440	1 440	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte	6 320	6 262	8	40	2	8
169 Beira Interior Sul	4 527	3 324	18	913	0	273
16A Cova da Beira	4 864	4 524	20	290	10	19
16B Oeste	12 686	12 686	0	0	0	0
16C Médio Tejo	11 200	10 735	451	0	0	14
17 Lisboa	111 816	106 493	2 640	0	0	2 683
171 Grande Lisboa	81 674	76 350	2 640	0	0	2 683
172 Península de Setúbal	30 142	30 142	0	0	0	0
18 Alentejo	31 266	30 482	2	394	0	389
181 Alentejo Litoral	3 884	3 884	0	0	0	0
182 Alto Alentejo	6 391	6 389	2	0	0	0
183 Alentejo Central	7 486	7 484	0	2	0	0
184 Baixo Alentejo	5 243	4 705	0	190	0	348
185 Lezíria do Tejo	8 263	8 020	0	202	0	41
15 Algarve	34 670	33 822	614	235	0	0
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Paredes de Coura.

(b) Não inclui dados do município de Valongo.

(c) Não inclui dados do município de Lousada.

(d) Não inclui dados dos municípios do Barreiro e de Sesimbra.

Quadro 71 - Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado (Rv)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais tratadas por tipo de tratamento						Águas residuais não tratadas
	Total tratado	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado	
Portugal	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	458 067	52 326	57 436	229 490	108 271	10 543	31 289
11 Norte	146 834	877	11 534	76 274	56 412	1 737	5 590
111 Minho-Lima (a)	6 444	0	93	6 234	0	118	342
112 Cávado	14 728	0	172	4 048	10 508	0	57
113 Ave	28 489	0	490	12 326	15 634	39	49
114 Grande Porto	60 732	0	6 118	25 297	29 318	0	2 894
115 Tâmega	8 752	0	912	7 635	138	67	4
116 Entre Douro e Vouga	8 402	0	12	8 315	0	76	461
117 Douro	9 429	363	1 744	6 346	815	161	96
118 Alto Trás-os-Montes	9 858	514	1 993	6 075	0	1 276	1 686
16 Centro	89 516	0	10 776	60 344	10 353	8 043	3 706
161 Baixo Vouga	16 717	0	66	16 643	0	9	39
162 Baixo Mondego	7 813	0	306	3 994	3 055	458	258
163 Pinhal Litoral	9 948	0	130	7 769	114	1 934	0
164 Pinhal Interior Norte	3 815	0	987	1 828	516	484	35
165 Dão-Lafões	7 891	0	2 054	2 038	154	3 644	33
166 Pinhal Interior Sul	1 087	0	383	677	0	27	0
167 Serra da Estrela	804	0	648	116	0	40	24
168 Beira Interior Norte	6 498	0	4 057	1 406	0	1 034	88
169 Beira Interior Sul	5 317	0	519	4 781	0	18	0
16A Cova da Beira	1 595	0	489	771	0	335	2 402
16B Oeste	16 535	0	964	12 880	2 688	3	721
16C Médio Tejo	11 496	0	173	7 441	3 826	57	105
17 Lisboa	161 412	51 444	32 795	44 907	32 227	39	18 744
171 Grande Lisboa	138 014	51 300	32 317	25 871	28 526	0	3 464
172 Península de Setúbal	23 399	144	478	19 036	3 701	39	15 280
18 Alentejo	28 493	6	2 163	18 885	6 878	561	2 799
181 Alentejo Litoral	3 844	0	405	3 246	19	173	351
182 Alto Alentejo	7 574	0	531	4 140	2 839	64	181
183 Alentejo Central	5 928	0	211	1 991	3 432	294	1 012
184 Baixo Alentejo	4 793	6	410	3 771	587	19	720
185 Lezíria do Tejo	6 354	0	607	5 736	0	11	535
15 Algarve	31 812	0	168	29 080	2 401	163	450
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Paredes de Coura.

Quadro 72 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor (Rv)

2007

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor					
	Total	Águas costeiras e de transição	Lagos, lagoas e albufeiras	Rios, canais artificiais e outras linhas de água	Solo	Não especificado
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	480 258	190 364	793	244 842	8 495	35 764
11 Norte	148 912	39 132	470	102 017	2 317	4 976
111 Minho-Lima (a)	6 941	1 556	0	4 509	41	834
112 Cávado	14 662	0	25	14 457	171	10
113 Ave	27 895	0	27	27 468	305	96
114 Grande Porto	60 319	37 576	0	22 553	80	111
115 Tâmega	8 337	0	411	6 569	355	1 001
116 Entre Douro e Vouga	12 622	0	0	12 622	0	0
117 Douro	9 800	0	1	7 450	468	1 880
118 Alto Trás-os-Montes	8 336	0	6	6 389	897	1 045
16 Centro	78 547	7 021	89	57 745	6 029	7 664
161 Baixo Vouga (b)	2 621	0	0	1 584	0	1 037
162 Baixo Mondego (c)	7 104	2 711	0	4 129	39	225
163 Pinhal Litoral	9 062	0	0	8 759	146	157
164 Pinhal Interior Norte	3 532	0	14	2 851	510	157
165 Dão-Lafões (d)	7 443	0	0	2 948	402	4 094
166 Pinhal Interior Sul	1 292	0	3	1 114	5	170
167 Serra da Estrela	963	0	0	686	101	176
168 Beira Interior Norte	7 705	0	7	2 494	4 544	660
169 Beira Interior Sul	5 319	0	0	4 945	169	205
16A Cova da Beira	4 001	0	0	3 760	67	175
16B Oeste	16 909	4 310	63	12 518	16	3
16C Médio Tejo	12 596	0	2	11 959	31	605
17 Lisboa	187 779	131 032	0	36 541	0	20 206
171 Grande Lisboa	141 069	114 934	0	20 786	0	5 348
172 Península de Setúbal	46 711	16 098	0	15 754	0	14 858
18 Alentejo	31 715	833	234	28 668	82	1 899
181 Alentejo Litoral	3 977	833	0	3 120	15	9
182 Alto Alentejo	7 696	0	182	5 631	57	1 825
183 Alentejo Central (e)	7 084	0	45	7 035	3	0
184 Baixo Alentejo	5 027	0	7	4 999	2	19
185 Lezíria do Tejo	7 932	0	0	7 882	5	45
15 Algarve	33 305	12 346	0	19 872	68	1 019
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Paredes de Coura.

(b) Não inclui dados do município de Aveiro.

(c) Não inclui dados do município de Cantanhede.

(d) Não inclui dados do município de Vouzela.

(e) Não inclui dados do município de Borba.

Quadro 73 - Índices de atendimento (Rv), população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais

2007

Unidade: %

NUTS III	Proporção de população servida por sistemas públicos de:		
	Abastecimento de água (a)	Drenagem de águas residuais (b)	Tratamento de águas residuais (c)
Portugal	x	x	x
1 Continente	91,6	79,1	69,4
11 Norte	85,7	70,4	59,4
111 Minho-Lima	89,4	58,1	44,7
112 Cávado	84,1	65,3	60,5
113 Ave	77,6	65,3	35,0
114 Grande Porto	97,3	90,8	84,3
115 Tâmega	71,2	40,7	29,5
116 Entre Douro e Vouga	60,7	35,2	25,5
117 Douro	96,8	91,5	86,2
118 Alto Trás-os-Montes	97,5	84,0	82,1
16 Centro	93,8	72,5	65,4
161 Baixo Vouga	95,2	70,3	62,4
162 Baixo Mondego	97,8	75,3	70,7
163 Pinhal Litoral	92,5	53,1	45,3
164 Pinhal Interior Norte	91,5	56,5	50,3
165 Dão-Lafões	83,5	70,3	68,9
166 Pinhal Interior Sul	96,3	72,3	70,5
167 Serra da Estrela	99,7	63,8	48,2
168 Beira Interior Norte	94,6	87,4	80,9
169 Beira Interior Sul	99,9	94,1	96,3
16A Cova da Beira	88,8	88,4	54,7
16B Oeste	95,0	87,9	76,6
16C Médio Tejo	97,9	63,9	60,0
17 Lisboa	96,9	94,5	84,7
171 Grande Lisboa	97,1	95,1	88,5
172 Península de Setúbal	96,5	92,6	73,8
18 Alentejo	92,8	84,5	72,4
181 Alentejo Litoral	89,6	80,7	72,8
182 Alto Alentejo	97,6	96,7	92,9
183 Alentejo Central	92,6	89,3	56,0
184 Baixo Alentejo	98,2	94,3	84,0
185 Lezíria do Tejo	89,3	72,1	63,9
15 Algarve	92,9	80,6	76,8
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados dos municípios: Paredes de Coura (Minho-Lima); Bragança (Alto Trás-os-Montes) e Ponte de Sôr (Alto Alentejo).

(b) Não inclui dados dos municípios: Caminha, Paredes de Coura e Valença (Minho-Lima); Fafe, Santo Tirso e Trofa (Ave); Resende (Tâmega); Alijó (Douro); Bragança (Alto Trás-os-Montes); Soure (Baixo Mondego); Oleiros (Pinhal Interior Sul); Alcanena (Médio Tejo); Barreiro e Sesimbra (Península de Setúbal); Marvão (Alto Alentejo).

(c) Não inclui dados dos municípios: Paredes de Coura (Minho-Lima); Arganil (Pinhal Interior Norte); Gouveia (Serra da Estrela); Alcanena (Médio Tejo); Barreiro (Península de Setúbal); Évora (Alentejo Central); Golegã (Lezíria do Tejo).

Quadro 74 - Rácio de distribuição de água e de drenagem de águas residuais per capita dia (Rv)

2007

Unidade: litros

NUTS III	Rácio de água distribuída e de águas residuais drenadas por habitante	
	Abastecimento de água	Águas residuais drenadas
Portugal	x	x
1 Continente	154,3	137,3
11 Norte	112,7	128,2
111 Minho-Lima (a)	137,1	131,3
112 Cávado	140,9	165,4
113 Ave	79,2	125,2
114 Grande Porto	111,3	128,9
115 Tâmega	104,0	116,4
116 Entre Douro e Vouga	94,4	118,2
117 Douro	120,7	94,3
118 Alto Trás-os-Montes	140,6	123,1
16 Centro	153,2	158,0
161 Baixo Vouga	150,3	153,0
162 Baixo Mondego	239,0	207,7
163 Pinhal Litoral	190,6	151,3
164 Pinhal Interior Norte	118,2	145,6
165 Dão-Lafões	95,3	169,1
166 Pinhal Interior Sul	138,8	98,6
167 Serra da Estrela	89,5	128,6
168 Beira Interior Norte	137,7	177,3
169 Beira Interior Sul	203,9	130,2
16A Cova da Beira	119,2	153,1
16B Oeste	123,9	109,6
16C Médio Tejo	151,3	212,5
17 Lisboa	172,0	115,5
171 Grande Lisboa	168,2	108,7
172 Península de Setúbal	181,9	137,0
18 Alentejo	173,6	130,2
181 Alentejo Litoral	165,3	136,6
182 Alto Alentejo	186,6	157,2
183 Alentejo Central	178,6	134,9
184 Baixo Alentejo	140,8	106,7
185 Lezíria do Tejo	186,0	122,4
15 Algarve	313,2	271,2
2 Região Autónoma dos Açores	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Paredes de Coura.

Quadro 75 - Número de estações de tratamento de águas residuais (Rv)

2007

Unidade: número

NUTS III	Nível de tratamento das estações de tratamento de águas residuais				
	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado
Portugal	x	x	x	x	x
1 Continente	137	2 446	1 063	72	486
11 Norte	124	953	405	25	135
111 Minho-Lima (a)	0	15	25	0	9
112 Cávado	0	28	26	12	14
113 Ave	0	46	37	5	14
114 Grande Porto	0	82	23	6	1
115 Tâmega	0	181	45	0	44
116 Entre Douro e Vouga	0	7	7	0	12
117 Douro	46	305	121	2	25
118 Alto Trás-os-Montes	78	289	121	0	16
16 Centro	0	1 171	295	26	253
161 Baixo Vouga	0	5	16	0	7
162 Baixo Mondego	0	12	42	6	13
163 Pinhal Litoral	0	10	4	0	17
164 Pinhal Interior Norte	0	136	33	2	24
165 Dão-Lafões	0	323	62	6	81
166 Pinhal Interior Sul	0	64	9	0	11
167 Serra da Estrela	0	71	4	0	8
168 Beira Interior Norte	0	316	13	0	26
169 Beira Interior Sul	0	94	25	0	10
16A Cova da Beira	0	26	1	0	44
16B Oeste	0	90	52	4	6
16C Médio Tejo	0	24	34	8	6
17 Lisboa	12	28	63	9	4
171 Grande Lisboa	11	18	36	8	0
172 Península de Setúbal	1	10	27	1	4
18 Alentejo	1	280	246	8	76
181 Alentejo Litoral	0	53	41	1	18
182 Alto Alentejo	0	89	30	2	23
183 Alentejo Central	0	40	38	3	17
184 Baixo Alentejo	1	77	99	2	9
185 Lezíria do Tejo	0	21	38	0	9
15 Algarve	0	14	54	4	18
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Paredes de Coura.

Quadro 76 - Água captada segundo o tipo de origem (Po)

2008

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água captada segundo a origem		
	Total	Superficial	Subterrânea
Portugal	x	x	x
1 Continente	777 537	526 093	251 444
11 Norte	173 038	155 115	17 923
111 Minho-Lima (a)	12 962	5 998	6 964
112 Cávado	45 780	45 398	382
113 Ave	12 465	11 067	1 398
114 Grande Porto (b)	61 417	61 417	0
115 Tâmega (c)	15 644	13 621	2 023
116 Entre Douro e Vouga	1 549	0	1 549
117 Douro (d)	12 752	10 234	2 518
118 Alto Trás-os-Montes (e)	10 469	7 380	3 089
16 Centro	328 182	230 821	97 361
161 Baixo Vouga (f)	24 225	8 810	15 415
162 Baixo Mondego (g)	32 591	19 623	12 968
163 Pinhal Litoral (h)	17 208	1 697	15 511
164 Pinhal Interior Norte (i)	10 130	7 455	2 675
165 Dão-Lafões (j)	14 562	10 501	4 061
166 Pinhal Interior Sul (k)	2 027	1 348	679
167 Serra da Estrela	3 263	1 143	2 120
168 Beira Interior Norte (l)	3 726	2 583	1 143
169 Beira Interior Sul	6 366	6 171	194
16A Cova da Beira (m)	4 863	3 020	1 843
16B Oeste (n)	31 634	2 385	29 249
16C Médio Tejo	177 589	166 084	11 505
17 Lisboa	81 281	378	80 903
171 Grande Lisboa (o)	9 589	378	9 211
172 Península de Setúbal	71 692	0	71 692
18 Alentejo	123 450	80 552	42 898
181 Alentejo Litoral (p)	9 574	2 144	7 430
182 Alto Alentejo	12 498	6 382	6 116
183 Alentejo Central (q)	12 321	6 241	6 080
184 Baixo Alentejo	16 810	11 064	5 746
185 Lezíria do Tejo (r)	72 247	54 721	17 525
15 Algarve (s)	71 586	59 227	12 359
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Semancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 77 - Água tratada segundo o tipo de instalação (Po)

2008

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água tratada segundo o tipo de equipamento		
	Total	ETA	PC
Portugal	x	x	x
1 Continente	728 314	549 527	178 787
11 Norte	162 761	149 555	13 206
111 Minho-Lima (a)	12 272	3 509	8 763
112 Cávado	45 254	45 244	10
113 Ave	12 383	10 988	1 395
114 Grande Porto (b)	60 839	59 939	900
115 Tâmega (c)	12 450	11 861	589
116 Entre Douro e Vouga	1 670	1 490	180
117 Douro (d)	8 912	8 036	876
118 Alto Trás-os-Montes (e)	8 979	8 487	492
16 Centro	323 743	246 516	77 227
161 Baixo Vouga (f)	23 469	10 047	13 422
162 Baixo Mondego (g)	32 218	21 985	10 233
163 Pinhal Litoral (h)	19 054	1 756	17 298
164 Pinhal Interior Norte (i)	9 093	7 024	2 069
165 Dão-Lafões (j)	15 680	14 806	874
166 Pinhal Interior Sul (k)	1 986	1 304	682
167 Serra da Estrela	2 549	1 211	1 337
168 Beira Interior Norte (l)	1 973	1 331	642
169 Beira Interior Sul	5 867	5 823	44
16A Cova da Beira (m)	4 715	4 650	66
16B Oeste (n)	30 121	8 300	21 822
16C Médio Tejo	177 019	168 279	8 740
17 Lisboa	56 149	4 135	52 014
171 Grande Lisboa (o)	9 547	390	9 157
172 Península de Setúbal	46 602	3 744	42 857
18 Alentejo	115 118	80 067	35 050
181 Alentejo Litoral (p)	8 288	2 191	6 098
182 Alto Alentejo	11 323	6 853	4 470
183 Alentejo Central (q)	11 602	7 379	4 223
184 Baixo Alentejo	11 803	8 170	3 633
185 Lezíria do Tejo (r)	72 102	55 475	16 627
15 Algarve (s)	70 543	69 254	1 289
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 78 - Água distribuída segundo o sector/actividade (Po)

2008

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Água distribuída segundo o sector/actividade					
	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Agrícola e Pecuária	Outros
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	518 907	451 094	5 918	9 462	66	52 367
11 Norte	146 482	131 487	259	3 639	11	11 087
111 Minho-Lima (a)	10 779	10 217	0	354	0	207
112 Cávado	14 368	13 845	65	386	0	72
113 Ave	11 944	11 156	9	57	0	723
114 Grande Porto (b)	75 717	64 577	0	2 418	0	8 722
115 Tâmega (c)	12 844	12 768	0	0	0	76
116 Entre Douro e Vouga	6 131	4 382	144	354	0	1 252
117 Douro (d)	7 468	7 413	20	22	0	13
118 Alto Trás-os-Montes (e)	7 231	7 128	21	48	11	23
16 Centro	115 225	109 821	458	2 277	23	2 646
161 Baixo Vouga (f)	21 480	21 295	141	28	0	17
162 Baixo Mondego (g)	24 669	24 455	0	2	0	212
163 Pinhal Litoral (h)	12 455	12 253	32	104	10	56
164 Pinhal Interior Norte (i)	4 318	3 976	102	57	0	183
165 Dão-Lafões (j)	6 406	6 404	2	0	0	0
166 Pinhal Interior Sul (k)	1 477	1 477	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 185	1 185	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte (l)	6 187	6 115	7	54	5	5
169 Beira Interior Sul	4 785	4 732	42	0	0	11
16A Cova da Beira (m)	3 592	3 348	13	211	8	12
16B Oeste (n)	14 707	12 744	118	1 013	0	832
16C Médio Tejo	13 964	11 838	0	808	0	1 318
17 Lisboa	167 848	129 651	3 386	157	1	34 653
171 Grande Lisboa (o)	129 869	93 234	3 365	0	0	33 269
172 Península de Setúbal	37 978	36 417	20	157	1	1 384
18 Alentejo	37 702	36 218	153	682	0	649
181 Alentejo Litoral (p)	5 946	5 946	0	0	0	0
182 Alto Alentejo	7 332	7 185	35	88	0	25
183 Alentejo Central (q)	8 606	8 601	0	5	0	0
184 Baixo Alentejo	7 235	6 347	3	287	0	597
185 Lezíria do Tejo (r)	8 583	8 139	115	302	0	27
15 Algarve (s)	51 650	43 917	1 663	2 707	30	3 333
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 79 - Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade (Po)

2008

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais drenadas segundo o sector/actividade					
	Total	Doméstico	Industrial	Comercial e Serviços	Pecuária	Outros
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	403 087	390 935	5 318	1 425	17	5 392
11 Norte	113 675	112 087	118	248	0	1 221
111 Minho-Lima (a)	6 145	6 145	0	0	0	0
112 Cávado	12 631	12 631	0	0	0	0
113 Ave	8 036	7 887	65	43	0	41
114 Grande Porto (b)	64 287	63 276	0	0	0	1 011
115 Tâmega (c)	6 239	6 045	15	95	0	84
116 Entre Douro e Vouga	5 531	5 347	38	71	0	76
117 Douro (d)	5 330	5 310	0	20	0	0
118 Alto Trás-os-Montes (e)	5 476	5 447	0	20	0	9
16 Centro	108 171	105 224	2 332	457	14	145
161 Baixo Vouga (f)	22 547	20 875	1 661	11	0	0
162 Baixo Mondego (g)	23 214	23 214	0	0	0	0
163 Pinhal Litoral (h)	6 586	5 939	648	0	0	0
164 Pinhal Interior Norte (i)	3 479	3 479	0	0	0	0
165 Dão-Lafões (j)	17 557	17 556	1	0	0	1
166 Pinhal Interior Sul (k)	594	594	0	0	0	0
167 Serra da Estrela	1 096	1 096	0	0	0	0
168 Beira Interior Norte (l)	4 915	4 857	6	43	4	5
169 Beira Interior Sul	4 298	4 298	0	0	0	0
16A Cova da Beira (m)	4 400	4 083	17	274	10	16
16B Oeste (n)	10 472	10 472	0	0	0	0
16C Médio Tejo	9 012	8 761	0	128	0	123
17 Lisboa	122 144	116 674	2 739	0	0	2 731
171 Grande Lisboa (o)	90 345	84 875	2 739	0	0	2 731
172 Península de Setúbal	31 798	31 798	0	0	0	0
18 Alentejo	25 885	25 604	0	260	0	22
181 Alentejo Litoral (p)	3 217	3 217	0	0	0	0
182 Alto Alentejo	6 530	6 454	0	56	0	20
183 Alentejo Central (q)	6 606	6 606	0	0	0	0
184 Baixo Alentejo	4 149	4 149	0	0	0	0
185 Lezíria do Tejo (r)	5 383	5 177	0	204	0	2
15 Algarve (s)	33 212	31 347	129	459	3	1 273
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 80 - Águas residuais segundo o tipo de tratamento aplicado (Po)

2008

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais tratadas por tipo de tratamento						Águas residuais não tratadas
	Total tratado	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado	
Portugal	x	x	x	x	x	x	x
1 Continente	487 786	55 834	56 679	269 613	96 654	9 005	22 034
11 Norte	150 727	583	14 043	95 402	40 366	333	5 339
111 Minho-Lima (a)	7 957	0	24	7 821	0	112	342
112 Cávado	12 722	0	100	2 609	10 013	0	0
113 Ave	30 308	0	0	30 308	0	0	0
114 Grande Porto (b)	67 896	0	12 460	26 172	29 264	0	2 622
115 Tâmega (c)	8 094	0	358	7 715	20	1	0
116 Entre Douro e Vouga	6 805	0	11	6 794	0	0	402
117 Douro (d)	8 249	0	627	6 514	1 069	40	60
118 Alto Trás-os-Montes (e)	8 696	583	464	7 469	0	180	1 912
16 Centro	99 772	0	8 559	71 984	10 827	8 402	3 044
161 Baixo Vouga (f)	16 433	0	8	16 416	0	9	0
162 Baixo Mondego (g)	7 912	0	53	4 613	2 759	487	0
163 Pinhal Litoral (h)	9 440	0	105	2 885	192	6 257	0
164 Pinhal Interior Norte (i)	2 906	0	578	1 624	668	36	7
165 Dão-Lafões (j)	7 413	0	1 967	4 803	81	563	24
166 Pinhal Interior Sul (k)	881	0	147	733	0	0	0
167 Serra da Estrela	670	0	486	180	0	4	24
168 Beira Interior Norte (l)	4 433	0	2 639	986	0	807	94
169 Beira Interior Sul	5 412	0	141	5 254	0	18	0
16A Cova da Beira (m)	2 380	0	233	1 962	0	185	2 336
16B Oeste (n)	16 785	0	2 015	13 873	898	0	423
16C Médio Tejo	10 710	0	82	5 493	5 100	36	135
17 Lisboa	170 431	54 765	32 856	47 550	35 259	0	10 873
171 Grande Lisboa (o)	147 298	54 613	32 306	28 740	31 640	0	0
172 Península de Setúbal	23 133	152	551	18 811	3 620	0	10 873
18 Alentejo	25 587	57	1 215	16 974	7 299	43	2 778
181 Alentejo Litoral (p)	2 663	0	348	2 222	94	0	276
182 Alto Alentejo	7 723	57	277	4 159	3 199	32	262
183 Alentejo Central (q)	5 298	0	106	1 261	3 931	0	1 187
184 Baixo Alentejo	4 915	0	349	4 531	36	0	678
185 Lezíria do Tejo (r)	4 987	0	135	4 801	40	11	375
15 Algarve (s)	41 269	429	6	37 704	2 902	228	0
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados dos municípios de Coimbra e de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 81 - Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor (Po)

2008

Unidade: 10³ m³

NUTS III	Águas residuais rejeitadas segundo o meio receptor					
	Total	Águas costeiras e de transição	Lagos, lagoas e albufeiras	Rios, canais artificiais e outras linhas de água	Solo	Não especificado
Portugal	x	x	x	x	x	x
1 Continente	517 625	222 882	415	237 365	5 799	51 164
11 Norte	153 237	46 975	123	98 368	1 390	6 382
111 Minho-Lima (a)	8 036	1 830	0	5 317	6	883
112 Cávado	12 067	0	82	11 922	63	0
113 Ave	30 030	0	36	29 899	9	85
114 Grande Porto (b)	70 518	45 145	0	25 282	90	1
115 Tâmega (c)	7 379	0	0	6 818	261	299
116 Entre Douro e Vouga	7 617	0	0	7 505	112	0
117 Douro (d)	8 485	0	0	6 758	90	1 637
118 Alto Trás-os-Montes (e)	9 106	0	5	4 865	759	3 477
16 Centro	112 967	34 423	138	59 958	4 372	14 076
161 Baixo Vouga (f)	29 385	28 017	0	292	18	1 057
162 Baixo Mondego (g)	3 471	694	0	2 461	44	272
163 Pinhal Litoral (h)	9 451	0	0	2 835	182	6 434
164 Pinhal Interior Norte (i)	2 565	0	9	2 083	419	53
165 Dão-Lafões (j)	6 819	0	0	2 402	342	4 075
166 Pinhal Interior Sul (k)	1 054	0	3	891	5	154
167 Serra da Estrela	667	0	0	465	56	146
168 Beira Interior Norte (l)	6 076	0	14	2 096	3 230	735
169 Beira Interior Sul	5 354	0	0	5 182	0	172
16A Cova da Beira (m)	3 596	0	0	3 372	49	175
16B Oeste (n)	19 402	5 712	94	13 596	0	1
16C Médio Tejo	10 732	0	18	9 943	26	746
17 Lisboa	183 400	131 137	0	30 322	0	21 941
171 Grande Lisboa (o)	146 483	119 000	0	20 778	0	6 706
172 Península de Setúbal	36 916	12 137	0	9 544	0	15 235
18 Alentejo	26 580	284	154	22 843	23	3 275
181 Alentejo Litoral (p)	3 104	284	0	2 180	5	635
182 Alto Alentejo	7 988	0	105	5 455	15	2 412
183 Alentejo Central (q)	7 030	0	45	6 842	3	140
184 Baixo Alentejo	3 809	0	4	3 752	0	53
185 Lezíria do Tejo (r)	4 650	0	0	4 615	0	35
15 Algarve (s)	41 441	10 064	0	25 874	14	5 489
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados dos municípios de Coimbra e de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 82 - Índices de atendimento (Po), população servida por sistemas públicos de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais

2008

Unidade: %

NUTS III	Proporção de população servida por sistemas públicos de:		
	Abastecimento de água	Drenagem de águas residuais	Tratamento de águas residuais
Portugal	x	x	x
1 Continente	92,2	77,9	70,3
11 Norte	88,6	69,1	61,6
111 Minho-Lima (a)	89,8	52,8	52,4
112 Cávado	91,6	68,1	60,8
113 Ave	81,9	61,9	33,0
114 Grande Porto (b)	98,5	94,6	90,1
115 Tâmega (c)	72,4	39,9	36,4
116 Entre Douro e Vouga	80,2	23,7	27,3
117 Douro (d)	93,0	89,0	80,5
118 Alto Trás-os-Montes (e)	90,2	80,1	72,1
16 Centro	92,3	74,3	67,2
161 Baixo Vouga (f)	97,7	74,5	61,0
162 Baixo Mondego (g)	98,0	76,6	69,3
163 Pinhal Litoral (h)	90,2	55,5	44,2
164 Pinhal Interior Norte (i)	86,6	61,0	59,4
165 Dão-Lafões (j)	78,4	70,4	65,6
166 Pinhal Interior Sul (k)	93,4	71,4	71,0
167 Serra da Estrela	100,0	65,7	64,7
168 Beira Interior Norte (l)	92,1	88,6	76,8
169 Beira Interior Sul	100,0	94,9	93,1
16A Cova da Beira (m)	93,9	89,2	83,6
16B Oeste (n)	90,6	82,7	78,0
16C Médio Tejo	95,8	73,9	68,4
17 Lisboa	97,2	91,9	81,1
171 Grande Lisboa (o)	97,2	95,8	88,6
172 Península de Setúbal	97,2	82,1	61,8
18 Alentejo	88,8	81,8	73,6
181 Alentejo Litoral (p)	70,4	66,5	61,2
182 Alto Alentejo	96,8	95,9	92,2
183 Alentejo Central (q)	89,4	87,2	72,2
184 Baixo Alentejo	98,2	94,7	83,4
185 Lezíria do Tejo (r)	86,7	69,6	65,3
15 Algarve (s)	94,0	71,4	83,7
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 83 - Rácio de distribuição de água e de drenagem de águas residuais per capita dia (Po)

2008

Unidade: litros

NUTS III	Rácio de água distribuída e de águas residuais drenadas por habitante	
	Abastecimento de água	Águas residuais drenadas
Portugal	x	x
1 Continente	140,4	145,1
11 Norte	115,6	126,4
111 Minho-Lima (a)	136,6	139,7
112 Cávado	100,5	123,4
113 Ave	71,2	66,6
114 Grande Porto (b)	149,0	152,0
115 Tâmega (c)	92,9	79,9
116 Entre Douro e Vouga	52,0	214,5
117 Douro (d)	118,7	88,8
118 Alto Trás-os-Montes (e)	139,7	120,1
16 Centro	149,5	178,5
161 Baixo Vouga (f)	170,6	219,4
162 Baixo Mondego (g)	214,9	260,8
163 Pinhal Litoral (h)	162,4	128,0
164 Pinhal Interior Norte (i)	101,6	133,6
165 Dão-Lafões (j)	78,5	239,8
166 Pinhal Interior Sul (k)	128,9	67,9
167 Serra da Estrela	68,1	95,9
168 Beira Interior Norte (l)	177,4	146,6
169 Beira Interior Sul	176,3	168,8
16A Cova da Beira (m)	117,3	150,5
16B Oeste (n)	127,2	114,6
16C Médio Tejo	146,4	140,5
17 Lisboa	129,8	126,8
171 Grande Lisboa (o)	129,6	124,0
172 Península de Setúbal	130,5	135,0
18 Alentejo	155,6	119,5
181 Alentejo Litoral (p)	241,3	138,4
182 Alto Alentejo	173,3	157,0
183 Alentejo Central (q)	168,0	132,4
184 Baixo Alentejo	139,5	94,6
185 Lezíria do Tejo (r)	116,4	92,3
15 Algarve (s)	398,8	374,5
2 Região Autónoma dos Açores	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva e São Pedro do Sul.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

Quadro 84 - Número de estações de tratamento de águas residuais (Po)

2008

Unidade: número

NUTS III	Nível de tratamento das estações de tratamento de águas residuais				
	Preliminar	Primário	Secundário	Terciário	Não especificado
Portugal	x	x	x	x	x
1 Continente	110	1 721	1 471	122	169
11 Norte	82	523	532	56	46
111 Minho-Lima (a)	0	8	30	2	3
112 Cávado	0	38	52	14	0
113 Ave	0	6	33	0	1
114 Grande Porto (b)	0	32	22	6	0
115 Tâmega (c)	0	59	66	3	6
116 Entre Douro e Vouga	0	7	9	0	0
117 Douro (d)	0	263	117	31	28
118 Alto Trás-os-Montes (e)	82	110	203	0	8
16 Centro	0	948	489	40	77
161 Baixo Vouga (f)	0	8	16	0	2
162 Baixo Mondego (g)	0	16	44	8	13
163 Pinhal Litoral (h)	0	9	7	2	4
164 Pinhal Interior Norte (i)	0	129	50	10	6
165 Dão-Lafões (j)	0	263	139	6	21
166 Pinhal Interior Sul (k)	0	43	14	0	0
167 Serra da Estrela	0	46	8	0	1
168 Beira Interior Norte (l)	0	250	41	0	13
169 Beira Interior Sul	0	83	32	0	2
16A Cova da Beira (m)	0	18	28	0	10
16B Oeste (n)	0	73	64	4	2
16C Médio Tejo	0	10	46	10	3
17 Lisboa	7	20	61	8	7
171 Grande Lisboa (o)	6	16	33	7	1
172 Península de Setúbal	1	4	28	1	6
18 Alentejo	20	227	325	14	23
181 Alentejo Litoral (p)	0	23	63	2	0
182 Alto Alentejo	20	74	59	3	5
183 Alentejo Central (q)	0	35	43	5	15
184 Baixo Alentejo	0	74	119	3	1
185 Lezíria do Tejo (r)	0	21	41	1	2
15 Algarve (s)	1	3	64	4	16
2 Região Autónoma dos Açores	x	x	x	x	x
3 Região Autónoma da Madeira	x	x	x	x	x

Fonte: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Instituto da Água, I.P.

(a) Não inclui dados do município de Vila Nova de Cerveira.

(b) Não inclui dados do município de Vila do Conde.

(c) Não inclui dados dos municípios de Baião e Cinfães.

(d) Não inclui dados dos municípios de Sernancelhe e Peso da Régua.

(e) Não inclui dados dos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Murça, Vimioso e Vinhais.

(f) Não inclui dados dos municípios de Águeda e Albergaria-a-Velha.

(g) Não inclui dados do município de Mira.

(h) Não inclui dados do município de Marinha Grande.

(i) Não inclui dados dos municípios de Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos.

(j) Não inclui dados do município de Vila Nova de Paiva.

(k) Não inclui dados do município de Mação.

(l) Não inclui dados do município de Almeida.

(m) Não inclui dados do município de Belmonte.

(n) Não inclui dados dos municípios de Alenquer, Bombarral e Lourinhã.

(o) Não inclui dados do município de Mafra.

(p) Não inclui dados do município de Santiago do Cacém.

(q) Não inclui dados dos municípios de Arraiolos e de Sousel.

(r) Não inclui dados dos municípios de Almeirim e Golegã.

(s) Não inclui dados dos municípios de Alcoutim, Aljezur, Olhão, Silves e Vila Real de Santo António.

MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE RESÍDUOS**Quadro 85 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo as operações de gestão e perigosidade**

Movimentos, operações e nível de perigo	Unidade: Toneladas		
	2008	2007	2006
Exportações	225 517	175 057	121 336
Eliminação:	154 709	117 821	98 495
Não perigoso	554	631	1 807
Perigoso	154 155	117 190	96 688
Valorização:	70 808	57 236	22 841
Não perigoso	31 035	1 535	1 543
Perigoso	39 773	55 701	21 298

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Quadro 86 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo a via de transporte e tipologia de resíduos

Movimentos, via de transporte e tipo de resíduo.	Unidade: Toneladas		
	2008	2007	2006
Exportações	225 517	175 057	121 336
Resíduos da lista Verde	31 683	0	0
Resíduos da lista Laranja	193 834	175 057	121 336
Via aérea:	0	0	0
Resíduos da lista Verde	0	0	0
Resíduos da lista Laranja	0	0	0
Via marítima:	19 766	23 888	1 258
Resíduos da lista Verde	19 766	0	0
Resíduos da lista Laranja	0	23 888	1 258
Via terrestre:	205 751	151 169	120 078
Resíduos da lista Verde	11 917	0	0
Resíduos da lista Laranja	193 834	151 169	120 078

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Quadro 87 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo os países de origem e destino

Movimentos, países de origem e destino dos resíduos.	Unidade: Toneladas		
	2008	2007	2006
Exportações	225 517	175 058	121 335
Alemanha	806	694	961
Áustria	459	379	181
Bélgica	1 078	1 579	1 075
China	13 917	0	0
Dinamarca	3	0	0
Espanha	203 785	148 630	116 894
França	205	1 359	1 674
Holanda	376	22 417	0
Hong Kong	2 831	0	0
Índia	239	0	0
Indonésia	856	0	0
Inglaterra	11	0	550
Itália	5	0	0
Noruega	2	0	0
Paquistão	828	0	0
Singapura	97	0	0
Suécia	8	0	0
Tailândia	11	0	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Quadro 88 - Resíduos registados no movimento transfronteiriço, segundo as operações de gestão de resíduos

Movimentos e operações de gestão.	Unidade: Toneladas		
	2008	2007	2006
Exportações	225 518	175 059	121 337
Eliminação	154 709	117 822	98 495
D1	151 483	113 221	94 227
D9	1 176	1 464	393
D10	2 050	3 137	3 875
Valorização	70 809	57 237	22 842
R1	3 324	8 281	9 390
R2	146	129	266
R3	11 785	4	0
R4	27 767	15 569	9 162
R5	10 209	22 584	25
R6	0	0	37
R9	10 781	10 670	3 962
R13	6 797	0	0

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

RESÍDUOS URBANOS

Quadro 89 - Resíduos urbanos por operação de gestão

2008

Unidade: Toneladas

Regiões	Total	Operações de gestão			
		Aterro	Valorização Energética	Valorização Orgânica (a)	Recolha Selectiva (b)
Portugal	5 059 431	3 264 559	962 900	400 675	431 297

Fonte: APA.

(a) Inclui Resíduos Urbanos Biodegradáveis recolhidos selectivamente.

(b) Inclui recolha selectiva multimaterial (ecopontos e porta-a-porta) e recolha selectiva em ecocentros.



Metodologias, Conceitos e Nomenclaturas

METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

3.1. METODOLOGIAS

3.1.1. Despesas com a protecção do ambiente

3.1.1.1. Administrações Públicas

Os sectores institucionais adoptados pelo Sistema de Contas Nacionais, como unidades estatísticas fundamentais, caracterizam-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas compete a produção de serviços não mercantis destinados à colectividade, bem como, a realização de operações de redistribuição, do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o sector institucional “Administrações Públicas” dividido em subsectores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o “Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente” (SERIEE), as unidades consideradas no sector institucional Administrações Públicas, cuja função principal é a gestão e protecção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Identificam-se na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis directamente ligados à gestão e protecção do ambiente. Na segunda categoria, ou seja, nos produtores característicos não especializados, consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e protecção do ambiente, como actividade auxiliar de uma actividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e respectivas Instituições Sem Fins Lucrativos).

A recolha de dados relativos à despesa das Administrações Públicas em gestão e protecção do ambiente provém de várias fontes, nomeadamente da Conta Geral do Estado, Contas das Regiões Autónomas e Contas de Gerência de alguns Serviços e Fundos Autónomos, bem como de inquéritos realizados junto de unidades estatísticas dos sectores em observação.

São utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, à Classificação Económica das Receitas e das Despesas da Contabilidade Pública e à Classificação de Actividades e Despesas de Protecção do Ambiente para a classificação dos domínios de gestão e protecção do ambiente.

Administração Central

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais sectores institucionais responsáveis por significativos fluxos financeiros na área de gestão e protecção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente alguns organismos autónomos que, embora exercendo a actividade a nível local, constituem meios de acção da Administração Central e são por esta financiados, a título principal.

Para a recolha de dados financeiros considera-se as unidades pertencentes aos subsectores institucionais: Estado e Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central. Deste modo, são analisadas a Conta Geral do Estado e as Contas de Gerência de algumas instituições deste nível de administração.

Administração Regional

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. A informação é recolhida com base nas Contas das Regiões e nas Contas de Gerência dos Serviços e Fundos Autónomos seleccionados.

Administração Local

A Administração Local reúne diversos órgãos dos quais se destacam – os Municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as ISFL da Administração Central e Local.

A informação de natureza económica é recolhida através do “Inquérito aos Municípios – Protecção do Ambiente” (IMPA), efectuada por via postal e via Web, com periodicidade anual, de âmbito nacional e exhaustiva (totalidade dos municípios). A informação recolhida refere-se às receitas e despesas efectuadas por administração directa dos Municípios nos domínios “Protecção do Ar e Clima”, “Gestão de Resíduos”, “Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais”, “Redução de Ruídos e Vibrações”, “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, “Investigação e Desenvolvimento” e “Outras Actividades de Protecção do Ambiente”.

O “Inquérito aos Municípios – Protecção do Ambiente” obteve uma taxa de resposta de 100%, correspondente aos 308 Municípios do País.

3.1.1.2. Entidades Produtoras de Bens e Serviços de Ambiente

O Inquérito ao Sector dos Bens e Serviços do Ambiente é um inquérito anual, efectuado por via postal e via Web, que visa a obtenção de dados sobre as actividades de protecção do ambiente realizadas por empresas, serviços municipalizados, sociedades, entidades empresariais municipais e associações. As actividades incidem essencialmente sobre a produção de bens e prestação de serviços com o fim de promover a protecção ambiental, isto é, reduzir o impacto poluente da actividade industrial que desenvolvem e/ou reduzir a depleção dos recursos naturais.

São recolhidos dados sobre a distribuição do VVN segundo os tipos de bens produzidos e/ou de serviços prestados classificados por domínios de ambiente, assim como segundo a natureza dos clientes da entidade. A recolha de informação incide igualmente sobre o número de pessoas ao serviço da entidade com funções de ambiente, segundo o sexo, grupos funcionais e regime de trabalho.

O questionário pretende seguir as orientações do Manual do Sector de Bens e Serviços do Eurostat quanto à caracterização do Sector tal como o VVN (peso por domínio de ambiente e actividade) e emprego (desagregação do género).

Unidades inquiridas

Entidades do Ficheiro de Unidades Estatísticas, APEMETA (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais) e Directório Nacional de Ambiente e Recursos Naturais.

Taxa de resposta

A taxa de resposta foi de 75%, sendo que cerca de 56% das entidades desenvolveram actividades relativas à produção de bens, tecnologias e serviços relacionados com a gestão da poluição e/ou recursos.

Quadro 1 - Inquérito ao Sector de Bens e Serviços de Ambiente
Taxa de resposta em 2008

Unidades inquiridas		
Com resposta	%	Com actividade ambiental
2 400	75	1 790

Tratamento de não-respostas

Para as entidades em falta no ano n, que responderam e estavam activas em n-1, são estimados os valores de VVN e NPS.

● Variável "Volume de Negócios" - VVN

Aplicação, a todas as variáveis de VVN do IBSA, da taxa média de variação do VVN (Informação Empresarial simplificada - IES), por estrato de cálculo, entre o ano n-1 e o ano n

$$vvn_a^n = vvn_a^{n-1} \times \frac{\overline{VVN_i^n}}{\overline{VVN_i^{n-1}}}$$

vn_a → variável calculada da entidade em falta

$n-1$ → período de referência anterior

n → período de referência actual

i → estrato de cálculo

VVN_i → vvn total do estrato i.

O VVN_i obtem-se a partir da IES.

Estratos de cálculo

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Actividades Centrais de Ambiente (CAE's Core)

As respostas obtidas para 2008 foram analisadas para a criação de estratos homogéneos. Devido às grandes disparidades de nível de VVN entre os diferentes ramos de actividade optou-se pela criação de 57 escalões que se distribuem diferenciadamente pelas CAE a 5 dígitos, definidos a partir dos valores do 2º e 3º quartis:

Outras Actividades (CAE's não Core)

Em 2008, 336 ocorrências distribuíram-se por 102 CAE's "não core", ou seja em média cerca de 3 empresas por CAE, havendo no entanto 60 CAE's com apenas 1 empresa o que constitui forte constrangimento à criação de estratos viáveis. A agregação de CAEs não se revelou solução, constatando-se que não há homogeneidade dentro dos agregados assim constituídos.

Assim, optou-se pela definição de estratos com base apenas nos escalões de VVN obtidos a partir do 2 e 3º quartis:

Actualização anual dos escalões de VVN

Os escalões de VVN são actualizados anualmente a partir do 2º e 3º quartis calculados sobre os dados obtidos em n-1.

● Variável "Número de Pessoas ao Serviço" - NPS

Aplicação, a todas as variáveis de NPS do IBSA, da taxa média de variação do NPS (IES), por estrato de cálculo, entre o ano n-1 e o ano n

$$nps_a^n = nps_a^{n-1} \times \frac{NPS_i^n}{NPS_i^{n-1}}$$

nps_a → variável calculada da entidade em falta

$n-1$ → período de referência anterior

n → período de referência actual

i → estrato de cálculo

NPS_i → NPS total do estrato i .

O NPS_i obtém-se a partir da IES.

Estratos de cálculo

Definiram-se os seguintes estratos de cálculo:

Quadro 2 - Estratos de cálculo para o VVN das Actividades Centrais de Ambiente

2008	Unidade: Euro		
CAE-Rev3	escalação1	escalação2	escalação3
22112	< 285 000	285 000 - 1 500 000	> 1 500 000
36001	< 650 000	650 000 - 5 000 000	> 5 000 000
36002	< 5 000 000	5 000 000 - 9 500 000	> 9 500 000
37001	< 100 000	100 000 - 400 000	> 400 000
37002	< 1 300 000	1 300 000 - 6 900 000	> 6 900 000
38111	< 190 000	190 000 - 560 000	> 560 000
38112	< 250 000	250 000 - 1 650 000	> 1 650 000
38120	< 3 900 000	3 900 000 - 6 300 000	> 6 300 000
38211	< 130 000	130 000 - 270 000	> 270 000
38212	< 3 900 000	3 900 000 - 8 700 000	> 8 700 000
38220	< 1 900 000	1 900 000 - 7 000 000	> 7 000 000
38311	< 313 000	313 000 - 343 000	> 343 000
38313	< 415 000	415 000 - 950 000	> 950 000
38321	< 800 000	800 000 - 3 850 000	> 3 850 000
38322	< 170 000	170 000 - 720 000	> 720 000
39000	< 170 000	170 000 - 300 000	> 300 000
46771	< 40 000	40 000 - 190 000	> 190 000
46772	< 70 000	70 000 - 260 000	> 260 000
46773	< 35 000	35 000 - 150 000	> 150 000

Quadro 3 - Estratos de cálculo para o VVN das Outras Actividades

2008	Unidade: Euro		
CAE-Rev3	escalação1	escalação2	escalação3
Não core	< 450 000	450 000 - 1 900 000	> 1 900 000

Quadro 4 - Estratos de cálculo para o NPS

2008	Unidade: Nº	
CAE-Rev3	escalação 1	escalação 2
22112	<=5	>5
36001	<=10	>10
36002	<=50	>50
37001		
37002	<=15	>15
38111		
38112	<=5	>5
38120		
38211		
38212	<=35	>35
38220		
38311		
38313		
38321	<=5	>5
38322	<=5	>5
39000		
46771		
46772		
46773		
Não core	<=5	>5

3.1.1.3. Empresas com actividades de monitorização, prevenção, redução ou eliminação da poluição

O “Inquérito às Empresas - Gestão e Protecção do Ambiente” (IEGPA) é um inquérito anual efectuado por via electrónica e postal a uma amostra de empresas cuja actividade económica se inclua nos sectores económicos, correspondentes às seguintes secções da CAE Rev. 3: B - Indústrias extractivas; C - Indústrias transformadoras, D – Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e da E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, apenas a divisão Captação, tratamento e distribuição de água.

Para além de referências metodológicas do EUROSTAT, este inquérito decorre da aplicação do Regulamento CE Nº 295/2008 de 11 de Março de 2008, relativo às Estatísticas Estruturais das Empresas, em particular no que se refere às variáveis de ambiente – 21 11 0 investimento em equipamentos e instalações fim-de-linha destinados ao controlo e redução da poluição; 21 12 0 investimentos em equipamentos limpos integrados e reconversão para processos limpos; 21 14 0 despesas correntes em actividades de controlo e redução da poluição. Desta forma, o inquérito incide sobre as actividades económicas industriais consideradas mais “agressivas” para o ambiente e, como tal, susceptíveis de gerar a maior parte e os mais significativos investimentos em actividades de protecção ambiental, no que se refere à esfera da iniciativa empresarial.

Com base na amostra obtida, os dados estimados são representativos para o conjunto dos sectores de actividade abrangidos, no que se refere ao esforço financeiro suportado na luta que desenvolvem contra a poluição. Para selecção do universo das unidades estatísticas a inquirir foi utilizado o Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE; o processo de selecção obedeceu à seguinte metodologia:

Base de amostragem: Empresas do Universo de referência do Informação Empresarial Simplificada 2008 (IES).

Todas as empresas com 1 ou mais pessoas ao serviço e classificadas nas Secções B, C, D e na Divisão 36 da CAE Rev.3.

Estratificação: O universo foi estratificado de acordo com as variáveis actividade económica, região e dimensão, medida pelo número de pessoas ao serviço, atendendo aos seguintes critérios:

CAE: Classificação das Actividades Económicas – Revisão 3 a dois dígitos (nível Divisão).

NUTS: Nível II da nomenclatura, representando as sete regiões do país - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

EPS: Consideraram-se os seguintes escalões:

- (1) 1 a 19 pessoas ao serviço;
- (2) 20 a 49 pessoas ao serviço;
- (3) 50 a 99 pessoas ao serviço;
- (4) 100 a 249 pessoas ao serviço;
- (5) 250 a 499 pessoas ao serviço;
- (6) 500 a 999 pessoas ao serviço;
- (7) 1000 ou mais pessoas ao serviço.

Foram inquiridos exaustivamente os estratos constituídos por empresas com 50 ou mais pessoas ao serviço.

Repartição da amostra: O número de empresas a inquirir por estrato, foi calculado com base na variável volume de negócios, utilizando a seguinte fórmula:

$$n_h = \frac{N_h S_h \sqrt{X_h}}{\sum_{i=1}^H N_i S_i \sqrt{X_i}} \times n, \quad h = 1, 2, \dots, H$$

em que:

- h índice de estrato;
- nh dimensão da amostra, no estrato h;
- Nh dimensão do universo, no estrato h;
- Sh desvio padrão da variável volume de negócios, no estrato h;

- X_h total da variável volume de negócios, no estrato h ;
 n dimensão total da amostra;
 H número total de estratos, no universo.

Seleccção da amostra: Depois de constituir o universo do inquérito e concluído o estudo e dimensionamento da amostra respectiva, em cada estrato definido para o efeito, a amostra foi seleccionada por ordem crescente de carga estatística acumulada e número aleatório associado à empresa, em que a carga estatística representa o número de operações estatísticas para as quais a empresa já foi seleccionada.

A fiabilidade das estimativas obtidas no inquérito, foi estimada através dos coeficientes de variação *à posteriori*, calculados a partir das respostas obtidas conjuntamente com as respostas imputadas.

Estimadores: O estimador do total da variável X , para cada estrato, é dado por:

$$\hat{X}_h = \frac{N_h}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} x_{ih}, \quad \text{com } i=1, 2, \dots, n_h \text{ onde:}$$

- h índice de estrato;
 N_h dimensão do universo no estrato h ;
 n_h número de empresas da amostra que responderam ao inquérito;
 x_{ih} valor da variável X , da empresa i , no estrato h ;

$\frac{N_h}{n_h}$ coeficiente de extrapolação.

O estimador do total da variável X , para uma agregação de estratos, é a soma dos estimadores dos totais em cada estrato, dado por:

$$\hat{X} = \sum_h \hat{X}_h \text{ onde } \hat{X}_h \text{ representa o estimador da variável } X, \text{ nos estratos } h, \text{ que se agregaram.}$$

O estimador da variância do total, é dado por:

$$\hat{Var}(\hat{X}) = \sum_{h=1}^H \frac{N_h}{n_h} (N_h - n_h) s_h^2$$

sendo,

$$s_h^2 = \frac{1}{n_h - 1} \cdot \sum_{i=1}^{n_h} (x_{hi} - \bar{x}_h)^2$$

a variância calculada a partir dos valores da amostra, para cada um dos estratos.

Coeficiente de variação: O coeficiente de variação (C.V.) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. No caso do estimador do total, o C.V. (em %) é dado por:

$$C.V.(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\hat{Var}(\hat{X})}}{\hat{X}} \cdot 100\%$$

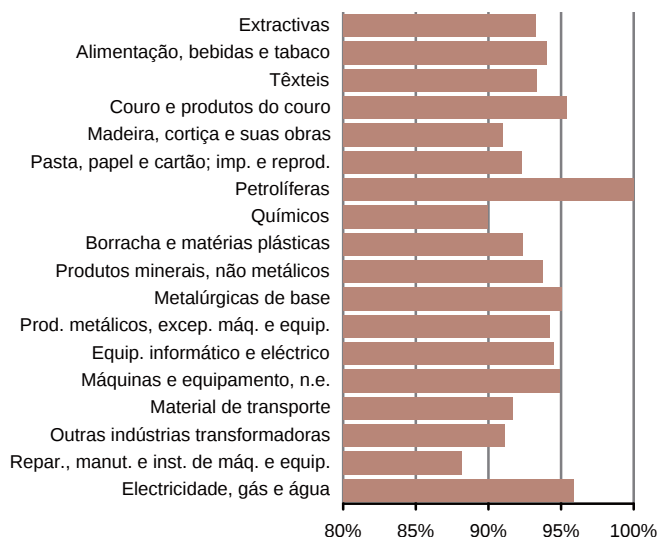
Ao calcular o coeficiente de variação de uma estimativa pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor que se pretende estimar. Segundo a teoria da amostragem, os limites do intervalo de confiança são:

$$[\hat{X} \pm C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}], \text{ para um nível de confiança de 68\%;}$$

$$[\hat{X} \pm 1,96 \times C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}], \text{ para um nível de confiança de 95\%.}$$

O preenchimento dos campos de natureza contabilística foi feito com base nas indicações contidas no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

Gráfico 1 - Inquérito ao Ambiente - Gestão e Protecção do Ambiente - Taxa de resposta em 2008



A taxa de resposta global situou-se nos 93%. Ao nível das regiões NUTS II, a Região Autónoma da Madeira e a região do Algarve registaram as taxas de resposta mais baixas, respectivamente, 87% e 90%.

Tratamento de não resposta: Para contornar o problema das não respostas foi efectuada imputação. Para a imputação do IEGPA 2008, assumiu-se que a distribuição das não respostas era idêntica à das respostas no que respeita ao desenvolvimento de actividades de Gestão e Protecção do Ambiente (GPA), bem como a repartição pelos domínios de ambiente inquiridos. O número de empresas a imputar, com valores de GPA, foi calculado por agrupamento CAE2 e EPS a partir da percentagem detectada nas respostas, mediante a expressão seguinte, com arredondamento para o inteiro imediatamente superior:

Imputação com GPA = Não resposta (Respostas com actividade/Respostas obtidas)

A cada empresa não respondente, cujo quesito deve ser imputado, os valores a imputar são dados pelo produto do respectivo quesito *per capita* do agrupamento considerado a que a mesma pertence, pelo seu pessoal ao serviço, ou seja, *quesito a imputar = quesito por capita x NPSinicial*

$$\text{sendo, } \text{quesito per capita} = \frac{\sum_{resp} \text{quesito}}{\sum_{resp} NPS}$$

em que,

$\sum_{resp} \text{quesito}$ é a soma do quesito em causa referente às respostas obtidas, por agrupamento CAE2 e EPS

$\sum_{resp} NPS$ representa o número de pessoas ao serviço das empresas que responderam, por agrupamento CAE2 e EPS

A distribuição das imputações pelos 7 domínios de GPA considerados para apuramento, foi calculada através da expressão, arredondada por excesso:

Imputação por domínio D = Imputações com GPA (Resp. domínio D/Resp. com actividade)

Para o efeito, foram gerados 7 números aleatórios, tendo as empresas sido seleccionadas por amostragem aleatória sequencial simples, de forma independente para cada um dos 7 domínios, em moldes idênticos aos descritos no parágrafo sobre a selecção da amostra.

Nas agregações em que o número de empresas a imputar era superior ao número máximo das imputações por domínio, introduziu-se uma variante para garantir que fosse seleccionado exactamente o número calculado de empresas a imputar, com actividade de GPA. Nestes casos, foram gerados apenas 6 números aleatórios, tendo-se optado por coordenar negativamente a selecção dos dois domínios com maior número de imputações a efectuar. O primeiro aleatório gerado u_1 foi atribuído para a selecção das empresas às quais seria imputado o domínio mais frequente nas respostas obtidas, e para seleccionar as empresas a imputar com o domínio de frequência imediatamente a seguir utilizou-se o aleatório $u_2 = 1 - u_1$.

No final, obteve-se em cada agrupamento por CAE2 e EPS a distribuição pretendida pelos 7 domínios.

As respostas obtidas conjuntamente com as respostas imputadas foram extrapoladas em cada um dos 586 estratos, definidos inicialmente pelo cruzamento das variáveis CAE2, EPS e NUT2, utilizando como coeficiente de extrapolação o quociente entre a dimensão do universo e a dimensão da amostra seleccionada.

Foi criada uma variável para identificar na base de dados os registos que foram imputados.

3.1.1.4. Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de águas residuais

À semelhança da edição do ano anterior, o INE continua a utilizar fontes administrativas no que respeita a dados económico-financeiros e de caracterização física e de funcionamento sobre os sistemas urbanos de abastecimento público de água e de drenagem e tratamento de águas residuais. Neste capítulo divulgam-se os dados definitivos de 2007 e os dados provisórios de 2008 do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR). Dado o número de entidades gestoras participantes no INSAAR ser variável de ano para ano não se apresenta quadros com dados de evolução temporal.

3.1.1.4.1. Dados de caracterização económica e financeira

A informação apresentada está repartida, de acordo com a natureza do serviço prestado pelas entidades gestoras: abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais. Para evitar duplicação de dados, não foram considerados os custos nem os proveitos com a compra/venda de água a outras entidades gestoras, na medida em que já foram indirectamente incluídos nos custos/proveitos das entidades que vendem/compram água a outras entidades gestoras. O mesmo critério foi aplicado para a recepção e descarga de águas residuais.

Na edição de 2008 foram identificadas 348 entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água e de águas residuais repartidas por associação de municípios, associação de utilizadores, empresa municipal, empresa intermunicipal, entidade empresarial municipal, empresa privada, empresa pública ou de capitais públicos, município e serviços municipalizados.

O tratamento de não resposta foi aplicado às variáveis “Custos” e “Proveitos” e correspondeu à imputação dos dados de anos anteriores até 2005 aos não respondentes da presente edição. No que se refere à variável “Investimentos”, não foi aplicada qualquer tratamento de não resposta, dado à natureza inconstante desta variável.

Para mais informações e detalhes consulte a área do website do INAG que disponibiliza toda a informação sobre a operação INSAAR [<http://insaar.inag.pt/>].

No quadro 2 apresenta-se o número de entidades gestoras contactadas e a contagem dos participantes na edição do INSAAR 2008.

Quadro 5 - Participação das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e águas residuais no que respeita a elementos de caracterização económico-financeira em 2008

Tipo de serviço	Abastecimento de água		Drenagem e tratamento de águas residuais	
	Entidades gestoras existentes	Entidades gestoras que remeteram ou preencheram dados	Entidades gestoras existentes	Entidades gestoras que remeteram ou preencheram dados
Natureza da entidade gestora				
Total	322	252	323	249
Associação de municípios	3	3	1	1
Associação de utilizadores	0	0	1	1
Empresa intermunicipal (a)	1	0	1	0
Empresa municipal	19	19	19	19
Empresa privada (b)	17	16	13	12
Empresa pública ou de capitais públicos (c)	20	19	18	17
Entidade empresarial municipal	3	3	3	3
Município (d) (e)	232	165	243	172
Serviços municipalizados	27	27	24	24

Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água que não participaram no INSAAR 2008:

(a) VIMAGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.M.

(b) Águas de Alenquer, S.A.

(c) IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.

(d) Municípios: Alcácer do Sal, Alcoutim, Alfândega da Fé, Aljezur, Almeida, Almeirim, Alpiarça, Amares, Arouca, Avis, Baião, Belmonte, Bragança, Cadaval, Calheta (Açores), Caminha, Campo Maior, Cinfães, Estremoz, Évora, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Freixo de Espada à Cinta, Fronteira, Golegã, Horta, Lajes do Pico, Mação, Macedo de Cavaleiros, Marvão, Melgaço, Miranda do Douro, Moimenta da Beira, Monção, Montalegre, Montemor-o-Novo, Murça, Nelas, Oleiros, Olhão, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penalva do Castelo, Penela, Peso da Régua, Portel, Povoação, Sabrosa, Santa Cruz das Flores, Santana, Seixal, Sertã, Silves, Sousel, Tabuaço, Vagos, Valença, Velas, Viana do Alentejo, Vila de Rei, Vila do Bispo, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Paiva, Vila Verde, Vimioso e Vinhais.

Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água que não participaram no INSAAR 2008:

(a) VIMAGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.M.

(b) Águas de Alenquer, S.A.

(c) IGA - Investimentos e Gestão da Água, S.A.

(e) Municípios: Alcácer do Sal, Alcoutim, Alfândega da Fé, Aljezur, Almeida, Almeirim, Alpiarça, Amares, Arouca, Avis, Baião, Belmonte, Bragança, Cadaval, Caminha, Campo Maior, Cinfães, Estremoz, Évora, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Freixo de Espada à Cinta, Fronteira, Golegã, Horta, Lisboa, Mação, Macedo de Cavaleiros, Mafra, Marvão, Melgaço, Miranda do Douro, Mirandela, Moimenta da Beira, Monção, Montalegre, Montemor-o-Novo, Mortágua, Murça, Nelas, Oleiros, Olhão, Oliveira do Hospital, Ourém, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penalva do Castelo, Penela, Peso da Régua, Portel, Povoação, Sabrosa, Santa Cruz das Flores, Santana, Seixal, Sertã, Silves, Sousel, Tabuaço, Tondela, Vagos, Valença, Velas, Viana do Alentejo, Vila de Rei, Vila do Bispo, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Paiva, Vila Verde, Vimioso e Vinhais.

3.1.1.4.2. Dados de caracterização física e de funcionamento

A informação disponibilizada na presente publicação refere-se a dados definitivos de 2007 e dados provisórios de 2008, e diz respeito às principais componentes dos sistemas públicos urbanos de Abastecimento de Água e de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais.

No quadro 6 apresenta-se a contagem de entidades gestoras por natureza jurídico organizativa que no âmbito da vertente física e de funcionamento, foram alvo de inquirição e em que medida participaram, uma vez que se registou entidades que não participaram (não preenchendo qualquer elemento correspondendo a não respostas) e outras entidades não procederam ao preenchimento exaustivo das componentes sob gestão e operação das mesmas. Desta forma, tendo partes de informação em falta verificou-se a necessidade de utilizar dados estimados para completar o quadro informacional sobre as entidades participantes com resposta incompleta. Não obstante, verifica-se que mais 60% das entidades gestoras atingiu níveis de preenchimento muito satisfatórios situando-se acima de 75% das componentes preenchidas. No que se refere às entidades que não participaram, que não preencheram qualquer elemento sobre as diversas componentes, o INE e o INAG consideraram não ser adequado continuar a utilizar estimativas, pelo que não se disponibilizam dados sobre os municípios em tal situação. Conforme apresentado a maior parte das entidades que não participam refere-se a municípios. Nesta decisão pesou também em grande medida o facto de as entidades não participantes, serem reincidentes em não responder nas sucessivas campanhas de actualização do INAG, pelo que não seria razoável continuar a utilizar estimativas sobre uma informação disponível para o efeito que se reporta ao ano de 2002, e como tal o hiato de tempo é significativo.

Quadro 6 - Participação das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais no que respeita a componentes de caracterização física e de funcionamento em 2008

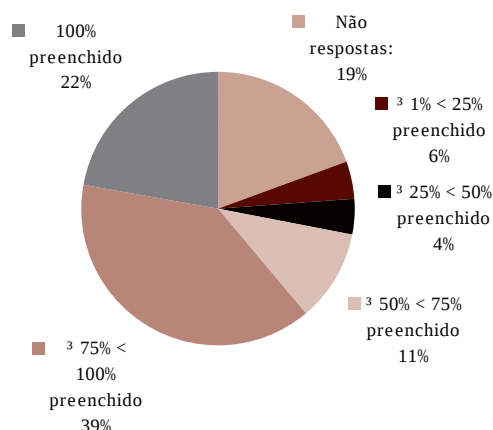
Unidade: Número de entidades gestoras

Natureza da entidade gestora	Não respostas	≥ 10% a < 25% das componentes preenchidas	≥ 25% a < 50% das componentes preenchidas	≥ 50% a < 75% das componentes preenchidas	≥ 75% a < 100% das componentes preenchidas	100% das componentes preenchidas
Total	68	15	15	38	135	74
Associação de municípios	0	0	0	0	0	4
Associação de utilizadores	0	1	0	0	0	0
Empresa intermunicipal	0	0	0	1	0	0
Empresa municipal	0	0	2	2	6	9
Empresa privada	2	0	0	4	4	9
Empresa pública ou de capitais públicos	1	1	0	3	8	12
Entidade empresarial municipal	0	1	0	0	2	1
Município	64	10	12	25	106	31
Serviços municipalizados	1	2	1	3	9	12

Gráfico 2 - INSAAR - Vertente Física e de Funcionamento | Taxa de não respostas e respostas por níveis de preenchimento (2008)

No gráfico seguinte podemos ver em termos relativos a proporção de não respostas e de agrupamentos de EG por nível de preenchimento das respectivas componentes. Podemos ver que 1/5 das entidades preencheu na totalidade as respectivas componentes.

Para mais informações e detalhes consulte a área do website do INAG que disponibiliza toda a informação sobre a operação INSAAR [<http://insaar.inag.pt/>].



3.1.1.5. Instituições Sem Fins Lucrativos

As ISFL da Administração Central e Local são constituídas por organismos dotados de personalidade jurídica, que exercem actividades não mercantis e cujos recursos provêm, na sua maioria, dos financiamentos do Estado, dos órgãos regionais ou dos municípios.

As instituições que desempenham papel activo na gestão e protecção do ambiente, foram classificadas em “Associações e outras Entidades de Bombeiros” e em “Organizações Não Governamentais de Ambiente”.

Associações e outras Entidades de Bombeiros

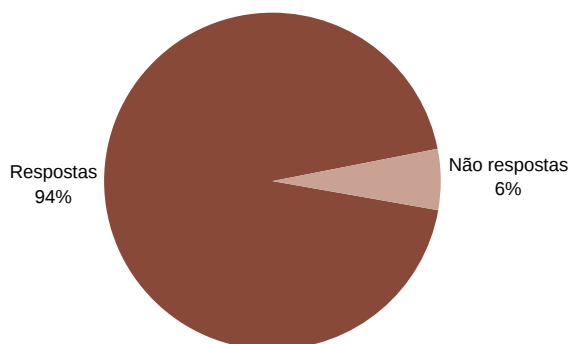
Dadas as actividades desenvolvidas por estas instituições na gestão e protecção do ambiente, cujo papel de combate aos fogos florestais é de importância vital para a conservação e protecção da natureza e das espécies, afigurou-se indispensável recolher directamente informação sobre as mesmas. À semelhança da edição anterior, o INE continua a utilizar dados de fonte administrativa proveniente da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), entidade responsável pela criação e manutenção do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses. Uma vez que as atribuições da ANPC se restringem às associações humanitárias de bombeiros e respectivos corpos de bombeiros do território continental, o INE realizou, em simultâneo, um inquérito junto dos corpos de bombeiros municipais e privativos do Continente com base no ficheiro cedido pela ANPC, e das regiões autónomas, para recolha de dados físicos e financeiros relativos às actividades desenvolvidas.

A taxa de resposta obtida na edição de 2008 por via postal foi de 100%, valor idêntico à componente física da via administrativa enquanto a da componente financeira situou-se nos 78%.

Para os dados financeiros o tratamento de não resposta correspondeu à imputação do índice de preços no consumidor de 2008 aos não respondentes da presente edição face aos respondentes do ano de 2007.

Organizações Não Governamentais de Ambiente

Gráfico 3 - Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente - Taxa de resposta em 2008



Tendo em conta as actividades desenvolvidas pelas Organizações Não Governamentais de Ambiente, através de acções de sensibilização e de esclarecimento junto das populações, tornou-se necessário recolher directamente essa informação. Assim, com base no ficheiro cedido pela Agência Portuguesa do Ambiente, responsável pela organização do Registo Nacional das ONGA, realizou-se, um inquérito junto a estas organizações.

A taxa de resposta obtida na edição de 2008 foi de 94%.

3.1.3. Estatísticas do Movimento Transfronteiriço de Resíduos

Os quantitativos apresentados são dados administrativos registados, resultantes dos procedimentos legais e administrativos de notificação para controlo de transferências de resíduos, podendo não reflectir a quantidade real das transferências de resíduos.

As transferências de resíduos da lista verde não estão contabilizadas para os anos 2006 e 2007, uma vez que, de acordo com o Regulamento (CEE) n.º 259/93 do Conselho, de 1 de Fevereiro, não era obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia para as transferências desses resíduos. Só com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 45/2008, transpondo a jurisprudência do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Junho, começou a ser obrigatória a apresentação do Anexo VII da Convenção de Basileia nas transferências de resíduos da lista verde.

O termo “exportação” utiliza-se apenas para facilidade de interpretação global, tratando-se na realidade de transferências de resíduos para países comunitários e exportação para países terceiros, conforme definido na legislação de referência (Regulamento (CE) n.º 1013/2006). Nos anos 2006, 2007 e 2008 não houve “importação” de resíduos para Portugal.

3.2. CONCEITOS

Abastecimento de água: um sistema de abastecimento de água é um conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Considera-se “quantidade e qualidade adequadas” aquelas que satisfazem as exigências quantitativas e qualitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

Actividade característica: considera-se qualquer actividade, principal ou secundária, das unidades de produção especializadas na gestão e protecção do ambiente, ou actividade auxiliar de actividades consideradas principais ou secundárias, não ligadas à protecção do ambiente. Compreende as modificações integradas empreendidas, cujo principal objectivo é a gestão e protecção do ambiente. Os produtos das actividades características, são chamados “serviços característicos”. Segundo a “Classificação Estatística de Actividades e de Despesas de Protecção do Ambiente”, repartem-se por nove domínios.

Actividades de gestão e protecção do ambiente: qualquer actividade que vise manter ou restabelecer, pela prevenção, a limpeza do meio ambiente. Incluem-se, igualmente, as actividades visando a conservação das espécies selvagens e do seu “habitat”, a conservação dos “sítios”, assim como as actividades de investigação e desenvolvimento, de controle e análise das condições ecológicas.

Actividade principal: entende-se por actividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preços de venda dos produtos vendidos ou produzidos ou dos serviços prestados no período de referência. Na impossibilidade da determinação do maior volume de vendas das actividades exercidas, considera-se como principal a que ocupa com carácter de permanência o maior número de pessoas ao serviço.

Actividade secundária: actividade exercida pela empresa ou estabelecimento para além da actividade principal.

Adequabilidade do tratamento face à qualidade da água bruta: consoante a sua qualidade, as águas superficiais destinadas à produção de água para consumo humano, são classificadas nas categorias A1, A2 e A3, de acordo com as normas de qualidade fixadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto. A cada categoria corresponde um esquema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas superficiais aptas para consumo humano (Classe A1 – tratamento físico e desinfecção; Classe A2 – tratamento físico, químico e desinfecção; Classe A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfecção)

Águas residuais: são águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não são consideradas as águas de arrefecimento.

Águas residuais tratadas: apenas se considera águas residuais tratadas aquelas cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

Aterro: instalação de eliminação para a deposição de resíduos acima ou abaixo da superfície natural (isto é, deposição subterrânea), incluindo: - as instalações de eliminação internas (isto é, os aterros onde o produtor de resíduos efectua a sua própria eliminação de resíduos no local da produção), - uma instalação permanente (isto é, por um período superior a um ano) usada para armazenagem temporária, mas excluindo:

- instalações onde são descarregados resíduos com o objectivo de os preparar para serem transportados para outro local de valorização, tratamento ou eliminação;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua valorização ou de tratamento por um período geralmente inferior a três anos;
- a armazenagem de resíduos previamente à sua eliminação por um período inferior a um ano.

Bacharelato: curso de 3 anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas actividades profissionais, conducente ao grau de bacharel.

Caudais captados: quantidade de água obtida através dos pontos de captação de águas superficiais ou subterrâneas efectivamente utilizados. O caudal de exploração considerado deve ser o caudal máximo que em cada momento garanta as boas condições de funcionamento dos equipamentos e a disponibilidade continuada dos recursos hídricos onde se processa a captação.

Compostagem: processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

Custos directos de exploração e gestão: custos com a operação e manutenção das infra-estruturas associadas aos serviços de abastecimento de água ou de drenagem e tratamento de águas residuais, incluindo ainda custos com facturação, leitura de contadores, atendimento ao cliente, contribuições e taxas, entre outros. Não se incluem nos custos directos de exploração e gestão custos com amortizações e reintegrações de infra-estruturas ou custos com a aquisição de água a outras entidades gestoras/descarga de águas residuais em outras entidades gestoras.

Custos gerais: custos não imputáveis directamente aos serviços de abastecimento de água ou de drenagem e tratamento de águas residuais associados, nomeadamente, a órgãos de gestão ou departamentos administrativos e financeiros, incluindo custos com telefones, gastos de secretaria, pessoal, limpeza, amortizações de equipamentos, edifícios ou automóveis, entre outros.

Despesa consolidada: despesa efectuada no sector, sendo eliminados os fluxos entre as diversas unidades componentes do mesmo sector institucional.

Destino final dos resíduos: fase última da sequência de operações (meios e/ou processos) de eliminação e/ou valorização dos resíduos, pela qual se considera que os resíduos sujeitos a um dado tratamento atingiram um grau de nocividade o mais reduzido possível, ou mesmo nulo. Nos casos em que um resíduo é sujeito a operações de eliminação e valorização em simultâneo, deve ser especificado em termos relativos, as quantidades submetidas a cada tipo de operação.

Doutoramento: processo conducente ao grau de doutor realizado numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo do conhecimento. Consiste na elaboração de uma tese de investigação inovadora e original, contribuindo para o progresso do conhecimento, podendo envolver a prestação de provas complementares quando a regulamentação aplicável o impuser.

Drenagem de águas residuais: entende-se por sistema de drenagem de águas residuais um sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a colecta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio receptor (solo ou água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo, na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

Eliminação de resíduos: qualquer operação que visa dar um destino final adequado aos resíduos nos termos previstos na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de eliminação conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Empresa: entidade jurídica (pessoa singular e colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais.

Ensino básico: nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção do aluno em esquemas orientados para a vida activa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Ensino secundário: nível de educação escolar que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida activa – Cursos tecnológicos. Ambos os tipos de cursos têm a duração de três anos, correspondentes ao 10, 11º e 12º anos de escolaridade.

Ensino Superior: ensino que compreende as universidades, as escolas universitárias não integradas, os institutos politécnicos e as escolas superiores politécnicas não integradas. Nível de ensino que compreende o ensino universitário e o ensino politécnico ao qual têm acesso indivíduos habilitados com um curso do ensino secundário, ou equivalente, que, façam prova de capacidade para a sua frequência, bem como os indivíduos maiores de 25 anos que, não estando habilitados com um curso do ensino secundário ou equivalente, e não sendo titulares de um curso do ensino superior, façam prova, especialmente adequada, para a sua frequência.

Entidade gestora: entidade responsável pela exploração e funcionamento, e eventualmente também pela concepção, construção e manutenção, dos sistemas de abastecimento público de água, dos sistemas de águas residuais e/ou dos sistemas de resíduos urbanos, ou de parte destes sistemas (Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto).

Equipamento e instalações fim-de-linha: instalações específicas e/ou equipamentos, ou partes distintas de maquinaria, funcionando no término do processo de produção, destinadas a tratar, prevenir (evitar), reduzir ou medir a poluição.

Estação de tratamento de água (ETA): conjunto de equipamentos que garante à água condições de qualidade que permita a sua utilização para abastecimento público (água potável).

Estação de tratamento de águas residuais (ETAR): instalação que permita a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais onde se sujeita as águas residuais a processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização.

Fossa séptica: bacia de sedimentação primária de esgotos que, em áreas onde não existem sistemas de drenagem e estações de tratamento das águas residuais, evitam a contaminação das fontes de abastecimento de água e salvaguardam a higiene pública.

Gestão da Poluição: Actividades de prevenção, medição, redução, eliminação, correcção dos efeitos da poluição e de qualquer outro dano ao ambiente, nomeadamente à atmosfera, solos, rios assim como problemas associados à gestão dos resíduos, poluição sonora e ameaças aos ecossistemas. Notas: Excluem-se medidas tomadas por razões de higiene e segurança dos locais de trabalho ou as que visam o aumento da eficiência (por exemplo a redução de matérias-primas) ou rentabilidade da produção e melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços.

Gestão dos Recursos: Gestão de recursos de modo sustentável como a conservação de recursos naturais que estão sujeitos a esgotamento pelo consumo humano, visando a limitação ou minimização do seu uso. Notas: Refere-se ao aproveitamento da energia renovável, poupança de energia, gestão da água potável, entre outras actividades.

Fabricação de bens de equipamento: Compreende o fabrico de bens de equipamento, que se destinam em regra, a uma utilização prolongada no tempo, e que constituem imobilizados corpóreos adquiridos por outras empresas, organismos públicos, famílias, etc. São equipamentos que no decurso da sua utilização concorrem para um fim de protecção do ambiente, como por exemplo filtros para o tratamento de emissões para a atmosfera, estações de tratamento de águas residuais, equipamentos para triagem e redução de resíduos sólidos, etc.

Fabricação de produtos: Considera-se o fabrico de produtos que sejam utilizados e consumidos no decurso de actividades de protecção ambiental, como por exemplo, agentes químicos e biológicos aplicados no tratamento de águas residuais e/ou de resíduos sólidos.

Incineração: tratamento térmico de resíduos no qual a energia de matérias combustadas é transformada em energia térmica. Os compostos combustíveis são transformados em gases de combustão que se libertam na forma de gases de chaminé. A matéria inorgânica não combustível mantém-se na forma de escórias ou cinzas volantes.

Inquérito exaustivo: são inquiridas a totalidade das unidades estatísticas de um dado universo.

Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos concebidos para acções de protecção ambiental: Compreende as actividades de construção e instalação de equipamentos aplicados em actividades de protecção ambiental, designadamente: construção e instalação de estações de tratamento de águas residuais, estações de transferência de resíduos e aterros, centrais para aproveitamento de energias renováveis, etc. Compreende ainda actividades de comércio de equipamentos e produtos aplicados em acções de protecção do ambiente, como por exemplo, agentes químicos e biológicos para o tratamento de águas residuais, emissões atmosféricas ou resíduos sólidos.

Investimentos: inclui as aquisições de imobilizado, assim como os trabalhos para a própria empresa que se traduzam num aumento efectivo do valor imobilizado (à excepção do IVA dedutível). Incluem-se os bens corpóreos, tais como terrenos, edifícios e novas construções, transformações e grandes reparações, aquisição de maquinaria, veículos, assim como os bens incorpóreos (software, patentes, etc.). Não são deduzidas as ajudas ao investimento. No caso das empresas, os investimentos classificam-se em equipamentos e instalações “Fim de linha” e “Tecnologias integradas”.

Licenciatura: curso de 4 a 6 anos, comprovativo de uma sólida formação científica, técnica e cultural que permita o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e de um adequado desempenho profissional, conducente ao grau de licenciado.

Mestrado: curso com a duração máxima de 4 semestres, compreendendo a frequência do curso de especialização e a apresentação de uma dissertação original, comprovativo de um nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e a capacidade para a prática de investigação. Podem candidatar-se ao grau de mestre os indivíduos detentores do grau de licenciado com a classificação mínima de 14 valores ou, excepcionalmente, após apreciação curricular, licenciados com classificação inferior.

Número médio de pessoas ao serviço: somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de actividade, a dividir pelo número de meses de actividade da instituição.

Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA): são as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

Origem subterrânea: são as águas obtidas em nascentes, galerias de minas, poços ou furos, ou seja, águas retidas, e que podem ser recuperadas, através de uma formação geológica. Todos os depósitos de água permanentes e temporários recarregados natural ou artificialmente no subsolo, tendo qualidade suficiente para garantir pelo menos uma utilização sazonal. Esta categoria inclui as camadas freáticas, bem como as camadas profundas sob pressão ou não, contidas em solos porosos ou fracturados. A água subterrânea inclui água injectada, nascentes, concentradas ou difusas, que podem estar submersas. Excluem-se os bancos de filtração (cobertos por águas de superfície).

Origem superficial: são as águas obtidas da água que escorre, ou estagna, à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de água artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas sub-superficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Exclui-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais e, as águas das zonas de transição, tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

Outros custos e perdas: do total dos custos e perdas, inclui apenas os que estão directa ou indirectamente ligados aos investimentos, cujo principal objectivo seja a gestão e protecção do ambiente. Inclui: custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos (energia, materiais, manutenção, transporte, informação, seguros, etc., à excepção dos trabalhos especializados), produtos “verdes” e impostos (à excepção do IVA dedutível). Estão excluídas as amortizações e provisões do exercício, assim como, os custos e perdas financeiros.

Outros proveitos: proveitos resultantes da prestação de serviços associados ao abastecimento de água e à drenagem e tratamento de águas residuais não considerados nos proveitos do tarifário do serviço a sectores e nos proveitos resultantes do serviço entre entidades gestoras. Os serviços considerados são, nomeadamente, colocação, transferência e reaferição de medidores de caudal, vistorias e ensaios, limpeza de fossas sépticas individuais, juros de mora, entre outros.

Outros proveitos e ganhos: proveitos e ganhos não contabilizados nas outras rubricas e que resultam directamente das actividades de gestão e protecção do ambiente, nomeadamente os que decorrem da reutilização dos produtos resultantes do processo de produção. Os proveitos e ganhos devem ser estimados pelo valor da economia de custos, devido à utilização destes produtos. São incluídas, igualmente, as ajudas ao investimento concedidas pelo Estado e outros entes públicos ou outras entidades, no âmbito da implementação de medidas de gestão e protecção do ambiente.

Pessoal ao serviço: pessoas que no período de referência efectuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para a instituição, independentemente do vínculo que tinham.

Pessoal não remunerado: indivíduos que exercem uma actividade na empresa/instituição e que, por não estarem vinculadas por um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, não recebem uma remuneração regular, em dinheiro e/ou géneros pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido.

Pessoal remunerado: indivíduos que exercem uma actividade na empresa/instituição nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, que lhes confere o direito a uma remuneração regular em dinheiro e/ou géneros. Inclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada sendo por esta directamente remunerados, mas mantendo o vínculo à empresa/instituição de origem. Exclui os trabalhadores de outras empresas que se encontram a trabalhar na empresa/instituição observada, sendo remunerados pela empresa/instituição de origem e mantendo com ela o vínculo laboral.

Pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avalia em 50% ou mais do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com a execução de actividades de gestão e protecção do ambiente.

Pessoas minoritária ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente: pessoas que se avaliam em menos de 50% do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com actividades de gestão e protecção do ambiente.

Prestação de serviços de protecção ambiental: refere-se apenas a serviços executados para outras empresas, no âmbito das actividades de gestão, redução e controlo de poluição (ex.: tratamento dos resíduos industriais produzidos por terceiros, tratados na própria empresa).

Produto adaptado: produtos adaptados a medidas de protecção ambiental, e que obedecem às duas premissas seguintes:

- por um lado, sejam produtos com um impacto menos poluente no decurso do seu consumo ou utilização, face a outros produtos de propósito equivalente, mas mais prejudiciais ao ambiente ou cujo efeito sobre o ambiente não é desprezável;
- por outro lado, o seu custo seja mais elevado do que o dos produtos normais equivalentes.

Produto conexo: são todos aqueles, que por natureza, servem um objectivo de protecção ambiental (exemplo: conversores catalíticos, fossas sépticas, produtos biológicos para fossas sépticas, contentores de desperdícios, condutas de escape, janelas redutoras de ruído, etc.).

Produtores especializados: unidades económicas que desenvolvem acções de protecção do ambiente como principal actividade.

Produtos “verdes”: produtos que, em fase de consumo corrente ou final, são menos poluentes, comparativamente a outros existentes no mercado, e que verifiquem um objectivo de protecção do ambiente (exemplo: gasolina s/ chumbo, detergentes sem fosfatos, fuel com baixo teor de sulfurosos, óleo lubrificante biodegradável, etc.).

Proveitos do tarifário: proveitos resultantes da aplicação das componentes variável e fixa da estrutura tarifária.

Qualificação funcional dos recursos humanos: recursos humanos ao serviço da entidade gestora em 31 de Dezembro, segundo a hierarquia funcional utilizada no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade e em função do vínculo à entidade patronal. Para o enquadramento dos efectivos nos níveis de qualificação, foi utilizada a classificação estabelecida nos diplomas legais aplicáveis a cada entidade gestora. A imputação do número de funcionários por tipo de serviço é feita segundo os seguintes critérios:

- os funcionários que se dedicam a tarefas apenas sobre um tipo de sistema são imputados nesse tipo;
- os funcionários que executam tarefas sobre mais que um tipo de sistema ou contribuem para a gestão global da entidade gestora, quando ela tem responsabilidade de exploração de mais de um tipo de sistema, são imputados proporcionalmente ao tempo dedicado a cada um.

Inclui todos os trabalhadores ligados à empresa por um contrato de trabalho no período de referência e que auferem do estabelecimento uma remuneração base. Inclui os trabalhadores temporariamente ausentes no período de referência por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a 1 mês. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas, ausentes por doença ou acidentes de trabalho de duração superior a 1 mês, pagos exclusivamente à comissão, colocados por empresas de trabalho temporário e ao abrigo de um contrato de aprendizagem.

Resíduo Não Urbano: Compreende todos os resíduos não abrangidos pelo conceito de resíduo urbano. Engloba, essencialmente, resíduos produzidos no exercício de actividades económicas com processos produtivos que geram resíduos não similares aos resíduos produzidos pelas famílias nas suas habitações. Inclui resíduos agrícolas, resíduos de construção e demolição, resíduos de extractivas e mineiras, resíduos hospitalares e resíduos industriais.

Resíduo Urbano: Compreende o resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações.

Taxas: taxas pagas a entidades públicas ou instituições diversas, para recolha, transporte e tratamento das águas residuais e/ou resíduos sólidos, ou relativamente a outra actividade de protecção do ambiente (exemplo: taxa de saneamento).

Tecnologias integradas: equipamentos e/ou instalações ou partes de equipamento e/ou instalações, tendo sofrido modificações no sentido da diminuição da poluição. Contrariamente ao equipamento e instalações “Fim de linha”, estes encontram-se integrados no processo de produção. É contabilizado apenas o custo adicional decorrente das especificidades do equipamento ou construção. O valor é estimado, por exemplo, comparando com outras soluções alternativas existentes no mercado, mas que não verifiquem as normas de protecção do ambiente existentes, ou a implementar.

Tecnologias limpas ou menos poluentes: equipamentos e/ou instalações, onde se tenha operado modificações no sentido da diminuição da poluição. Incluem-se igualmente, os equipamentos que permitem uma racionalização de consumo dos recursos naturais, nomeadamente, o recurso água.

Trabalhos especializados: valor total dos custos em trabalhos especializados relacionados com a gestão e protecção do ambiente pago a organismos públicos ou a entidades privadas (exemplo: despesas de recolha, eliminação ou tratamento de resíduos produzidos, pagas seja a uma empresa especializada, seja a um serviço municipal/público de transporte ou de tratamento de resíduos)..

Transporte de resíduos: qualquer operação que vise transferir fisicamente os resíduos do local onde é gerado para outro local de destino final (incluindo locais de transferência onde se efectua a triagem ou reacondicionamento dos resíduos). Habitualmente, quando se trata de sistemas urbanos de recolha de resíduos, considera-se que o transporte se inicia após a recolha do último contentor e termina com a descarga dos resíduos na instalação de valorização ou eliminação.

Tratamento de água para abastecimento: processo que torna apta a ser utilizada para consumo humano, a água captada de qualquer fonte.

Tratamento de águas residuais: o tratamento de águas residuais consiste em processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização. A definição do tipo de tratamento consta do anexo XI do Regulamento Geral de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais (LNEC/CSPOT versão de 1991), parcialmente reproduzido no quadro seguinte. O sistema de lagunagem é considerado tratamento primário, secundário ou terciário, conforme permita tratamentos sucessivamente mais afinados.

Valorização de resíduos: qualquer operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor (ver em nomenclaturas listagem de operações de valorização conforme consta no Decreto-Lei 178/2006 de 5 de Setembro D.R. Série I N.º 171 de 5 de Setembro).

Venda de resíduos e/ou materiais reciclados: proveitos e ganhos resultantes de uma actividade de gestão e protecção do ambiente.

Volume de negócios: Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade.

3.3. NOMENCLATURAS

3.3.1. Classificação Estatística de Actividades e de Despesas de Protecção do Ambiente

Domínio 1 – Protecção da Qualidade do Ar & Clima

Compreende todas as actividades referentes aos processos de produção, às actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, às actividades de medição e controle das emissões de gases que afectam a camada do ozono. Inclui-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoeiramento e outras técnicas, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

Domínio 2 – Gestão de Águas Residuais

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Inclui-se, igualmente, os sistemas de colectores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como o tratamento das águas de arrefecimento.

Domínio 3 – Gestão de Resíduos

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Inclui-se igualmente, as actividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do sector público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. São também consideradas as actividades de eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamento físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

Domínio 4 – Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais

Compreende as actividades de protecção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como a protecção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Inclui-se igualmente, as actividades directamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as actividades de protecção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e prevenção e correcção da salinidade dos solos.

Domínio 5 – Protecção contra o Ruído & Vibrações (excepto protecção dos locais de trabalho)

Compreende medidas e actividades de controlo e redução de ruído ou vibrações, gerados por actividades industriais ou transportes. Actividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.) bem como medidas e acções aplicadas em instalações públicas (piscinas, etc.), escolas, etc., são incluídas. Exclui-se, medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho. Inclui-se as actividades relativas às instalações anti-ruído: écrans, terraplenagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas ou dos caminhos-de-ferro urbanos.

Domínio 6 – Protecção da Biodiversidade e Paisagem

Compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do “habitat”, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Inclui-se igualmente, as actividades de protecção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como as actividades de protecção e gestão da floresta, actividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afectadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São, igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização e limpeza da poluição em sítios aquáticos.

Domínio 7 – Protecção contra as Radiações

Compreende as actividades que visam reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas por um qualquer emissor, à excepção das centrais nucleares e das instalações militares. Exclui-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

Domínio 8 – Investigação & Desenvolvimento

Compreende as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objectivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

Domínio 9 – Outras Actividades de Protecção do Ambiente

Compreende as actividades de administração geral e orientação virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Inclui-se igualmente, as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e protecção do ambiente. São excluídas as actividades do sistema educativo geral.

3.3.2. Domínios de Ambiente

A. Gestão da Poluição

Idem *Classificação de Actividades e de Despesas de Protecção do Ambiente (3.3.1)*.

B. Gestão de Recursos

B1 – Gestão da água

Domínio da “Gestão de Recursos” referente a actividades de concepção, construção e instalação de sistemas, bem como de serviços vocacionados para a recolha, purificação e distribuição de água potável para consumo humano, para actividades industriais, comerciais entre outras. Notas: Incluem-se actividades de conservação, redução, consumo e melhoria da reutilização da água.

B2 – Materiais e produtos reciclados

Domínio da “Gestão de Recursos” que diz respeito à produção de equipamentos, tecnologias, materiais específicos e/ou à concepção, construção, instalação e a prestação de outros serviços relacionados com a produção de novos materiais ou produtos diferenciáveis como reciclados, a partir de resíduos e desperdícios, ou a preparação destes materiais ou produtos para posterior consumo. Notas: Incluem-se o papel reciclado e outros produtos reciclados. Exclui-se a recuperação de energia que se considera no domínio da Gestão e Optimização de Energia.

B3 - Gestão e optimização de energia

Domínio da “Gestão de Recursos” que inclui quaisquer actividades de programação, construção e instalação de sistemas, gestão ou prestação de serviços para produção, recolha e/ou transmissão de energia a partir de fontes renováveis, assim como para reduzir o consumo de calor e de energia (redução do uso de vapor) e/ou minimizar as perdas de calor e de energia (co-geração). Notas: A energia renovável tem origem em processos naturais que são constantemente reabastecidos. Existem várias formas de energia renovável com origem directa ou indirecta do sol ou do calor gerado nas camadas mais profundas da Terra. Inclui a energia gerada a partir do sol, vento, marés, ondas, geotermia, biogás, biodiesel entre outras fontes.

B4 - Gestão dos recursos florestais

Domínio da “Gestão de Recursos” que considera quaisquer actividades relacionadas com programas e projectos de reflorestação e gestão da floresta numa base de sustentação a longo prazo. Notas: Incluem-se a administração e uso da floresta de modo a manter a sua biodiversidade, produtividade, capacidade de regeneração bem como o potencial para preencher funções ecológicas, económicas e sociais não provocando danos aos ecossistemas. Inclui-se a floresta que tenha certificação.

B5 - Outras actividades de gestão de recursos

Domínio da “Gestão de Recursos” que se refere a serviços que envolvam a protecção e gestão de património natural e cultural, ou a educação e interpretação do ambiente natural que não represente uma ameaça ou degradação do mesmo. Notas: Incluem-se actividades relacionadas com a gestão de recursos naturais não incluída em nenhum dos domínios anteriores.

3.3.3. Operações de Eliminação:

- i) Deposição sobre o solo ou no seu interior, por exemplo em aterro sanitário;
- ii) Tratamento no solo, por exemplo biodegradação de efluentes líquidos ou de lamas de depuração nos solos;
- iii) Injecção em profundidade, por exemplo injecção de resíduos por bombagem em poços, cúpulas salinas ou depósitos naturais;
- iv) Lagunagem, por exemplo descarga de resíduos líquidos ou de lamas de depuração em poços, lagos naturais ou artificiais;
- v) Depósitos subterrâneos especialmente concebidos, por exemplo deposição em alinhamentos de células que são seladas e isoladas umas das outras e do ambiente;
- vi) Descarga em massas de águas, com excepção dos mares e dos oceanos;
- vii) Descarga para os mares e ou oceanos, incluindo inserção nos fundos marinhos;
- viii) Tratamento biológico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii);
- ix) Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente decreto-lei que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de i) a xii), por exemplo evaporação, secagem ou calcinação;
- x) Incineração em terra;
- xi) Incineração no mar;
- xii) Armazenagem permanente, por exemplo armazenagem de contentores numa mina;
- xiii) Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de i) a xii);
- xiv) Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de i) a xiii);
- xv) Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de i) a xiv), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada;

Operações de Valorização:

- i) Utilização principal como combustível ou outros meios de produção de energia;
- ii) Recuperação ou regeneração de solventes;
- iii) Reciclagem ou recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes, incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas;
- iv) Reciclagem ou recuperação de metais e de ligas;
- v) Reciclagem ou recuperação de outras matérias inorgânicas;
- vi) Regeneração de ácidos ou de bases;
- vii) Recuperação de produtos utilizados na luta contra a poluição;
- viii) Recuperação de componentes de catalisadores;
- ix) Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos;
- x) Tratamento no solo em benefício da agricultura ou para melhorar o ambiente;
- xi) Utilização de resíduos obtidos em virtude das operações enumeradas de i) a x);
- xii) Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de i) a xi);
- xiii) Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de i) a xii), com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada.



Anexos



INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008, DE 13 DE MAIO), DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9842. VÁLIDO ATÉ 31/12/2009.

IMPA - Inquérito aos Municípios - Protecção do Ambiente**Referência dos Dados:**

Ano 2008

primeira linha da etiqueta

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa

Resposta electrónica: <http://webingq.ine.pt/aderentes>

DRI.IAP.L5-481

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº22/08, DE 13 DE MAIO

Contactos para resposta e esclarecimento de dúvidas:
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 426 358 / E-mail: ambiente@ine.pt

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a recepção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

Identificação e caracterização da unidade inquirida (preencher apenas para corrigir ou completar os dados)

Número de Identificação Fiscal (NIF) | | | | | | | | | | Homepage: www.inec.pt

Designação social _____

Distrito/Ilha Município Freguesia

Endereço

Localidade _____ Código Postal | | | | - | | |

Telephone _____ Fax _____ e-mail _____

Situação da unidade inquirida no período de referência dos dados

Situação na actividade	BC005	
------------------------	-------	--

Aguarda início de actividade _____ ☐

Em actividade

BC010 Actividade suspensa em / /

Actividade cessada em / □

Actividade Económica Principal (CAE Rev. 3)		BC001
---	--	-------

--

Ocorreu algum facto relevante (fusão, cisão ou outro) durante o período de referência dos dados	Sim	☐
	Não	☐

BC025 Indique qual: BC020 Data / /

Observações

Utilize este espaço para incluir sugestões, justificações referentes à sua resposta ou outras observações que julque convenient

Responsável pelo preenchimento

Nome contacto

*Endereço

*Localidade

*Código Postal

*Telephone *Fax *e-mail

Cargo	* NIF								
-------	-------	--	--	--	--	--	--	--	--

*preencher apenas quando for diferente da informação da unidade inquirida

Instruções gerais de preenchimento

1. Unidade monetária: **EUROS.**

1º Os valores monetários devem ser expressos em euros sem decimais;

2º Os arredondamentos devem ser efectuados por excesso quando as décimas forem iguais ou superiores a 5, e por defeito, quando forem inferiores a 5.

Ex.: 6370,65 euros → inscrever

2. Quadros 2 a 8

Os quadros apresentados estão de acordo com o novo classificador económico das receitas e das despesas das Autarquias Locais, decorrente do Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro.

1 Identifique com um X o(s) Domínio(s) de Ambiente, referentes à(s) acção(ões) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal

	Cod		
1.1 Protecção do Ar e Clima	1030	☐	→ Preencha o Quadro 2.
1.2 Gestão de Resíduos	1035	☐	→ Preencha o Quadro 3.
1.3 Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	1040	☐	→ Preencha o Quadro 4.
1.4 Redução de Ruídos e Vibrações	1045	☐	→ Preencha o Quadro 5.
1.5 Protecção da Biodiversidade e Paisagem	1050	☐	→ Preencha o Quadro 6.
1.6 Investigação e Desenvolvimento	1055	☐	→ Preencha o Quadro 7.
1.7 Outras Actividades de Protecção do Ambiente	1060	☐	→ Preencha o Quadro 8.

Instruções

Domínio "Protecção do Ar e Clima" - Compreende todas as actividades referentes aos processos de produção, às actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica. Inclui ainda as actividades de medição e controle das emissões de gases que afectam a camada do ozono, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, de forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos. Compreende igualmente os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoejamento e outras técnicas.

2 Protecção do Ar e Clima	Cod	EUROS
2.1 Receitas Correntes (2.1.1 + ... + 2.1.7)	2005	
2.1.1 Taxas de poluição do ar (04.01.23.99)	2010	
2.1.2 Multas por poluição do ar (04.02.04)	2015	
2.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	2020	
2.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	2025	
2.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	2030	
2.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	2035	
2.1.7 Outras receitas correntes	2040	
2.2 Receitas de Capital (2.2.1 + ... + 2.2.6)	2045	
2.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	2050	
2.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	2055	
2.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	2060	
2.2.4 Activos financeiros (11)	2065	
2.2.5 Passivos financeiros (12)	2070	
2.2.6 Outras receitas de capital	2075	
2.3 Total das Receitas (2.1 + 2.2)	2080	
2.4 Despesas Correntes (2.4.1 + ... + 2.4.5)	2085	
2.4.1 Despesas com o pessoal (01)	2090	
2.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	2095	
2.4.3 Transferências correntes (04)	2100	
2.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	2105	
2.4.5 Outras despesas correntes	2110	
2.5 Despesas de Capital (2.5.1 + ... + 2.5.5)	2115	
2.5.1 Investimentos (07.01)	2120	
2.5.2 Transferências de capital (08)	2125	
2.5.3 Activos financeiros (09)	2130	
2.5.4 Passivos financeiros (10)	2135	
2.5.5 Outras despesas de capital	2140	
2.6 Total das Despesas (2.4 + 2.5)	2145	
2150 2.7 Observações:		

Instruções

Domínio "Gestão de Resíduos" - Compreende as modificações nos processos de produção, a adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através de resíduos. Incluem-se igualmente, as actividades de recolha de resíduos pelos serviços municipais, o transporte de resíduos para os centros de tratamento, estações de triagem, empresas de valorização ou de eliminação. Inclui a varredura e limpeza urbana. A recolha de resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto) ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos). São também consideradas as actividades de tratamento e eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamentos físico-químicos, incineração, tratamento biológico, colocação em aterro ou qualquer outro tipo de tratamento).

► **3.6.3 Transferências correntes e 3.7.4 Transferências de capital** - devem ser incluídas as verbas que a Câmara Municipal transfere para os serviços municipalizados no âmbito deste domínio.

3 Gestão de Resíduos		Cod	EUROS
Identifique com um X a(s) actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:			
	Sim Não	Se respondeu <u>Não</u> , indique a entidade gestora:	
3.1 Recolha indiferenciada e selectiva	3005 ☐ ☐		
3.2 Tratamento de resíduos	3010 ☐ ☐		
3.3 Receitas Correntes (3.3.1 + ... + 3.3.7)	3015		
3.3.1 Taxas de resíduos sólidos (04.01.23.99)	3020		
3.3.2 Multas por despejos ilegais de resíduos (04.02.04)	3025		
3.3.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	3030		
3.3.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	3035		
3.3.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	3040		
3.3.6 Venda de bens e serviços correntes - tarifas de resíduos sólidos (07.02.09.02)	3045		
3.3.7 Outras receitas correntes	3050		
3.4 Receitas de Capital (3.4.1 + ... + 3.4.6)	3055		
3.4.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	3060		
3.4.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	3065		
3.4.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	3070		
3.4.4 Activos financeiros (11)	3075		
3.4.5 Passivos financeiros (12)	3080		
3.4.6 Outras receitas de capital	3085		
3.5 Total das Receitas (3.3 + 3.4)	3090		
3.6 Despesas Correntes (3.6.1 + ... + 3.6.5)	3095		
3.6.1 Despesas com o pessoal (01)	3100		
3.6.2 Aquisição de bens e serviços (02)	3105		
3.6.3 Transferências correntes (04)	3110		
3.6.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	3115		
3.6.5 Outras despesas correntes	3120		
3.7 Despesas de Capital (3.7.1 + ... + 3.7.7)	3125		
3.7.1 Investimentos - Infra-estruturas para tratamento de resíduos sólidos (07.01.04.11)	3130		
3.7.2 Investimentos - Material de transporte para a recolha de resíduos (07.01.06.01)	3135		
3.7.3 Investimentos - Equipamento básico de recolha de resíduos (07.01.10.01)	3140		
3.7.4 Transferências de capital (08)	3145		
3.7.5 Activos financeiros (09)	3150		
3.7.6 Passivos financeiros (10)	3155		
3.7.7 Outras despesas de capital	3160		
3.8 Total das Despesas (3.6 + 3.7)	3165		
3170 3.9 Observações:			

Instruções

Domínio "Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais" - Compreende as actividades de protecção do ambiente, implicando a construção, a manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, a purificação de águas subterrâneas, assim como, a protecção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Incluem-se igualmente as actividades directamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, à instalação de captações de derramento de poluentes, de fugas e reforço das instalações de armazenamento, e ao transporte de produtos poluentes, assim como, o tratamento das lamas resultantes de dragagem. São também consideradas as actividades de protecção dos solos contra a erosão e outras degradações físicas e de prevenção e correcção da salinidade dos solos.

Nota: Excluem-se as actividades de abastecimento de água, de gestão de águas residuais e de protecção da biodiversidade e paisagens.

4 Prot. e Recup. dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais	Cod	EUROS
4.1 Receitas Correntes (4.1.1 + ... + 4.1.7)	4005	
4.1.1 Taxas de poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.01.23.99)	4010	
4.1.2 Multas por poluição dos solos, de águas subterrâneas e superficiais (04.02.04)	4015	
4.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	4020	
4.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	4025	
4.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	4030	
4.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	4035	
4.1.7 Outras receitas correntes	4040	
4.2 Receitas de Capital (4.2.1 + ... + 4.2.6)	4045	
4.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	4050	
4.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	4055	
4.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	4060	
4.2.4 Activos financeiros (11)	4065	
4.2.5 Passivos financeiros (12)	4070	
4.2.6 Outras receitas de capital	4075	
4.3 Total das Receitas (4.1 + 4.2)	4080	
4.4 Despesas Correntes (4.4.1 + ... + 4.4.5)	4085	
4.4.1 Despesas com o pessoal (01)	4090	
4.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	4095	
4.4.3 Transferências correntes (04)	4100	
4.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	4105	
4.4.5 Outras despesas correntes	4110	
4.5 Despesas de Capital (4.5.1 + ... + 4.5.5)	4115	
4.5.1 Investimentos (07.01)	4120	
4.5.2 Transferências de capital (08)	4125	
4.5.3 Activos financeiros (09)	4130	
4.5.4 Passivos financeiros (10)	4135	
4.5.5 Outras despesas de capital	4140	
4.6 Total das Despesas (4.4 + 4.5)	4145	
4.7 Observações:	4150	

Instruções

Domínio "Redução de Ruídos e Vibrações" - Compreende as medidas e as actividades de controlo e redução de ruído ou vibrações gerados por actividades industriais ou transportes. São incluídas as actividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.), bem como medidas e acções, desenvolvidas com o mesmo objectivo, e aplicadas em instalações públicas (piscinas, escolas, etc.). Incluem-se as actividades relativas às instalações anti-ruído (ecrãs, terraplanagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas, dos caminhos-de-ferro urbanos e aeroportos), bem como, as verbas relacionadas com a elaboração e monitorização das cartas de ruído. Excluem-se as medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho.

5 Redução de Ruídos e Vibrações	Cod	EUROS
5.1 Receitas Correntes (5.1.1 + ... + 5.1.7)	5005	
5.1.1 Taxas de poluição sonora (04.01.23.99)	5010	
5.1.2 Multas por poluição sonora (04.02.04)	5015	
5.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	5020	
5.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	5025	
5.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	5030	
5.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	5035	
5.1.7 Outras receitas correntes	5040	
5.2 Receitas de Capital (5.2.1 + ... + 5.2.6)	5045	
5.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	5050	
5.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	5055	
5.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	5060	
5.2.4 Activos financeiros (11)	5065	
5.2.5 Passivos financeiros (12)	5070	
5.2.6 Outras receitas de capital	5075	
5.3 Total das Receitas (5.1 + 5.2)	5080	
5.4 Despesas Correntes (5.4.1 + ... + 5.4.5)	5085	
5.4.1 Despesas com o pessoal (01)	5090	
5.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	5095	
5.4.3 Transferências correntes (04)	5100	
5.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	5105	
5.4.5 Outras despesas correntes	5110	
5.5 Despesas de Capital (5.5.1 + ... + 5.5.5)	5115	
5.5.1 Investimentos (07.01)	5120	
5.5.2 Transferências de capital (08)	5125	
5.5.3 Activos financeiros (09)	5130	
5.5.4 Passivos financeiros (10)	5135	
5.5.5 Outras despesas de capital	5140	
5.6 Total das Despesas (5.4 + 5.5)	5145	
5.7 Observações:	5150	

Instruções

Domínio "Protecção da Biodiversidade e Paisagem" – Compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do habitat, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente as actividades de protecção que visam a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como, as actividades de protecção e gestão da floresta, (as actividades que visam introduzir espécies da fauna e da flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção), a remodelação de paisagens afectadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, as actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, de eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização, de limpeza de poluição em sítios aquáticos, bem como, de limpeza do litoral e praias.

Excluem-se as actividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

► Para as Câmaras Municipais que possuem Corpos de Bombeiros de natureza municipal (Sapadores e não Sapadores), são consideradas todas as receitas e despesas relacionadas com a sua actividade, o mais desagregado possível.

► **6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora** - Exemplos: fogo posto nas florestas, destruição de habitats e espécies da fauna e da flora em vias de extinção, danos nos sítios naturais protegidos por lei, etc.

► **6.4.3 Transferências correntes e 6.5.4 Transferências de capital** - incluem-se as transferências efectuadas pela Câmara Municipal para Corpos de Bombeiros Voluntários (valores registados nas contas 04.07.01 - Transferências correntes para Instituições sem fins lucrativos e 08.07.01 - Transferências de capital para Instituições sem fins lucrativos).

6 Protecção da Biodiversidade e Paisagem	Cod	EUROS
6.1 Receitas Correntes (6.1.1 + ... + 6.1.7)	6005	
6.1.1 Taxas de protecção/conservação da biodiversidade e paisagens (04.01.23.99)	6010	
6.1.2 Multas por danos causados à fauna e à flora (04.02.04)	6015	
6.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	6020	
6.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	6025	
6.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	6030	
6.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	6035	
6.1.7 Outras receitas correntes	6040	
6.2 Receitas de Capital (6.2.1 + ... + 6.2.6)	6045	
6.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	6050	
6.2.2 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	6055	
6.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	6060	
6.2.4 Activos financeiros (11)	6065	
6.2.5 Passivos financeiros (12)	6070	
6.2.6 Outras receitas de capital	6075	
6.3 Total das Receitas (6.1 + 6.2)	6080	
6.4 Despesas Correntes (6.4.1 + ... + 6.4.5)	6085	
6.4.1 Despesas com o pessoal (01)	6090	
6.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	6095	
6.4.3 Transferências correntes (04)	6100	
6.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	6105	
6.4.5 Outras despesas correntes	6110	
6.5 Despesas de Capital (6.5.1 + ... + 6.5.7)	6115	
6.5.1 Investimentos - Prevenção e combate a incêndios florestais (07.01)	6120	
6.5.2 Investimentos - Prot. das espécies e habitats, áreas protegidas e reservas naturais (07.01)	6125	
6.5.3 Investimentos - Outros (07.01)	6130	
6.5.4 Transferências de capital (08)	6135	
6.5.5 Activos financeiros (09)	6140	
6.5.6 Passivos financeiros (10)	6145	
6.5.7 Outras despesas de capital	6150	
6.6 Total das Despesas (6.4 + 6.5)	6155	

6160 **6.7 Observações:**

Instruções

Domínio "Investigação e Desenvolvimento" - Compreende as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objectivo de aumentar o capital de conhecimentos humanos, que visam a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

7 Investigação e Desenvolvimento	Cod	EUROS
7.1 Receitas Correntes (7.1.3 + ... + 7.1.7)	7005	
7.1.1 Taxas		
7.1.2 Multas		
7.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	7010	
7.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	7015	
7.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	7020	
7.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	7025	
7.1.7 Outras receitas correntes	7030	
7.2 Receitas de Capital (7.2.1 + ... + 7.2.6)	7035	
7.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	7040	
7.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	7045	
7.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	7050	
7.2.4 Activos financeiros (11)	7055	
7.2.5 Passivos financeiros (12)	7060	
7.2.6 Outras receitas de capital	7065	
7.3 Total das Receitas (7.1 + 7.2)	7070	
7.4 Despesas Correntes (7.4.1 + ... + 7.4.5)	7075	
7.4.1 Despesas com o pessoal (01)	7080	
7.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	7085	
7.4.3 Transferências correntes (04)	7090	
7.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	7095	
7.4.5 Outras despesas correntes	7100	
7.5 Despesas de Capital (7.5.1+ ... + 7.5.5)	7105	
7.5.1 Investimentos (07.01)	7110	
7.5.2 Transferências de capital (08)	7115	
7.5.3 Activos financeiros (09)	7120	
7.5.4 Passivos financeiros (10)	7125	
7.5.5 Outras despesas de capital	7130	
7.6 Total das Despesas (7.4 + 7.5)	7135	
7.7 Observações:	7140	

Instruções

Domínio "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" - Compreende as actividades de administração geral e orientação/regulamentação que visam o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer as mesmas sejam tomadas por unidades públicas ou por unidades privadas. Incluem-se igualmente as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação relativa à gestão e protecção do ambiente, nomeadamente nas campanhas de sensibilização e de educação ambiental, junto da população escolar, e nas campanhas de publicação, de divulgação e formação profissional relativa à temática ambiental (excepto formação relativa à saúde no trabalho).

Excluem-se as actividades relacionadas com a gestão de jardins e parques urbanos.

8 Outras Actividades de Protecção do Ambiente	Cod	EUROS
8.1 Receitas Correntes (8.1.1 + ... + 8.1.7)	8005	
8.1.1 Taxas (04.01.23.99)	8010	
8.1.2 Multas (04.02.99)	8015	
8.1.3 Transferências correntes - Administração central - Estado (06.03.01)	8020	
8.1.4 Transf. cor. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projectos co-financiados (06.03.06)	8025	
8.1.5 Transferências correntes - Administração regional (06.04)	8030	
8.1.6 Venda de bens e serviços correntes (07)	8035	
8.1.7 Outras receitas correntes	8040	
8.2 Receitas de Capital (8.2.1 + ... + 8.2.6)	8045	
8.2.1 Transferências de capital - Administração central - Estado (10.03.01)	8050	
8.2.2 Transf. cap. - Adm. central - Estado - Particip. comunitária em projectos co-financiados (10.03.07)	8055	
8.2.3 Transferências de capital - Administração regional (10.04)	8060	
8.2.4 Activos financeiros (11)	8065	
8.2.5 Passivos financeiros (12)	8070	
8.2.6 Outras receitas de capital	8075	
8.3 Total das Receitas (8.1 + 8.2)	8080	
8.4 Despesas Correntes (8.4.1 + ... + 8.4.5)	8085	
8.4.1 Despesas com o pessoal (01)	8090	
8.4.2 Aquisição de bens e serviços (02)	8095	
8.4.3 Transferências correntes (04)	8100	
8.4.4 Subsídios - Empresas públicas municipais e intermunicipais (05.01.01.01)	8105	
8.4.5 Outras despesas correntes	8110	
8.5 Despesas de Capital (8.5.1 + ... + 8.5.5)	8115	
8.5.1 Investimentos (07.01)	8120	
8.5.2 Transferências de capital (08)	8125	
8.5.3 Activos financeiros (09)	8130	
8.5.4 Passivos financeiros (10)	8135	
8.5.5 Outras despesas de capital	8140	
8.6 Total das Despesas (8.4 + 8.5)	8145	
8.7 Observações:	8150	

1 Volume de Negócios (VVN) por domínios de ambiente e tipo de actividade da entidade

Por favor assinala a percentagem do VVN da(s) actividade(s) desenvolvidas e sua distribuição pelos vários domínios de ambiente

(Ver conceitos e exemplos de actividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)

Domínios	Actividades desenvolvidas pela entidade				Total da formação do VVN por domínios de ambiente (%)
	Fabricação de produtos (%)	Fabricação de bens de equipamento (%)	Instalação, montagem e/ou comércio de equipamentos ou produtos (%)	Prestação de serviços (%)	
1	2	3	4	5	6
A. Gestão da Poluição					
A 1 · Protecção da Qualidade do Ar e Clima	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 2 · Gestão de Águas Residuais	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 3 · Gestão de Resíduos	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 4 · Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 5 · Redução de Ruídos e Vibrações	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 6 · Protecção da Biodiversidade e Paisagem	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 7 · Investigação e Desenvolvimento	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 8 · Protecção Contra as Radiações	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
A 9 · Outras actividades de Gestão da Poluição	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B. Gestão dos Recursos					
B 1 · Gestão da Água	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 2 · Materiais e Produtos Reciclados	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 3 · Gestão e optimização de Energia	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 4 · Gestão dos Recursos Florestais	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
B 5 · Outras actividades de Gestão de Recursos	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
C. Outra(s) actividade(s) não associada(s) ao ambiente					
.....	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□
D. Total da formação do VVN em percentagem, por tipo de actividade					
.....	□□□,□	□□□,□	□□□,□	□□□,□	100,0

ATENÇÃO: CASO TENHA INSCRITO 100% NO QUESITO C DO QUADRO 1, "Outra(s) actividade(s) não associada(s) ao ambiente", TERMINE AQUI O PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO.

2 Distribuição do Volume de Negócios (VVN) segundo os mercados

Por favor assinale a **percentagem do VVN**, resultante das actividades desenvolvidas na área do ambiente, associada à **representatividade dos mercados**

Mercados	Peso dos mercados na formação do VVN (%)
1	2
1 . Economia Nacional	□□□□,□%
1.1. Empresas	□□□□,□%
1.2. Administrações Públicas (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3)	□□□□,□%
1.2.1. Administração Central	□□□□,□%
1.2.2. Administração Regional	□□□□,□%
1.2.3. Administração Local	□□□□,□%
1.3. Outros	□□□□,□%
Total	1 0 0 0 0% (1.1+1.2+1.3)
2 . Resto do Mundo	□□□□,□%
2.1. União Europeia	□□□□,□%
2.2 Países terceiros	□□□□,□%
Total	1 0 0 0 0% (2.1+2.2)
3 . Total	1 0 0 0 0% (1+2)

3 Número de pessoas ao serviço com funções de ambiente, segundo o sexo e grupos profissionais

Grupos Profissionais	Número Médio de Pessoas ao Serviço com Funções na Área do Ambiente					
	Maioritariamente ocupadas		Minoritária ou ocasionalmente ocupadas		Total	
	Total	dos quais, Mulheres	Total	dos quais, Mulheres	Total	dos quais, Mulheres
	2	3	4	5	6	7
1. Dirigentes	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□
2. Quadros e Técnicos, Médios e Superiores	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□
3. Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□
4. Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□
5. Operários, Aprendizés e Praticantes	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□	□□□□

6 Domínio Protecção do Ar e Clima		Unidade: euros
6.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (6.1.1+6.1.2)		
6.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
6.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
6.2 Custos e perdas (6.2.1+6.2.2+6.2.3)		
6.2.1 Contratação de trabalhos especializados (6.2.1.1+6.2.1.2)		
6.2.1.1 Administração Pública		
6.2.1.2 Sector Privado		
6.2.2 Taxas		
das quais:		
6.2.2.1 Administração Local		
6.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
6.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambienta		
6.3 Proveitos e ganhos (6.3.1+6.3.2)		
6.3.1 Prestação de Serviços		
6.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		
7 Domínio Gestão de Águas Residuais		Unidade: euros
7.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (7.1.1+7.1.2)		
7.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
7.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
7.2 Custos e perdas(7.2.1+7.2.2+7.2.3)		
7.2.1 Contratação de trabalhos especializados (7.2.1.1+7.2.1.2)		
7.2.1.1 Administração Pública		
7.2.1.2 Sector Privado		
7.2.2 Taxas		
das quais:		
7.2.2.1 Administração Local		
7.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
7.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambienta		
7.3 Proveitos e ganhos (7.3.1+7.3.2)		
7.3.1 Prestação de Serviços		
7.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		
8 Domínio Gestão de Resíduos		Unidade: euros
8.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (8.1.1+8.1.2)		
8.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
8.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
8.2 Custos e perdas (8.2.1+8.2.2+8.2.3)		
8.2.1 Contratação de trabalhos especializados (8.2.1.1+8.2.1.2)		
8.2.1.1 Administração Pública		
8.2.1.2 Sector Privado		
dos quais:		
8.2.1.2.1 Contrapartidas financeiras para gestão de resíduos, a entidades gestoras de resíduos*		
8.2.2 Taxas		
das quais:		
8.2.2.1 Administração Local		
8.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
8.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambienta		
8.3 Proveitos e ganhos (8.3.1+8.3.2+8.3.3)		
8.3.1 Venda de resíduos e/ou materiais reciclados		
8.3.2 Prestação de serviços		
8.3.3 Outros proveitos e ganhos		

*Nota: Exemplos de sociedades gestoras de resíduos: Soc. Ponto Verde, Valormed, Valorcar, Valorpneu, Ecopilhas, AMB3E, ERP Portugal, Valorfito/Sigeru.

9 Domínio Redução de Ruídos e Vibrações		Unidade: euros
9.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (9.1.1+9.1.2)		
9.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
9.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
9.2 Custos e perdas (9.2.1+9.2.2+9.2.3)		
9.2.1 Contratação de trabalhos especializados (9.2.1.1+9.2.1.2)		
9.2.1.1 Administração Pública		
9.2.1.2 Sector Privado		
9.2.2 Taxas		
das quais:		
9.2.2.1 Administração Local		
9.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
9.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		
9.3 Proveitos e ganhos (9.3.1+9.3.2)		
9.3.1 Prestação de Serviços		
9.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		
10 Domínio Protecção e Recuperação dos Solos, de Águas Subterrâneas e Superficiais		
		Unidade: euros
10.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (10.1.1+10.1.2)		
10.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
10.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
10.2 Custos e perdas (10.2.1+10.2.2+10.2.3)		
10.2.1 Contratação de trabalhos especializados (10.2.1.1+10.2.1.2)		
10.2.1.1 Administração Pública		
10.2.1.2 Sector Privado		
10.2.2 Taxas		
das quais:		
10.2.2.1 Administração Local		
10.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
10.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		
10.3 Proveitos e ganhos (10.3.1+10.3.2)		
10.3.1 Prestação de Serviços		
10.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		
11 Domínio Protecção da Biodiversidade e Paisagem		
		Unidade: euros
11.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (11.1.1+11.1.2)		
11.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)		
11.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)		
11.2 Custos e perdas (11.2.1+11.2.2+11.2.3)		
11.2.1 Contratação de trabalhos especializados (11.2.1.1+11.2.1.2)		
11.2.1.1 Administração Pública		
11.2.1.2 Sector Privado		
11.2.2 Taxas		
das quais:		
11.2.2.1 Administração Local		
11.2.3 Outros custos e perdas		
dos quais:		
11.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental		
11.3 Proveitos e ganhos (11.3.1+11.3.2)		
11.3.1 Prestação de Serviços		
11.3.2 Outros Proveitos e Ganhos		

12 Domínio Outros Domínios de Protecção do Ambiente

Unidade: euros

12.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento) (12.1.1 + 12.1.2)	
12.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento)	
12.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento)	
12.2 Custos e perdas (12.2.1 + 12.2.2 + 12.2.3)	
12.2.1 Contratação de trabalhos especializados (12.2.1.1 + 12.2.1.2)	
12.2.1.1 Administração Pública	
12.2.1.2 Sector Privado	
12.2.2 Taxas	
das quais:	
12.2.2.1 Administração Local	
12.2.3 Outros custos e perdas	
dos quais:	
12.2.3.1 Custos com o pessoal afecto a actividades de protecção ambiental	
12.3 Proveitos e ganhos (12.3.1 + 12.3.2)	
12.3.1 Prestação de Serviços	
12.3.2 Outros Proveitos e Ganhos	

Domínios em que a empresa desenvolveu actividades

(Assinale com x a quadrícula correspondente)

- A. Investigação & Desenvolvimento ☐
- B. Protecção contra as Radiações ☐
- C. Outras Actividades de Gestão e Protecção do Ambiente ☐

13 Número de Pessoas ao Serviço com Funções na Área do Ambiente

Categorias Funcionais	Número Médio de Pessoas ao Serviço com Funções na Área do Ambiente		Total de pessoas ocupadas com funções de ambiente em "Equivalentes a Tempo Completo"
	Maioritariamente ocupadas	Minoritaria ou ocasionalmente ocupadas	
13.1 Dirigentes			
13.2 Quadros, Técnicos Médios e Superiores			
13.3 Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa			
13.4 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços			
13.5 Operários, Aprendizizes e Praticantes			

14. Observações:

Responsável pelo Preenchimento:

Nome (LEGÍVEL) _____ Telefone: _____

Serviço _____ Fax: _____

Assinatura _____ E-mail _____ Data: ____ / ____ / ____

INSTRUMENTO DE NOTIFICAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 22/2008, DE 13 DE MAIO), DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9641 VÁLIDO ATÉ 31/12/2009.

INQUÉRITO AO AMBIENTE
ACÇÃO DOS CORPOS DE BOMBEIROS

Referência dos Dados:

Ano 2008

primeira linha da etiqueta

INE - DEPARTAMENTO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Serviço de Inquéritos por Auto-Preenchimento
Av. António José de Almeida 1000-043 Lisboa

DRI.IAP.L5-485

A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/08, DE 13 DE MAIO

Contactos para resposta e esclarecimentos de dúvidas:
 Telf: 808 201 600 (rede fixa nacional) / 218 426 307 (outras redes)
 Fax: 218 426 358 / E-mail: ambiente@ine.pt

DEVOLUÇÃO OBRIGATÓRIA: Por favor devolva este questionário no prazo máximo de **15 dias** após a recepção, devidamente preenchido de acordo com as instruções.

1		DADOS GERAIS																																																																																																																																																			
1.1		IDENTIFICAÇÃO																																																																																																																																																			
		Número de Identificação Fiscal (NIF) <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																																																			
		Designação _____																																																																																																																																																			
		Distrito/Ilha _____ Município _____ Freguesia _____																																																																																																																																																			
		Endereço _____																																																																																																																																																			
		Localidade _____																																																																																																																																																			
		Código Postal <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table> — <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table> _____ Telefone _____																																																																																																																																																			
		Homepage: www. _____ Fax _____ E-mail _____																																																																																																																																																			
1.2		CARACTERIZAÇÃO					1.3 TIPO DE INTERVENÇÃO																																																																																																																																														
		(assinalar com um x a quadrícula correspondente)					(assinalar com um x a quadrícula correspondente)																																																																																																																																														
		NATUREZA (1) <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>1010</td></tr></table>					1010	ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO (2) <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>1025</td></tr></table>					1025																																																																																																																																								
1010																																																																																																																																																					
1025																																																																																																																																																					
		☐ Municipal					☐ Municipal																																																																																																																																														
		☐ Bombeiros Sapadores <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>01</td></tr></table>					01	☐ 01																																																																																																																																													
01																																																																																																																																																					
		☐ Não Sapadores <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>02</td></tr></table>					02	☐ 02																																																																																																																																													
02																																																																																																																																																					
		☐ Associativa <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>03</td></tr></table>					03	☐ Área de acção restrita <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>02</td></tr></table>					02																																																																																																																																								
03																																																																																																																																																					
02																																																																																																																																																					
		☐ Privativa <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>04</td></tr></table>					04																																																																																																																																														
04																																																																																																																																																					
1.4		ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS																																																																																																																																																			
		<table border="1" style="width: 100%;"><thead><tr><th>SERVIÇO</th><th>Código</th><th>N.º DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (5)</th></tr></thead><tbody><tr><td>1</td><td></td><td>2</td></tr><tr><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>TOTAL (1+2+3+4)</td></tr></table></td><td>1030</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr><tr><td>1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)</td><td>1035</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr><tr><td> 1.1. Florestais</td><td>1045</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr><tr><td> 1.2. Outros (3)</td><td>1050</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr><tr><td>2. SAÚDE</td><td>1065</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr><tr><td>3. SOCORROS A NÁUFRAGOS</td><td>1070</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr><tr><td>4. OUTROS SERVIÇOS (4)</td><td>1075</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr></tbody></table>										SERVIÇO	Código	N.º DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (5)	1		2	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>TOTAL (1+2+3+4)</td></tr></table>	TOTAL (1+2+3+4)	1030	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>											1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)	1035	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>											1.1. Florestais	1045	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>											1.2. Outros (3)	1050	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>											2. SAÚDE	1065	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>											3. SOCORROS A NÁUFRAGOS	1070	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>											4. OUTROS SERVIÇOS (4)	1075	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																		
SERVIÇO	Código	N.º DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (5)																																																																																																																																																			
1		2																																																																																																																																																			
<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>TOTAL (1+2+3+4)</td></tr></table>	TOTAL (1+2+3+4)	1030	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																																																		
TOTAL (1+2+3+4)																																																																																																																																																					
1. INCÊNDIOS (1.1+1.2)	1035	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																																																			
1.1. Florestais	1045	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																																																			
1.2. Outros (3)	1050	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																																																			
2. SAÚDE	1065	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																																																			
3. SOCORROS A NÁUFRAGOS	1070	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																																																			
4. OUTROS SERVIÇOS (4)	1075	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																																																			
		<table border="1" style="width: 100%;"><tr><td colspan="10">N.º DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (6) <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>1045</td></tr></table></td></tr><tr><td colspan="10"><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table> 02</td></tr></table>										N.º DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (6) <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>1045</td></tr></table>										1045	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table> 02																																																																																																																														
N.º DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (6) <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td>1045</td></tr></table>										1045																																																																																																																																											
1045																																																																																																																																																					
<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table> 02																																																																																																																																																					
2		RECURSOS HUMANOS (7)																																																																																																																																																			
		<table border="1" style="width: 100%;"><thead><tr><th rowspan="3">Natureza das Associações e Outras Entidades de Bombeiros</th><th rowspan="3">Código</th><th colspan="5">N.º de pessoas que estavam no quadro de comando e no quadro activo no Corpo de Bombeiros</th></tr><tr><th rowspan="2">Total</th><th colspan="2">Homens</th><th colspan="2">Mulheres</th></tr><tr><th>Remunerados</th><th>Não remunerados</th><th>Remuneradas</th><th>Não remuneradas</th></tr><tr><td>1</td><td></td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td></tr></thead><tbody><tr><td>1. Municipal</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td> 1.1 Bombeiros Sapadores</td><td>2020</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr><tr><td> 1.2 Não Sapadores</td><td>2005</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr><tr><td>2. Associativa</td><td>2010</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr><tr><td>3. Privativa</td><td>2015</td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td><td><table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table></td></tr></tbody></table>										Natureza das Associações e Outras Entidades de Bombeiros	Código	N.º de pessoas que estavam no quadro de comando e no quadro activo no Corpo de Bombeiros					Total	Homens		Mulheres		Remunerados	Não remunerados	Remuneradas	Não remuneradas	1		2	3	4	5	6	1. Municipal							1.1 Bombeiros Sapadores	2020	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					1.2 Não Sapadores	2005	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					2. Associativa	2010	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					3. Privativa	2015	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>				
Natureza das Associações e Outras Entidades de Bombeiros	Código	N.º de pessoas que estavam no quadro de comando e no quadro activo no Corpo de Bombeiros																																																																																																																																																			
		Total	Homens		Mulheres																																																																																																																																																
			Remunerados	Não remunerados	Remuneradas	Não remuneradas																																																																																																																																															
1		2	3	4	5	6																																																																																																																																															
1. Municipal																																																																																																																																																					
1.1 Bombeiros Sapadores	2020	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																															
1.2 Não Sapadores	2005	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																															
2. Associativa	2010	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																															
3. Privativa	2015	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>					<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																																																																																																																															

Nota: Os quadros ou rubricas assinaladas com um índice numérico contêm notas explicativas.

Nota: Os quadros ou rubricas assinaladas com um índice numérico contêm notas explicativas.

OBSERVAÇÕES:

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTONOME (Legível):

SERVIÇO:

 TEL.:

LOCALIDADE:

 FAX:

ASSINATURA:

 E-MAIL:

3 Número de Pessoas ao Serviço (✓)					Unidade: N°				
Grupos Profissionais	Cod	Número Médio de Pessoas ao Serviço			Total de Horas de Trabalho Efectuadas Durante o Ano				
		Total	A Tempo Completo	A Tempo Parcial	Trabalhador a Tempo Completo	Trabalhador a Tempo Parcial			
		1	2	3	4	5			
3.1 Total (3.2 + 3.3)	3005								
3.2 Pessoal Remunerado (3.2.1 + ... + 3.2.3)	3010								
3.2.1 Dirigentes	3015								
3.2.2 Quadros e Técnicos Médios e Superiores	3020								
3.2.3 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços	3025								
3.3 Pessoal não Remunerado (3.3.1 + 3.3.2)	3030								
3.3.1 Dirigentes	3035								
3.3.2 Outros colaboradores	3040								

4 Número de Pessoas ao Serviço por Sexo/Escalão Etário/Nível de Escolaridade																		Unidade: N°					
Nível de Escolaridade	Cod	Sexo	Total geral	Pessoal Remunerado									Pessoal não Remunerado										
				Total	Dirigentes			Quadros e Técnicos Médios e Superiores			Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços			Total	Dirigentes			Outros colaboradores					
					Escalões Etários			Escalões Etários			Escalões Etários				Escalões Etários			Escalões Etários					
					<=25	26-50	51+	<=25	26-50	51+	<=25	26-50	51+		<=25	26-50	51+	<=25	26-50	51+			
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18			
4.1 Total geral (H + M)	4005	HM																					
4.2																							
H (4020 + ... + 4060)	4010	H																					
Total																							
M (4025 + ... + 4065)	4015	M																					
4.2.1 Nenhum nível de instrução	4020	H																					
	4025	M																					
4.2.2 Ensino Básico	4030	H																					
	4035	M																					
4.2.3 Ensino Secundário	4040	H																					
	4045	M																					
4.2.4 Ensino Superior (Bacharelato e Licenciatura)	4050	H																					
	4055	M																					
4.2.5 Ensino Superior (Mestrado e Doutoramento)	4060	H																					
	4065	M																					

► Atenção: Os valores que registou em 3.1 - Total de pessoas ao serviço e em 4.1 - Total geral (H+M) têm de ser iguais.

5 Actividades Desenvolvidas (✓)

Unidade: N°

Tipo de Actividades Desenvolvidas	Cod	DOMÍNIOS DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE								
		Protecção do Ar e Clima	Gestão de Águas Residuais	Gestão de Resíduos	Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	Redução de Ruídos e Vibrações	Protecção da Biodiversidade e Paisagem	Protecção Contra Radiações	Investigação e Desenvolvimento	Outras Actividades de Protecção do Ambiente
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
5.1 Total (5.2 + ... + 5.8)	5005									
5.2 Publicações, Estudos Técnicos e Pareceres	5010									
5.3 Acções junto dos Media	5015									
5.4 Acções de Formação	5020									
5.5 Educação Ambiental/ Ateliers/Oficinas	5025									
5.6 Congressos, Seminários	5030									
5.7 Ecoturismo/ Passeios de Natureza	5035									
5.8 Outras Actividades	5040									
Especifique:	5045									

6 Activo Bruto (Imobilizações)

Unidade: Euro

Rubricas	Cod	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
		1	2	3	4	5	6
6.1 Total de Imobilizações (6.2 + 6.3 + 6.4)	6005						
6.2 Imobilizações Incorpóreas	6010						
das quais:							
6.2.1 Despesas de Investigação e Desenvolvimento	6015						
6.3 Imobilizações Corpóreas (6.3.1 + ... + 6.3.6)	6020						
6.3.1 Terrenos e Recursos Naturais	6025						
6.3.2 Edifícios e Outras Construções	6030						
6.3.3 Equipamento Básico	6035						
6.3.4 Equipamento de Transporte	6040						
6.3.5 Equipamento Administrativo	6045						
6.3.6 Outras	6050						
6.4 Investimentos Financeiros	6055						

7 Demonstração de Resultados (✓)

Designação	Código de Contas POC	Cod	Euros
Custos e Perdas			
7.1 Total dos Custos e Perdas (7.2 + ... + 7.8)		7005	
7.2 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	61	7010	
7.3 Fornecimentos e Serviços Externos	62	7015	
Dos quais:			
7.3.1 Custos com a Recolha e Tratamento de Águas Residuais		7020	
7.3.2 Custos com a Recolha e Tratamento de Resíduos		7025	
7.4 Impostos	63	7030	
Dos quais:			
7.4.1 Taxas de Conservação de Esgotos		7035	
7.5 Custos com o Pessoal (7.5.1 + 7.5.2)	64	7040	
7.5.1 Remunerações	641 + 642	7045	
7.5.2 Outros Custos com o Pessoal	643 a 649	7050	
7.6 Outros Custos e Perdas	65/66/67	7055	
7.7 Outros Custos e Perdas Financeiras	68	7060	
7.8 Custos e Perdas Extraordinários	69	7065	
Proveitos e Ganhos			
7.9 Total dos Proveitos e Ganhos (7.10 + ... + 7.17)		7070	
7.10 Vendas	71	7075	
7.11 Prestações de Serviços	72	7080	
7.12 Proveitos Suplementares	73	7085	
7.13 Subsídios à Exploração (7.13.1 + ... + 7.13.5)	74	7090	
7.13.1 Estado e outros entes públicos		7095	
7.13.2 Empresas		7100	
7.13.3 Instituições sem fins lucrativos		7105	
7.13.4 Particulares		7110	
7.13.5 Exterior		7115	
7.14 Trabalhos para a Própria Empresa	75	7120	
7.15 Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	76	7125	
7.16 Proveitos e Ganhos Financeiros	78	7130	
7.17 Proveitos e Ganhos Extraordinários	79	7135	
Dos quais:			
7.17.1 Subsídios para investimentos (7.17.1.1 + ... + 7.17.1.5)	7983	7140	
7.17.1.1 Estado e outros entes públicos		7145	
7.17.1.2 Empresas		7150	
7.17.1.3 Instituições sem fins lucrativos		7155	
7.17.1.4 Particulares		7160	
7.17.1.5 Exterior		7165	

► **7.13.1 e 7.17.1.1 Estado e outras entes públicos** - incluir as verbas recebidas da Agência Portuguesa do Ambiente, dos Governos Cívicos, dos Municípios, das Juntas de Freguesia, entre outras entidades públicas.